

LABUS

CONSULTORIA, PESQUISA E
ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

CRUZ MACHADO / PR



DIRETRIZES E PROPOSTAS

PRODUTO 03

MAIO/2025



LATUS CONSULTORIA PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.

CNPJ | 08.019.808/0001-22

SEDE | Av. Borges de Medeiros, nº 658/1005, Centro Histórico, Porto Alegre, RS | CEP 90.020-022

FONE | (51) 9313-0969 | (51) 9 9583-8997

www.latus.com.br – latus@latus.com.br

COORDENAÇÃO TÉCNICA

ARQUITETA E URBANISTA **Manoela Cagliari Tosin**

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ARQUITETA E URBANISTA **Manoela Cagliari Tosin**

EQUIPE TÉCNICA

ARQUITETA E URBANISTA **Carline Luana Carazzo**

ARQUITETA E URBANISTA **Jacqueline Menegassi**

ARQUITETA E URBANISTA **Jéssica Gomes da Rosa**

ENGENHEIRO CIVIL **Márcio Cagliari Tosin**

ENGENHEIRA AMBIENTAL **Camilla Pohl Frölich**

ECONOMISTA **Tiago da Silva Silveira**

ADVOGADA **Ingrid Pantoja Pereira Botelho**

ACADÊMICA **Luiza de Andrade Young**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

Prefeito:

CARLOS NOWAK

Gabinete:

Titular: Dayusa de Souza

Suplente: Gabriel Ribas Neponucena

Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Jéssica Gaias Sott

Suplente: Nivaldo Budin

Secretaria Municipal da Fazenda:

Titular: Vera Maria Benzak Krawczyk

Suplente: Alecsandro Boiko

Secretaria Municipal da Saúde:

Titular: Carlos Diego Train

Suplente: Bruno Alvir Siepko

Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Jociane Elizete Sabai

Suplente: Vania Helenice Sabai

Secretaria Municipal de Obras:

Titular: Roberto Engbruch Neto

Suplente: Jose de Oliveira

Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Daniel Waligura

Suplente: Sidnei Milczuk

Secretaria Municipal de Indústria e Comércio:

Titular: Rodrigo Antonio de Souza

Suplente: Luiz Fernando Soares Gabelini

Secretaria Municipal de Transportes:

Titular: Marcos Marczal

Suplente: Giovana Mafalda Andriguetto

Secretaria Municipal de Turismo:

Titular: Cristian Szymanek

Suplente: Victoria Maciel De Oliveira

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Liseane Walczak Train

Suplente: Michelle Buchen Schorr

Secretaria Municipal de Serviços Rurais:

Titular: Silmar Kazenoh

Suplente: Eliseu Kloczk

Departamento Jurídico:

Titular: Inaiara Pissaia Popovicz

Suplente: Enio Ribas Junior

Departamento de Contabilidade e Finanças:

Titular: Jefferson Rodrigues Mazur

Suplente: Arlete Kolenetz

Departamento de Tributação:

Titular: Simone Dlugosz Parra Budin

Suplente: Tania Maria Koteski Fries

Departamento de Projetos e Engenharia:

Titular: Amanda Matzenbacher Trevisol

Suplente: Fabio Da Silva

Vigilância Sanitária:

Titular: Felipe Siepko

Suplente: Marlon Paulo Nedochoetko

CRUZ MACHADO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 143/2024

REF.: Tomada de Preço Nº 006/2023

SUMÁRIO

CRUZ MACHADO.....	5
SUMÁRIO.....	6
FIGURAS	7
QUADROS.....	8
TABELAS	9
APRESENTAÇÃO.....	10
1 CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA.....	13
1.1 DIVERSIFICAÇÃO, OPORTUNIDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO LOCAL	13
1.2 RECONHECIMENTO, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E DE SUAS FRAGILIDADES.....	15
1.3 ORDENAMENTO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL	18
1.4 PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA À POPULAÇÃO.....	20
1.5 ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL MUNICIPAL E DEMOCRÁTICA	22
2 MODELO DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	25
2.1 MACROZONEAMENTO MUNICIPAL.....	25
2.2 PERÍMETRO URBANO	32
2.3 ZONEAMENTO URBANO.....	36
2.4 SISTEMA VIÁRIO	46
3 INSTRUMENTOS NORMATIVOS	65
3.1 REGRAS DE USO DO SOLO	65
3.2 ESTACIONAMENTOS OBRIGATÓRIOS.....	69
3.3 REGRAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO	70
3.4 REGRAS DE PARCELAMENTO DO SOLO	76
4 INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS.....	78
4.1 PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS (PEUC)	78
4.2 IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO	80
4.3 DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA.....	81
4.4 ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA	81
4.5 DIREITO DE PREEMPÇÃO.....	83
4.6 INSTITUIÇÃO DE ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL.....	84
5 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	87
5.1 REURB.....	88
5.2 CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA	92
5.3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	93

6	QUESTIONÁRIO ONLINE	94
6.1	METODOLOGIA.....	94
6.2	PERFIL DOS PARTICIPANTES	95
6.3	INFRAESTRUTURA.....	96
6.4	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS.....	97
6.5	TRANSPORTE E MOBILIDADE	98
6.6	MEIO AMBIENTE.....	99
6.7	ECONOMIA	100
6.8	HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	101
6.9	OUTRAS TEMÁTICAS.....	102
	APÊNDICE	103
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ON-LINE APLICADO	103
	APÊNDICE B – COMENTÁRIOS QUESTIONÁRIO ON-LINE	114

FIGURAS

Figura 1	- Macrozoneamento Municipal.....	26
Figura 2	– Perímetro Urbano da Sede	33
Figura 3	– Perímetro Urbano de Santana	34
Figura 4	– Perímetro Urbano de Nova Concórdia.....	34
Figura 5	– Perímetro Urbano de Linha Vitória	35
Figura 6	– Zoneamento Urbano da Sede	38
Figura 7	– Zoneamento Urbano de Santana	39
Figura 8	– Zoneamento Urbano de Nova Concórdia.....	40
Figura 9	– Zoneamento Urbano de Linha Vitória.....	40
Figura 10	– Hierarquia Viária Municipal.....	46
Figura 11	– Hierarquia Viária da Sede.....	49
Figura 12	- Hierarquia Viária de Santana	50
Figura 13	- Hierarquia Viária de Nova Concórdia.....	50
Figura 15	– Perfil Viário da Rodovia PR-447.....	54
Figura 16	– Perfil Viário da Estrada Primária	55
Figura 17	– Perfil Viário da Estrada Secundária	55
Figura 18	– Perfil Viário da Estrada Terciária	56
Figura 20	– Perfil Viário da Via Coletora	57
Figura 21	– Perfil Viário da Via Local.....	58
Figura 22	– Perfil Viário da Via Paisagística.....	59
Figura 23	– Rota Ciclável Municipal	60
Figura 24	– Rota Ciclável da Sede	61

Figura 25 – Rota Ciclável de Santana	62
Figura 26 – Rota Ciclável de Nova Concórdia	62
Figura 27 – Rota Acessível da Sede.....	64
Figura 28 – Rota Acessível de Santana.....	64
Figura 29 – Esquema gráfico regra de ocupação - COS	73
Figura 30 – Esquema gráfico regra de ocupação - ZIS	73
Figura 31 – Esquema gráfico regra de ocupação ZOC	74
Figura 32 – Esquema gráfico regra de ocupação ZRM.....	74
Figura 33 – Esquema gráfico regra de ocupação ZE	75
Figura 34 – Esquema gráfico regra de ocupação ZOM	75
Figura 35 - Área de Aplicação do PEUC.....	79
Figura 36 – Direito de Preempção	84
Figura 37 – ZEIS	86
Figura 38 – Loteamento Irregulares da Sede	91
Figura 39 – Loteamento Irregulares de Santana.....	92
Figura 40 – Local de Moradia dos Participantes	96
Figura 41 – Nuvem de Palavras sobre Infraestrutura	97
Figura 42 – Nuvem de Palavras sobre Equipamentos Comunitários	98
Figura 43 – Nuvem de Palavras sobre Transporte e Mobilidade	99
Figura 44 – Nuvem de Palavras sobre Meio Ambiente.....	100
Figura 45 – Nuvem de Palavras sobre Economia.....	101
Figura 46 – Nuvem de Palavras sobre Habitação e Regularização Fundiária.....	101
Figura 47 – Nuvem de Palavras.....	102

QUADROS

Quadro 1 - Atividades Realizadas	11
Quadro 2 – Descrição do Macrozoneamento Municipal	28
Quadro 3 – Zoneamento Urbano.....	41
Quadro 4 – Hierarquia Viária Municipal	47
Quadro 5 - Hierarquia Viária Urbana	51
Quadro 6 – Dimensão dos Perfis Viários Municipais.....	53
Quadro 7 – Dimensão dos Perfis Viários Urbanos	53
Quadro 8 – Classificação das atividades conforme nível de impacto	67
Quadro 9 – Categorias de atividades por zona de uso.....	68
Quadro 10 - Exigência de vagas de estacionamento	70
Quadro 11 - Regras de ocupação do solo	72
Quadro 12 – Padrões de loteamento e desmembramento	77

TABELAS

Tabela 1 – Local de Moradia dos Participantes.....	95
--	----

APRESENTAÇÃO

O presente relatório representa o Terceiro Produto referente à contratação da empresa Latus Consultoria para assessoria no processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cruz Machado/PR (Lei nº 1146/2008 e demais leis que o compõem). Este documento sistematiza os avanços da Terceira Fase do trabalho, iniciada em 4 de dezembro de 2024 e concluída com a Audiência Pública de pactuação realizada no dia 15 de abril de 2025 e a entrega e homologação deste produto.

Esta fase avança na formulação estratégica para o desenvolvimento municipal, iniciada na fase anterior. A partir dos resultados obtidos com a Análise Temática Integrada, que apontou os principais aspectos de Cruz Machado e os objetivos para seu desenvolvimento, foram construídos, coletivamente, um conjunto de diretrizes e propostas que orientaram na definição de um modelo de (re)ordenamento territorial para o município. Faz parte desta fase a definição do macrozoneamento municipal, do perímetro urbano, do zoneamento urbano, do sistema viário (incluindo rotas cicláveis e acessíveis) e dos instrumentos normativos, que abrangem as regras para uso, ocupação e parcelamento do solo urbano. Ao fim, foram selecionados os instrumentos urbanísticos, dentre os previstos pelo Estatuto da Cidade¹, compatíveis com a realidade de Cruz Machado e que potencialmente irão auxiliar a alcançar o modelo de desenvolvimento estabelecido, garantindo o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Destaca-se a inclusão de um capítulo específico sobre a Regularização Fundiária Urbana (REURB), que norteará as ações do Poder Público Municipal quanto à identificação, análise e regularização de núcleos urbanos informais consolidados. O plano de REURB proposto visa prevenir a recorrência de ocupações irregulares, orientar a aplicação das modalidades previstas na Lei Federal nº 13.465/2017 e integrar a política habitacional às demais diretrizes do desenvolvimento urbano. Dessa forma, busca-se assegurar o pleno cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, conforme determina a Constituição Federal e a legislação urbanística vigente.

Ressalta-se que o conteúdo deste documento será traduzido, na próxima fase, nas minutas de projeto de lei que compõem o Plano Diretor² e que, por sua vez, serão posteriormente submetidas a aprovação na Câmara Municipal de Vereadores.

¹ Lei nº 10.257/2001.

² Lei do Plano Diretor Municipal, lei do Perímetro Urbano, lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, lei do Sistema Viário, lei do Parcelamento do Solo para fins Urbanos, lei do Código de Edificações e Obras, lei do Código de Posturas e leis específicas para regulamentação dos instrumentos urbanísticos. Também está prevista a elaboração do Plano de Ação e Investimentos.

Para a construção das diretrizes e estratégias retratadas neste documento, foram contempladas as orientações contidas no Termo de Referência, o qual norteia o desenvolvimento deste trabalho. No início desta fase, foram realizadas a capacitação dos Técnicos Municipais e oficinas com os mesmos para a elaboração das propostas. Assim, a Equipe Técnica de Consultoria orientou os debates, esclarecendo dúvidas e compartilhando experiências e conhecimentos adquiridos ao longo de sua atuação junto a outros municípios. As atividades realizadas ao longo dessa etapa encontram-se demonstradas no Quadro 1.

Quadro 1 - Atividades Realizadas

Atividade	Data	Pauta
Oficina de Diretrizes e Propostas	17/02/2025 9h às 12h	Classificação das Diretrizes e Propostas de acordo com a Metodologia CDP, Proposta de Macrozoneamento Municipal e Hierarquia Viária Municipal
Oficina de Diretrizes e Propostas	17/02/2025 14h às 16h	Proposta de Perímetro Urbano, Zoneamento Urbano e Hierarquia Viária Urbana
Oficina de Diretrizes e Propostas	18/02/2025 9h às 12h	Dimensões de Lotes e de Perfis Viários, Instrumentos Urbanísticos
Reunião Sobre a Regularização Fundiária	12/03/2025 8h às 10h	Reunião de definição das demandas da população em relação à regularização fundiária
Reunião de Pactuação das Propostas	02/04/2025 8h às 10h	Apresentação das propostas elaboradas a partir das Oficinas de Diretrizes e Propostas
Conferência Sobre a Regularização Fundiária	14/04/2025 16h às 20h	Apresentação para a população sobre o processo de regularização fundiária e coleta de dados sobre os loteamentos irregulares
Capacitação Etapa 04	15/04/2025 9h às 12h	Capacitação da Equipe Técnica Municipal sobre a 4ª Etapa de Revisão do Plano Diretor
Audiência Público Etapa 03	15/04/2025 18h30 às 21h	Audiência Pública para a sociedade civil apresentando as diretrizes e propostas do Plano Diretor
Entrega do produto 03	15/05/2025 13h30 às 15h	Entrega do produto para a Equipe Técnica Municipal

Elaboração: Latus Consultoria (2025).

A visão transdisciplinar que será demonstrada na sequência, representa o conjunto de estratégias para desenvolvimento municipal pactuadas entre gestão municipal e sociedade civil, que resultarão nas minutas de projeto de lei que compõem o Plano Diretor de Cruz Machado. O conteúdo deste documento contempla:

- Concepção estratégica: definição de diretrizes de (re)ordenamento territorial com as respectivas propostas de garantia dos direitos à cidade sustentável, necessárias para sua

consecução, estabelecidas a partir da síntese da Análise Temática Integrada e dos objetivos para o desenvolvimento municipal, resultantes da fase anterior do processo.

- Modelo de (re)ordenamento territorial: apresentação do macrozoneamento municipal, perímetro urbano, macrozoneamento urbano e sistema viário.
- Instrumentos normativos: descrição das regras de uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, com indicação do zoneamento urbano na qual incidem estes regramentos, e da exigência de vagas de estacionamento.
- Instrumentos urbanísticos: explanação dos instrumentos urbanísticos selecionados, assim como da delimitação das áreas de aplicação. Os instrumentos urbanísticos de Cruz Machado são Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC); IPTU Progressivo no Tempo; Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; Estudo de Impacto de Vizinhança; Direito de Preempção; Instituição de Zonas Especiais de Interesse Social; Integram ainda esse processo os instrumentos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, Legitimação Fundiária, Legitimação de Posse e a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS).
- REURB: A Regularização Fundiária Urbana (REURB), prevista na Lei Federal nº 13.465/2017, integra núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial, garantindo segurança jurídica da posse e acesso a infraestrutura, serviços e moradia digna. Compreende as modalidades REURB-S (interesse social) e REURB-E (interesse específico), aplicando-se conforme o perfil socioeconômico dos ocupantes. Em Cruz Machado, a REURB será um instrumento estratégico para promover a função social da propriedade e a inclusão socioespacial, priorizando áreas de baixa renda e assentamentos consolidados. O município deve seguir as diretrizes do Plano Diretor e da legislação vigente, articulando-se com o cartório de registro de imóveis e assegurando participação comunitária para efetivar a titulação, urbanização e inclusão no cadastro imobiliário.
- Questionário online: compilação e análise das contribuições da sociedade civil para a etapa de propostas do Plano Diretor por meio de um questionário online.
- Relatório de atividades: apresentação da pauta, data, horário, local, participantes, ata, lista de presença, registros fotográficos, material apresentado e de apoio de cada uma das atividades realizadas.

I CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA

Na fase anterior do atual processo de revisão do Plano Diretor de Cruz Machado, foi realizado um diagnóstico abrangente da situação atual do município. Esse relatório foi desenvolvido por meio de uma abordagem transdisciplinar, que envolveu a colaboração da equipe técnica municipal, a participação da sociedade civil e a análise de dados provenientes de fontes oficiais. A síntese da Análise Temática Integrada identificou os principais desafios e potencialidades que devem ser considerados no processo de planejamento, com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável do município. Consequentemente, foram definidos cinco novos eixos, nos quais a política pública municipal pode atuar de forma estratégica para promover o desenvolvimento sustentável:

- I. Diversificação, oportunidade e crescimento econômico local;
- II. Reconhecimento, proteção e valorização do patrimônio natural e de suas fragilidades;
- III. Ordenamento da ocupação territorial;
- IV. Promoção de qualidade de vida à população;
- V. Estruturação e fortalecimento da gestão territorial municipal e democrática.

I.1 DIVERSIFICAÇÃO, OPORTUNIDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO LOCAL

O eixo **Diversificação, oportunidade e crescimento econômico local**, está diretamente relacionado ao progresso e a diversificação e crescimento da economia no município de Cruz Machado. Assim, é essencial articular e integrar esses diferentes aspectos com as oportunidades de desenvolvimento presentes no território, com o objetivo de estabelecer diretrizes que favoreçam a reintegração do município e promovam uma inserção mais efetiva na dinâmica regional.

Na etapa da Análise Temática Integrada, foram identificados problemas relacionados a logística dentro do município e deste com os municípios do entorno, a migração de jovens para outros municípios devido à baixa oportunidade de empregos, a dependência do setor primário como principal atividade econômica, entre outros. Assim, foram analisados as principais deficiências, condicionantes e potencialidades relacionadas a esse tema, destacando assim os objetivos de acordo com sua necessidade e propondo meios de minimizar os problemas e aproveitar as oportunidades.

O primeiro ponto destacado surge a partir das dificuldades na logística dos setores produtivos pela desestruturação do sistema viário principal do município, apesar de este fazer limite ao município polo regional (União da Vitória). Além disso, também há problemas nas conexões intramunicipais as quais dificultam a circulação entre as áreas de produção e entre as principais localidades rurais, portanto o objetivo dessa diretriz envolve **estruturar o sistema viário municipal e suas conexões**

regionais, estabelecendo prioridades e diretrizes para sua qualificação e rotas adequadas para o tráfego de cargas. Assim foram criadas as seguintes propostas:

- Reestruturar e melhorar o sistema viário principal, com foco na conectividade entre Cruz Machado e a região de União da Vitória, para otimizar o escoamento de produtos;
- Desenvolver um plano de transporte eficiente, incluindo incentivos e aproveitando as proximidades regionais;
- Estabelecer um centro logístico regional para facilitar o armazenamento e distribuição de produtos, integrando o município ao mercado regional;
- Apoiar a formação de cooperativas de transporte para reduzir os custos logísticos dos pequenos produtores e fortalecer a integração regional.

Em relação à economia municipal instável e vulnerável, oscilando significativamente conforme panorama econômico, se percebeu que é necessário **identificar áreas favoráveis para o desenvolvimento da produção primária, inibindo a ocupação extensiva, preservando os recursos naturais existentes e favorecendo práticas sustentáveis.** Foram feitas quatro propostas de acordo com essa diretriz:

- Diversificar a base econômica do município, incentivando setores como agroindústria e serviços locais para reduzir a dependência de um único setor;
- Criar programas de apoio à pequena e média empresa (PME), com incentivos fiscais e capacitação, para fomentar a economia local;
- Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para promover inovação e novas tecnologias nos setores produtivos;
- Implementar políticas públicas de segurança econômica, como linhas de crédito específicas para enfrentar períodos de instabilidade.

Já a questão da migração, especialmente dos jovens, por falta de oportunidades locais e consequente aceleração do envelhecimento da população municipal, destaca um problema diferente no município, relacionado a ausência de variedade e quantidade de empregos. Assim, o objetivo das propostas a fim de minimizar a situação é **mapear os locais mais adequados para instalação de indústrias e consolidar distritos industriais, de forma a fomentar o setor no município, inibir eventuais conflitos e favorecer a logística.** As propostas para esse tema são:

- Promover programas de capacitação e empreendedorismo para jovens, incentivando a criação de negócios locais e a permanência na cidade;
- Fomentar a criação de empregos qualificados e salários atrativos, principalmente nas áreas de agroindústria e turismo, para reduzir a migração.

Já a redução do setor secundário no município, mas potencialidade de fomento da agroindústria de transformação, aponta outra deficiência, a qual tem como objetivo das propostas **prever políticas públicas que incentivem o empreendedorismo local em atividades econômicas variadas**. As propostas desse tema são:

- Estímulo à instalação de pequenas indústrias de transformação, especialmente para o setor agropecuário, como fábricas de processamento de soja e erva-mate;
- Criar incentivos fiscais para empresas de agroindústria e para pequenas indústrias que agreguem valor aos produtos primários locais;
- Promover parcerias público-privadas para a construção de infraestrutura que favoreça a instalação de novas indústrias no município;
- Implementar programas de capacitação profissional para mão de obra local, focando nas necessidades do setor de agroindústria e indústria leve.

Por fim, o último tema destacado é a potencialidade de desenvolvimento do turismo cultural, rural, ecológico, científico e de aventuras pelos atrativos existentes no município e recentes investimentos locais e na região. Assim, esse cenário aponta a oportunidade de **estruturar políticas públicas e parcerias que incentivem a economia local ao mesmo tempo que valorizam o patrimônio natural e cultural de Cruz Machado**. As propostas relacionadas a esse tema são:

- Fomentar a criação de roteiros turísticos que integrem as atrações culturais, rurais, ecológicas e de aventura, com infraestrutura básica para turistas;
- Desenvolver parcerias com agentes de turismo e operadores de viagem, para promover Cruz Machado como destino turístico regional;
- Criar eventos e festivais que valorizem a cultura local, como festas tradicionais, feiras de produtos artesanais e festivais de música e gastronomia;
- Investir em capacitação para profissionais de turismo e hospitalidade, garantindo qualidade no atendimento e experiência para os visitantes.

I.2 RECONHECIMENTO, PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E DE SUAS FRAGILIDADES.

O eixo **Reconhecimento, proteção e valorização do patrimônio natural e de suas fragilidades**, se destaca pela riqueza natural do território de Cruz Machado, que conta com diversas cachoeiras e uma Área de Proteção Ambiental (APA) localizada na parte leste do município. Além desses pontos importantes a serem protegidos, na etapa anterior foram identificadas também as áreas com terreno

acidentado (com declividade superior a 30%), a ocorrência de desastres hidrológicos e geológicos, entre outros.

Em relação ao vasto patrimônio natural a ser preservado e protegido, cuja relevância expande seus limites, principalmente por abrigar parte da APA da Serra da Esperança, foi identificado que o objetivo é **localizar as áreas prioritárias existentes no município para recuperação, preservação e proteção ambiental, criando assim um território sustentável e alinhado a diretrizes de conservação ambiental**. Foram criadas as seguintes propostas para este tema:

- Estabelecer zonas de uso sustentável do solo, com restrições claras para atividades de alto impacto em áreas sensíveis, de modo a conciliar as necessidades de desenvolvimento com a conservação ambiental;
- Estabelecer parcerias com ONGs e instituições de pesquisa ambiental, para desenvolver projetos de monitoramento e conservação da fauna e flora locais;
- Incentivar a adoção de práticas sustentáveis entre os agricultores locais, promovendo a agroecologia e a preservação das áreas florestais remanescentes;
- Implementar um programa de educação ambiental para a comunidade, visando conscientizar sobre a importância da preservação e proteção dos recursos naturais;
- Promover capacitações para os moradores locais em turismo sustentável, hospitalidade e gestão de serviços turísticos, para que possam atuar como guias turísticos, operadores de ecoturismo ou em serviços de apoio, como alimentação e hospedagem.

Outro ponto destacado no território municipal é a presença de sítio acidentado, apresentando regiões com declividade acentuada e superior a 30%, não recomendável à ocupação. Dessa forma, é importante **considerar as restrições ambientais na estratégia de ocupação do território, priorizando a preservação dos recursos naturais e a mitigação do risco**. As propostas feitas nesse tema foram:

- Desenvolver um plano de prevenção e mitigação de desastres naturais, considerando as áreas de risco hidrológico e geológico identificadas no município;
- Promover a requalificação das áreas urbanas e rurais vulneráveis, implementando infraestrutura para controle de enchentes, deslizamentos e outras ocorrências naturais;
- Implementar um sistema de monitoramento climático e geológico em tempo real, para identificar riscos e possibilitar uma resposta mais rápida a emergências;
- Estabelecer políticas públicas de reassentamento e/ou restrição de ocupação em áreas de risco, garantindo a segurança da população.

Ainda seguindo a temática anterior, é importante ressaltar que existem registros de desastres naturais de grandes proporções no município e de áreas urbanas e rurais suscetíveis ao risco

hidrológico e geológico, o que torna imprescindível **identificar e divulgar quais áreas não são propícias à ocupação enquanto conscientiza a população em relação ao assunto**. Assim, foram feitas as seguintes propostas:

- Realizar mapeamento detalhado das áreas de risco no município, com a inclusão de informações sobre impactos e frequências dos desastres naturais;
- Promover campanhas educativas para conscientizar a população sobre os riscos hidrológicos e geológicos e as ações preventivas a serem tomadas.

Já em relação a identificação de ações humanas que acentuam o risco a desastres naturais e a degradação dos recursos naturais, como edificações inadequadas, ocupações irregulares e produção primária, o objetivo principal é **controlar e fiscalizar as atividades de produção e a ocupação no território rural, garantindo o crescimento sustentável**. As propostas feitas são:

- Fortalecer a fiscalização da produção primária, garantindo que a expansão das atividades como a silvicultura e a agricultura esteja em conformidade com as leis ambientais;
- Fomentar a regularização fundiária e urbanística, promovendo a ocupação ordenada do solo e o incentivo a construções sustentáveis e ambientalmente responsáveis;
- Incentivar a recuperação de áreas degradadas, com projetos de reflorestamento e recomposição da vegetação nativa, especialmente em áreas de preservação ambiental.

A questão da diminuição da formação florestal e aumento das áreas para agricultura e silvicultura, com maior ênfase na APA da Serra da Esperança, sugere a falta de fiscalização da produção primária. Assim, o objetivo é **proteger a APA presente no município, por meio de incentivo à produção em outros locais do município, alinhando as propostas de macrozoneamento municipal a esse fator**. As propostas criadas foram:

- Aumentar a fiscalização sobre as atividades agrícolas e silviculturais dentro e no entorno da APA da Serra da Esperança, garantindo o cumprimento das normas ambientais;
- Criar um sistema de monitoramento remoto, utilizando imagens de satélite e drones, para detectar desmatamentos ilegais e outras ações prejudiciais ao meio ambiente;
- Implementar incentivos fiscais e financeiros para os produtores que adotarem práticas de agricultura e silvicultura sustentáveis, como sistemas agroflorestais e certificações ambientais.

Por fim, a existência do patrimônio ambiental e paisagens naturais reforça a necessidade de **explorar esse potencial para exploração do turismo ecológico, científico e de aventuras do território**, corroborando com o eixo anterior da Diversificação, oportunidade e crescimento econômico local. Assim, as propostas desse tema são:

- Desenvolver e promover roteiros turísticos ecológicos e de aventura, aproveitando o potencial da Serra da Esperança e das áreas de interesse ambiental;
- Investir em infraestrutura para turismo sustentável, incluindo trilhas, centros de visitantes e áreas de lazer em locais de preservação ambiental;
- Estabelecer parcerias com operadores de turismo ecológico e científico, para diversificar as opções turísticas e atrair novos públicos ao município;
- Capacitar a população local para atuar no setor de turismo, com foco em atendimento ao visitante, guia de turismo ecológico e empreendedorismo local sustentável.

1.3 ORDENAMENTO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL

O terceiro eixo, **Ordenamento da ocupação territorial**, envolve a distribuição da população no território e o sentido de crescimento das ocupações tanto urbanas quanto rurais. Além disso, a localização da população impacta diretamente em como esse trajeto é feito, o qual pode ter dificuldades de locomoção relacionadas ao sistema viário fragmentado. A questão do decréscimo populacional, já presente em outros temas citados anteriormente, e a predominância da população na área rural também fazem parte deste eixo.

A etapa anterior indicou o extenso território municipal, contando com diversas aglomerações rurais e urbanas dispersas e distantes umas das outras. Portanto, é importante **estabelecer uma estratégia de ocupação que leve em consideração a capacidade da gestão municipal em gerir seu território e a efetividade de sua atuação**. As propostas para esse tema são:

- Desenvolver um plano diretor participativo para ordenar o crescimento urbano, levando em consideração as necessidades de infraestrutura e a expansão da Sede, com foco na regularização fundiária e na ocupação de áreas seguras;
- Elaborar estratégias de urbanização sustentável, criando áreas de expansão urbana bem definidas, com infraestrutura adequada e políticas de ocupação que minimizem os impactos ambientais e sociais.

Já a questão da população predominante residente na área rural e em decréscimo, mas com maior densidade na área urbana e com tendência de crescimento, especialmente na Sede, indica a necessidade de **inibir a expansão da ocupação em áreas inadequadas, direcionando a ocupação para áreas mais propícias, garantindo acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços**. Assim, foram feitas as seguintes propostas:

- Melhorar a infraestrutura viária para conectar as áreas rurais e urbanas, criando acessos seguros e eficientes, com ênfase nas regiões mais afastadas e nas áreas de risco;

- Fomentar a construção de vias secundárias e alternativas, com a implementação de transporte público e acessibilidade para populações que residem em regiões periféricas e mais isoladas;
- Oferecer incentivos à construção de moradias acessíveis e de baixo custo nas áreas urbanas, promovendo a ocupação regularizada e o aproveitamento de terrenos vagos para uso habitacional permanente.
- Oferecer subsídios ou incentivos para a construção de moradias nas áreas urbanas da Sede, com o objetivo de atrair novos moradores e reduzir a vacância habitacional;

Em relação à expansão da ocupação urbana em todos os sentidos e na área rural, na maioria de forma irregular e, por vezes, em áreas de risco à desastres naturais tem como objetivo principal **delimitar perímetros urbanos conforme ocupação existente e tendências futuras, restrições ambientais e disponibilidade de infraestrutura, equipamentos e serviços, evitando que haja novas ocupações irregulares e ocupações em áreas de risco**. Assim, foram criadas as seguintes propostas:

- Implementar planos de urbanização ordenada para as áreas de expansão urbana, priorizando a regularização de ocupações informais e a oferta de infraestrutura básica (saneamento, energia, transporte);
- Criar zonas de risco restrito para impedir a ocupação de áreas vulneráveis a desastres naturais, com campanhas de conscientização e medidas de proteção;
- Desenvolver políticas de incentivo à ocupação planejada na área rural, com apoio à agricultura familiar e ao assentamento de populações de forma organizada e sustentável;
- Estabelecer um sistema de licenciamento e controle rigoroso de novas construções para garantir que a expansão da ocupação urbana e rural esteja dentro dos parâmetros legais e de segurança.

Por fim, a baixa conectividade e acessibilidade viária entre as regiões ocupadas, resultante da expansão desordenada da ocupação territorial, deficiência já destacada nos eixos anteriores, demonstra a necessidade de **definir um sistema viário urbano estruturante que garanta a acessibilidade e conectividade entre as regiões ocupadas, prevendo novas conexões viárias a serem obedecidas em projetos e parcelamentos futuros**. As propostas para esse tema são:

- Implantar projetos de infraestrutura viária conectando áreas periféricas à Sede, com a construção de novas vias e melhorias nas já existentes, priorizando regiões de maior densidade populacional;
- Fomentar parcerias público-privadas para melhorar a acessibilidade, promovendo soluções de transporte coletivo eficiente e acessível entre as áreas rurais e urbanas;

- Realizar estudos de viabilidade para novas alternativas de mobilidade, como ciclovias e transporte alternativo, para facilitar a conectividade entre regiões distantes.

I.4 PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA À POPULAÇÃO

O quarto eixo, **Promoção de qualidade de vida à população**, são analisados os desafios enfrentados pela gestão municipal como a distribuição da população no território, a concentração de equipamentos e serviços públicos, o saneamento básico, a infraestrutura disponível para pedestres e ciclistas e a vulnerabilidade social. O objetivo desse eixo é promover um território equilibrado e inclusivo, ampliando o acesso a serviços essenciais, como transporte, saúde e educação, e qualificando os espaços urbanos por meio do fortalecimento das políticas sociais voltadas à população e ao bem-estar coletivo.

A primeira análise apontada na etapa anterior, Análise Temática Integrada, foi a questão de gestão municipal enfrentar desafios na administração de seu território, pela ocupação dispersa, principalmente na disponibilidade de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos. Portanto, o objetivo desse tema é **delimitar áreas com potencial para consolidação e formação de centralidades de referência para as diferentes regiões ocupadas do município**. As propostas feitas foram:

- Delimitar e estruturar eixos estratégicos tanto na área urbana quanto no território rural, priorizando investimentos em infraestrutura, mobilidade e equipamentos públicos;
- Implantar núcleos regionais de serviço, posicionados de forma estratégica a suprir as necessidades das comunidades mais próximas;
- Instituir uma hierarquia viária para as estradas rurais, a fim de direcionar investimentos e garantir uma mobilidade facilitada entre os locais mais distantes;
- Incentivar o desenvolvimento de atividades específicas em áreas estratégicas, a fim de atrair novos empreendimentos e consolidar áreas com potencial.

Em relação à concentração de equipamentos, comércio e serviços no centro da Sede urbana e demais áreas ocupadas com pouca diversidade de uso, sendo predominantemente residenciais, demonstra a importância de **incentivar a miscigenação de usos nas aglomerações rurais e urbanas, inibindo a proximidade de atividades incompatíveis entre si e controlando possíveis impactos**. Assim, as propostas criadas para esse tema são:

- Promover a descentralização dos serviços públicos e comerciais, incentivando o desenvolvimento de polos comerciais nas periferias com incentivos fiscais;
- Criar polos de serviços e comércio em áreas periféricas com foco na acessibilidade e qualidade de vida, para reduzir a superlotação do centro urbano e melhorar a mobilidade;

- Incentivar a diversificação de usos nas áreas residenciais, permitindo que o comércio local seja integrado ao bairro, melhorando a infraestrutura e a qualidade do espaço urbano;
- Implantar um sistema de transporte eficiente para as áreas periféricas, garantindo que os serviços e o comércio nos bairros estejam acessíveis sem a necessidade de longos deslocamentos até o centro da Sede.

Outro ponto levantado durante a Análise Temática Integrada foram as condições precárias de saneamento básico de forma geral no território, agravando a degradação dos recursos naturais e constituindo ameaça a saúde da população, questão que também surgiu no questionário online feito à população. O objetivo desse tema é **identificar áreas prioritárias para adequação do saneamento básico, associado à exigência de execução da infraestrutura completa e em funcionamento em novos parcelamentos**. As propostas criadas são:

- Elaborar um plano de expansão do saneamento básico que contemple tanto a área urbana quanto a rural, com prioridade para os bairros em situação de maior vulnerabilidade;
- Implementar sistemas alternativos de saneamento sustentável, como fossas sépticas biodigestoras e sistemas de reuso de água, em áreas onde a instalação da rede convencional seja inviável;
- Fomentar campanhas de educação ambiental e conscientização sobre o uso racional da água e a importância do tratamento adequado de esgoto.

O fluxo de ciclistas e pedestres é intenso nas áreas urbanas, no entanto não há infraestrutura adequada para a mobilidade ativa e serviço de transporte coletivo público, incentivando o uso de modais menos sustentáveis e mais problemáticos, como o uso do veículo motorizado particular. Dessa forma, se torna importante **incentivar a mobilidade ativa e ofertar o transporte público coletivo, focando em meios de transporte mais sustentáveis**. Assim, foram feitas as seguintes propostas:

- Desenvolver infraestrutura para mobilidade ativa e transporte público, criando ciclovias, calçadas e rotas adequadas, incentivando formas de deslocamento mais saudáveis e sustentáveis;
- Criar o sistema de transporte coletivo público com mais linhas e rotas para atender às áreas periféricas, reduzindo o uso de veículos particulares;
- Oferecer incentivos fiscais para empresas de transporte coletivo sustentável, garantindo um serviço eficiente, econômico e ambientalmente amigável.

As diversas ocupações com população em situação de vulnerabilidade social, na área urbana e rural, associadas à falta de infraestrutura e serviços e, em alguns casos, à risco de desastres naturais destacam um ponto sensível do município, em especial na Sede. Assim, o objetivo principal desse

tema envolve instituir ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) em áreas bem localizadas e providas de infraestrutura, equipamentos e serviços, para futura provisão de habitação de interesse social, garantindo assim moradia digna para a população ao mesmo tempo que evita ocupações irregulares e em áreas de risco. As propostas criadas foram:

- Elaborar programas de habitação social integrada com a infraestrutura básica, proporcionando moradias adequadas e condições dignas para a população em situação de vulnerabilidade;
- Implementar programas de segurança pública e prevenção de desastres naturais nas áreas mais suscetíveis a riscos, com foco no atendimento a grupos vulneráveis;
- Criar espaços de convivência e integração social nas comunidades vulneráveis, como centros comunitários e unidades de saúde, para promover a inclusão e o apoio psicossocial;
- Oferecer incentivos para a regularização fundiária e a construção de moradias em áreas de propícias, com apoio governamental para deslocamento e reassentamento, se necessário.

1.5 ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO TERRITORIAL MUNICIPAL E DEMOCRÁTICA

O quinto e último eixo é a **Estruturação e fortalecimento da gestão territorial municipal e democrática**, o qual destaca as limitações enfrentadas pela administração pública em relação ao planejamento urbano e a aplicação do Plano Diretor vigente. Os principais desafios da gestão estão diretamente conectados com a baixa participação da sociedade civil e a ausência de uma secretaria ou departamento específico para o planejamento territorial além da limitação dos instrumentos de monitoramento e fiscalização. Além disso, o Plano Diretor atual possui uma estratégia desconectada da realidade municipal, com normativas rígidas que incentivam a irregularidade e dificultam o processo de regularização fundiária.

O primeiro tema que surge nesse eixo é a questão de a gestão municipal não possuir secretaria ou departamento específico vinculado ao planejamento territorial, portanto é de suma importância **determinar no Plano Diretor Municipal que sua implementação esteja vinculada a um setor municipal específico que trate do tema do planejamento territorial**. Assim, as propostas são:

- Fomentar a capacitação e especialização das equipes municipais, oferecendo cursos e treinamentos focados em planejamento urbano sustentável e práticas de gestão pública;
- Implementar as instâncias e mecanismos para a gestão integrada e participativa.

Outro ponto destacado é em relação à equipe responsável pela implementação do Plano Diretor Municipal, a qual é composta apenas por engenheiros e demanda por profissionais de outras áreas do conhecimento. Assim, o objetivo é **recomendar no Plano Diretor Municipal que a equipe**

técnica responsável pela sua implementação seja multidisciplinar e que conte com o apoio de um grupo intersetorial. As propostas feitas são:

- Ampliar a equipe responsável pela implementação do Plano Diretor Municipal com a contratação de profissionais de áreas complementares, como arquitetos e urbanistas e geógrafos;
- Criar grupos técnicos específicos para áreas de atuação como mobilidade, meio ambiente, e habitação, com profissionais qualificados para cada um desses temas.

A reduzida participação da sociedade civil na implementação do Plano Diretor Municipal, visto que apenas o Conselho de Desenvolvimento Rural está ativo e que não há adesão popular ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, demonstra outro problema de gestão, reforçando a necessidade de **rever a composição dos conselhos diretamente atrelados a implementação do Plano Diretor Municipal, bem como demais disposições, para que haja uma atuação mais efetiva e com membros de diferentes representações.** Em relação a esse tema, foram feitas as seguintes propostas:

- Criar fóruns abertos de discussão e audiências públicas para a sociedade civil se envolver ativamente na revisão e implementação do Plano Diretor Municipal, garantindo representatividade de diferentes segmentos da população;
- Fortalecer o Conselho de Desenvolvimento Municipal, proporcionando maior transparência nas decisões e envolvendo a sociedade em processos de consulta pública e debates sobre o planejamento territorial;
- Desenvolver campanhas de conscientização e engajamento popular sobre a importância da participação no processo de planejamento urbano e suas implicações diretas no cotidiano dos cidadãos.

Outra deficiência apontada na etapa da Análise Temática Integrada, foi o fato de não existirem informações de avaliação, controle e monitoramento do Plano Diretor Municipal, já que o Sistema Municipal de Informações não foi instituído. Portanto, é necessário **instituir um sistema de avaliação, controle e monitoramento do Plano Diretor Municipal que seja simples, contínuo e com participação da sociedade.** As propostas nesse tema são:

- Implementar um Sistema Municipal de Informações (SMI) para monitoramento e controle do Plano Diretor Municipal, com indicadores claros e metas de desenvolvimento urbano;
- Realizar avaliações periódicas do Plano Diretor, para garantir que as políticas públicas estejam alinhadas às mudanças no município e à evolução das necessidades da população.

Como citado anteriormente, a parcial implementação do Plano Diretor Municipal também foi identificada como uma deficiência, pois demanda a instituição de instâncias e instrumentos que não

foram regulamentados. Então, como objetivo principal é necessário **instituir no Plano Diretor Municipal uma estratégia de ordenamento territorial que contemple todo o território municipal e seja coerente ao diagnóstico realizado**. Assim, as propostas criadas são:

- Regularizar e regulamentar os instrumentos necessários à implementação do Plano Diretor, criando as normas e regulamentações faltantes e garantindo a execução das ações previstas;
- Estabelecer o sistema de monitoramento e avaliação permanente do Plano Diretor;
- Estabelecer parcerias com outros municípios ou entidades regionais para facilitar a implementação de projetos que exigem cooperação intermunicipal, como infraestrutura e mobilidade;
- Implantar gradativamente o sistema de informações georreferenciadas.

Por fim, a estratégia de ocupação territorial desvinculada a realidade municipal e com normativas demasiadamente rígidas, incentivando a irregularidade fundiária, demonstra um dos principais problemas do Plano Diretor vigente, o qual ocasionou em um padrão de ocupação irregular. Assim, se torna imprescindível **determinar diretrizes e normativas de ocupação que sejam claras e coerentes à realidade municipal, para inibição da irregularidade fundiária**. As propostas relacionadas a esse tema são:

- Revisar as normativas de ocupação territorial de forma a garantir que elas atendam à realidade local, ajustando regras que dificultem a regularização e o planejamento sustentável da ocupação;
- Realizar estudos técnicos sobre a realidade demográfica, econômica e ambiental do município, para ajustar o planejamento urbano às necessidades reais da população e dos recursos naturais;
- Fomentar a adoção de políticas públicas mais inclusivas e participativas para que a população local tenha maior controle sobre o uso e ocupação do solo, promovendo a regularização fundiária e o uso sustentável;
- Implementar um sistema de incentivo à regularização fundiária que permita o parcelamento de áreas urbanas e rurais de forma organizada, incentivando a adesão ao processo de ocupação legal e ordenada.

2 MODELO DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL

O modelo de (re)ordenamento territorial envolve a concepção de propostas para o desenvolvimento do território urbano e rural de Cruz Machado, incluindo assim o macrozoneamento municipal, os perímetros urbanos, o zoneamento urbano e o sistema viário.

O macrozoneamento municipal consiste na divisão do território municipal em grandes zonas, identificadas a partir de suas características ambientais, sociais, de produção e outras em comum ou na intenção que o município tem para aquela área no futuro. Assim, o objetivo é orientar as estratégias específicas em cada macrozona podendo assim controlar o crescimento urbano, proteger as áreas desfavoráveis à ocupação, minimizar conflitos entre usos de terra e incentivar atividades econômicas específicas além de outras diretrizes, promovendo assim um crescimento equilibrado e sustentável no município.

Os perímetros urbanos definem as áreas urbanas dentro do município, onde as regulamentações e normas urbanísticas são aplicadas. Assim, essa delimitação permite planejar o crescimento ordenado dessas áreas, as quais costumam concentrar uma porção maior da população. Dentro dos perímetros urbanos é aplicado o zoneamento urbano, o qual é uma ferramenta que tem o objetivo de organizar o uso e a ocupação do solo nessa área. Da mesma forma que o macrozoneamento municipal se aplica para todo o município, o zoneamento urbano define zonas apenas dentro das áreas urbanas, identificando suas características em comum e onde é mais ou menos favorável a ocupação.

Quanto ao sistema viário, o objetivo é orientar o deslocamento de pedestres e veículos, ordenando as diferentes formas de mobilidade, tanto na área rural quanto na área urbana. Para isso, são identificadas as vias de maior fluxo ou conexão, estabelecendo diferentes categorias para essas vias, bem como a previsão de prolongamentos e novas conexões viárias estruturantes. O objetivo é criar uma hierarquia para as ruas, rodovias e estradas, facilitando a mobilidade e a integração entre as diferentes comunidades e os diferentes bairros.

2.1 MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

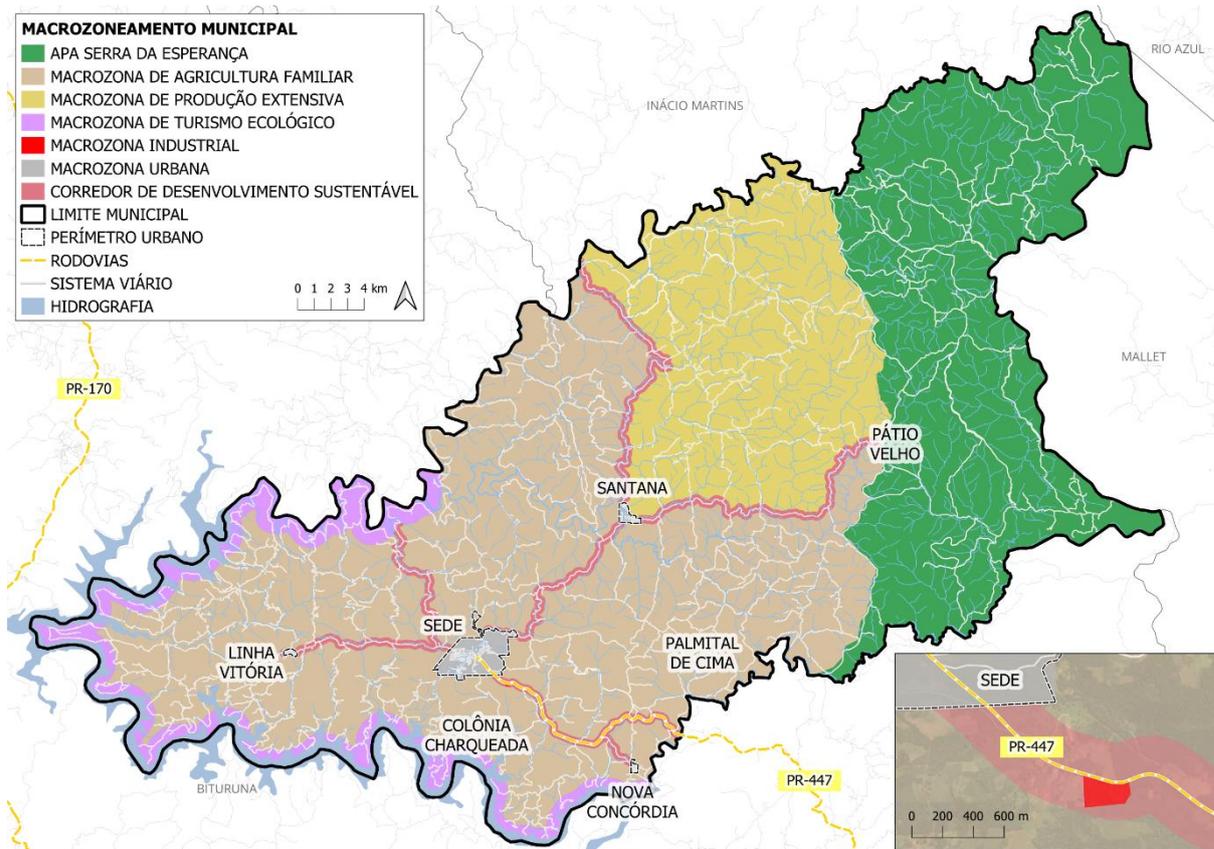
A concepção do macrozoneamento municipal para Cruz Machado se deu a partir das seguintes premissas:

- Identificação da Área de Proteção Ambiental Serra da Esperança;
- Preservação da flora e fauna nativas;
- Incentivo ao ecoturismo, relacionado a bens naturais como cachoeiras e o Rio Iguaçu;

- Valorização e incentivo da agricultura familiar e da produção de erva-mate;
- Fomento a práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis, associada à diversificação da produção primária;
- Garantia do uso eficiente do solo, incentivando as áreas favoráveis à ocupação;
- Estímulo a cooperação intermunicipal, conectando as diferentes regiões do município.

Junto à Equipe Técnica Municipal, se analisou o macrozoneamento municipal do Plano Diretor vigente e foi possível constatar que as macrozonas precisavam de ajustes que ressaltassem suas características específicas. Assim, para a proposta do novo macrozoneamento, foram levadas em consideração as especificidades regionais e as potencialidades do território, tornando possível associá-los aos objetivos estratégicos de desenvolvimento. A partir dessa análise e dos dados coletados na etapa anterior (Produto 02 – Análise Temática Integrada), foram definidas as macrozonas para o território municipal que podem ser vistas na Figura 1 e que são descritas em seqüência.

Figura 1 - Macrozoneamento Municipal



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Com base nas premissas mencionadas acima, foi determinado o que chamamos de macrozonas e seus elementos estruturadores no modelo de desenvolvimento territorial, abrangendo os eixos

viários destacados por suas potencialidades de estruturação e indução do desenvolvimento de atividades econômicas diversas, bem como os canais de mobilidade e integração das comunidades. Além disso, inclui-se a área de preservação ambiental e pontos de interesse diversos identificados durante os debates. Esses elementos estruturadores evidenciam o potencial de organização da proposta de macrozoneamento municipal. Para o território de Cruz Machado foram definidos cinco macrozonas e um corredor:

- I. Macrozona APA Serra da Esperança;
- II. Macrozona de Agricultura Familiar;
- III. Macrozona de Produção Primária;
- IV. Macrozona de Turismo Ecológico;
- V. Macrozona Urbana;
- VI. Corredor de Desenvolvimento Sustentável;
- VII. Macrozona Industrial.

A **Macrozona APA Serra da Esperança** envolve uma área definida pela Lei Estadual nº 9905/92 a qual abrange diversos municípios do estado do Paraná. A área dentro do território de Cruz Machado recebeu uma macrozona própria pois é regida pelo seu próprio plano de manejo.

A **Macrozona de Agricultura Familiar** foca na produção em pequena escala e é voltada para o trabalho familiar, seguindo também as diretrizes de uma produção ordenada e sustentável.

Já a **Macrozona de Produção Primária** foi definida em uma região na parte norte do município, a qual concentra atividades como agricultura, pecuária, extrativismo e pesca e tem como objetivo incentivar o desenvolvimento econômico de forma ordenada e sustentável.

A **Macrozona de Turismo Ecológico** está na porção do território mais próxima do Rio Iguaçu e tem como objetivo o fomento ao turismo sustentável, valorizando as paisagens naturais e incentivando atividades sustentáveis.

Por outro lado, a **Macrozona Urbana** abrange as áreas de maior concentração populacional e que possuem infraestrutura consolidada, garantindo o crescimento ordenado da ocupação. Tratam das áreas delimitadas por perímetro urbano da Sede, Santana e Nova Concórdia.

O **Corredor de Desenvolvimento Sustentável** surge a partir da rodovia e das principais estradas rurais a fim de conectar as comunidades e as áreas de maior valor ecológico e econômico do município.

Por fim, a **Macrozona Industrial** foi estabelecida fora dos perímetros urbanos, em área industrial consolidada e estratégica com acesso facilitado à infraestrutura viária, garantindo a geração

de empregos de forma planejada, com atenção à mitigação de impactos ambientais e à integração com as demais zonas produtivas do município.

Quadro 2 – Descrição do Macrozoneamento Municipal

Macrozona	Descrição	Objetivos
APA Serra da Esperança	A Área de Proteção Ambiental (APA) Serra da Esperança é uma região de grande importância ambiental, caracterizada por sua vegetação nativa, biodiversidade e relevância para a conservação dos recursos hídricos. Localizada em áreas de relevo elevado, a APA visa preservar os ecossistemas naturais, protegendo as fontes de água e promovendo o equilíbrio ambiental conforme Lei Estadual nº 9905/92 que a institui.	Garantir a proteção da flora e fauna nativas, minimizando os impactos da ocupação e das atividades agrícolas.
		Preservar as nascentes e bacias hidrográficas, mantendo a qualidade das águas e o equilíbrio dos recursos hídricos essenciais para as comunidades locais.
		Garantir a ocupação orientada da APA de acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico do Plano de Manejo.
		Fomentar o uso sustentável do solo, promovendo práticas agrícolas e atividades humanas que respeitem os limites ambientais da área.
		Incentivar o ecoturismo, desenvolvendo atividades turísticas que valorizem o patrimônio natural da região, gerando oportunidades econômicas sustentáveis para a população local.
Macrozona de Produção Primária	A Macrozona de Produção Primária é dedicada à exploração de recursos naturais e produção agropecuária de forma ordenada e sustentável. Essa área abrange atividades agrícolas, pecuárias, extrativistas e pesqueiras, com foco em otimizar a produção sem comprometer os ecossistemas locais.	Promover práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis incentivando o uso responsável de técnicas que minimizem os impactos ambientais, como o uso de tecnologias de baixo impacto e o manejo florestal sustentável.
		Diversificar a produção primária apoiando a integração de diversas atividades produtivas, como a agropecuária, a pesca e o extrativismo sustentável.
		Fortalecer a economia local por meio da geração de empregos e aumentando a renda das comunidades locais por meio do aproveitamento sustentável dos recursos naturais.

Macrozona	Descrição	Objetivos
		Reduzir o impacto ambiental a fim de garantir que a exploração dos recursos naturais seja realizada com medidas de mitigação dos impactos sobre o solo, as águas e a biodiversidade.
Macrozona de Agricultura Familiar	A Macrozona de Agricultura Familiar é voltada para a promoção da produção agrícola em pequena escala, com foco em técnicas sustentáveis e na valorização do trabalho familiar. Esta área prioriza o uso racional dos recursos naturais e busca garantir a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da economia local.	Valorizar a agricultura familiar incentivando a produção local e a comercialização de alimentos por meio de sistemas agrícolas sustentáveis.
		Apoiar práticas agrícolas que promovam o abastecimento interno e a redução da dependência de produtos importados.
		Fomentar a diversificação da produção estimulando a introdução de novas culturas e práticas agrícolas que aumentem a resiliência do setor frente às mudanças climáticas e flutuações de mercado.
		Facilitar a comercialização direta dos produtos, conectando os pequenos produtores aos mercados locais e regionais.
Macrozona de Turismo Ecológico	A Macrozona de Turismo Ecológico é uma área voltada para o desenvolvimento de atividades turísticas sustentáveis que valorizem os recursos naturais e culturais da região. Esta zona prioriza a preservação ambiental e o respeito às comunidades locais, oferecendo ao visitante uma experiência de imersão na natureza e na cultura regional.	Promover atividades turísticas que aproveitem o patrimônio natural e cultural, como trilhas, observação de fauna e flora, e visitas a comunidades locais.
		Preservar os recursos naturais garantindo que o crescimento do turismo não cause danos ao meio ambiente, implementando práticas de baixo impacto e conservação.
		Oferecer aos visitantes e à comunidade local oportunidades de aprendizado sobre a importância da conservação ambiental.

Macrozona	Descrição	Objetivos
		Fomentar a economia local por meio do turismo, gerando empregos e renda para as comunidades, sem comprometer os recursos naturais.
Macrozona Urbana	A Macrozona Urbana abrange as áreas com alta densidade populacional e infraestrutura consolidada, incluindo áreas residenciais, comerciais e de serviços. Esta área delimitada por perímetro urbano visa promover o desenvolvimento ordenado e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, garantindo o acesso a serviços essenciais e promovendo uma ocupação sustentável.	Desenvolver áreas urbanas de forma integrada, com foco em sustentabilidade, acessibilidade e qualidade de vida.
		Garantir a oferta de serviços básicos, como transporte, saúde, educação, segurança e saneamento, para todas as áreas urbanas ocupadas.
		Fomentar projetos de regeneração urbana para melhorar o ambiente natural e construído, e promover a inclusão social.
		Incentivar o uso misto do solo e o aproveitamento de áreas ociosas favoráveis a ocupação, para promover um desenvolvimento urbano compacto e sustentável.
Corredor de Desenvolvimento Sustentável	O Corredor de Desenvolvimento Sustentável é uma faixa territorial estratégica que conecta comunidades e áreas de grande valor ecológico e econômico, com o objetivo de promover o desenvolvimento equilibrado entre a ocupação, conservação ambiental e a atividade econômica. Este corredor visa integrar diferentes usos do solo, como a agricultura sustentável, a preservação ambiental e o desenvolvimento urbano controlado.	Fomentar a integração de atividades produtivas com a preservação dos ecossistemas ao longo do corredor, criando zonas de transição entre áreas urbanas, agrícolas e naturais.
		Garantir que os habitats naturais sejam preservados e conectados, permitindo o fluxo de fauna e flora entre as áreas de conservação.
		Apoiar a agricultura sustentável, o ecoturismo e outras atividades econômicas que respeitem os limites ecológicos e favoreçam a conservação.
		Incentivar a colaboração entre municípios e regiões que compõem o corredor, para um

Macrozona	Descrição	Objetivos
		planejamento integrado e ações conjuntas de preservação e desenvolvimento sustentável.
Macrozona Industrial	A Macrozona Industrial é uma área voltada para o desenvolvimento de atividades industriais de forma planejada e sustentável, localizada fora dos perímetros urbanos, em território estratégico com acesso facilitado à infraestrutura viária.	Promover o desenvolvimento econômico local, por meio do incentivo à instalação de empreendimentos industriais diversificados e à dinamização da economia municipal;
		Gerar empregos e qualificação profissional, fortalecendo a oferta de trabalho formal e estimulando a capacitação técnica da população;
		Garantir o ordenamento territorial das atividades industriais, evitando conflitos de uso e promovendo a ocupação racional do solo;
		Minimizar os impactos ambientais das atividades produtivas, assegurando práticas sustentáveis e a integração com as demais zonas produtivas do município.

Elaboração: Latus Consultoria (2025).

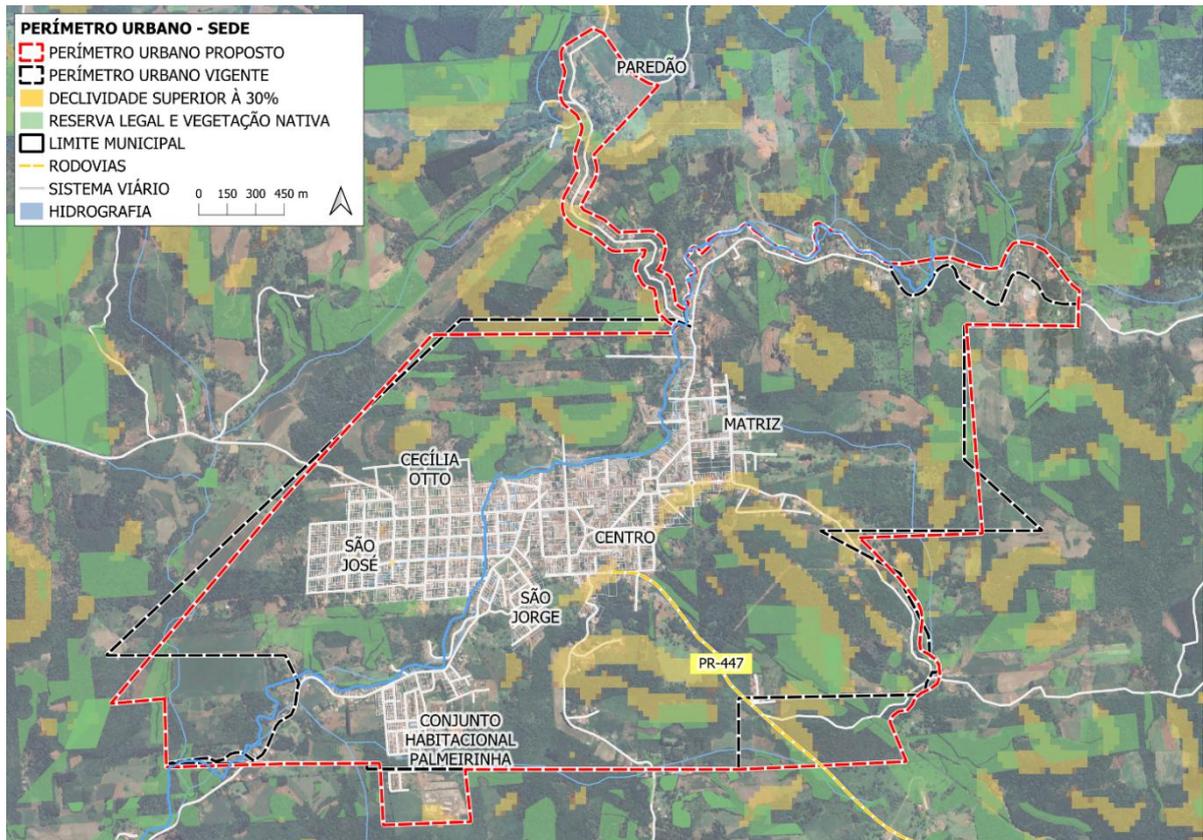
2.2 PERÍMETRO URBANO

A delimitação do perímetro urbano é etapa fundamental no planejamento territorial. Diversos estudos destacam a importância desta delimitação, especialmente em relação à tendência de superdimensionamento do perímetro urbano, fato que contribui para aumentar os custos ambientais e sociais da mobilidade urbana, da implantação da infraestrutura urbana, além da perda também de território rural produtivo e o aumento do valor da terra.

No Plano Diretor vigente de Cruz Machado estão definidos três perímetros urbanos: Sede, Santana e Nova Concórdia.

Na **Sede** foram analisadas as diversas restrições à ocupação, tais como áreas com maior declividade, áreas de proteção permanente e os limites dos lotes rurais. Considerados estes aspectos foram feitos ajustes nos limites desse perímetro, garantindo que haja coerência nos limites, como a ampliação proposta na parte nordeste, a qual teve como objetivo abranger os terrenos situados em ambos os lados da via dentro do perímetro urbano e não apenas aqueles situados à sul. Além disso, foi adicionada a área ocupada do Paredão ao perímetro urbano, solicitada tanto pela Equipe Técnica Municipal quanto pelo questionário online aplicado descrito no Capítulo 6 deste Produto, com o objetivo de auxiliar a regularização da área. Os ajustes feitos na parte sul do perímetro seguem áreas que já possuem indícios de expansão da urbanização, além de ser uma região mais propícia para ocupação considerando os dados ambientais e topográficos.

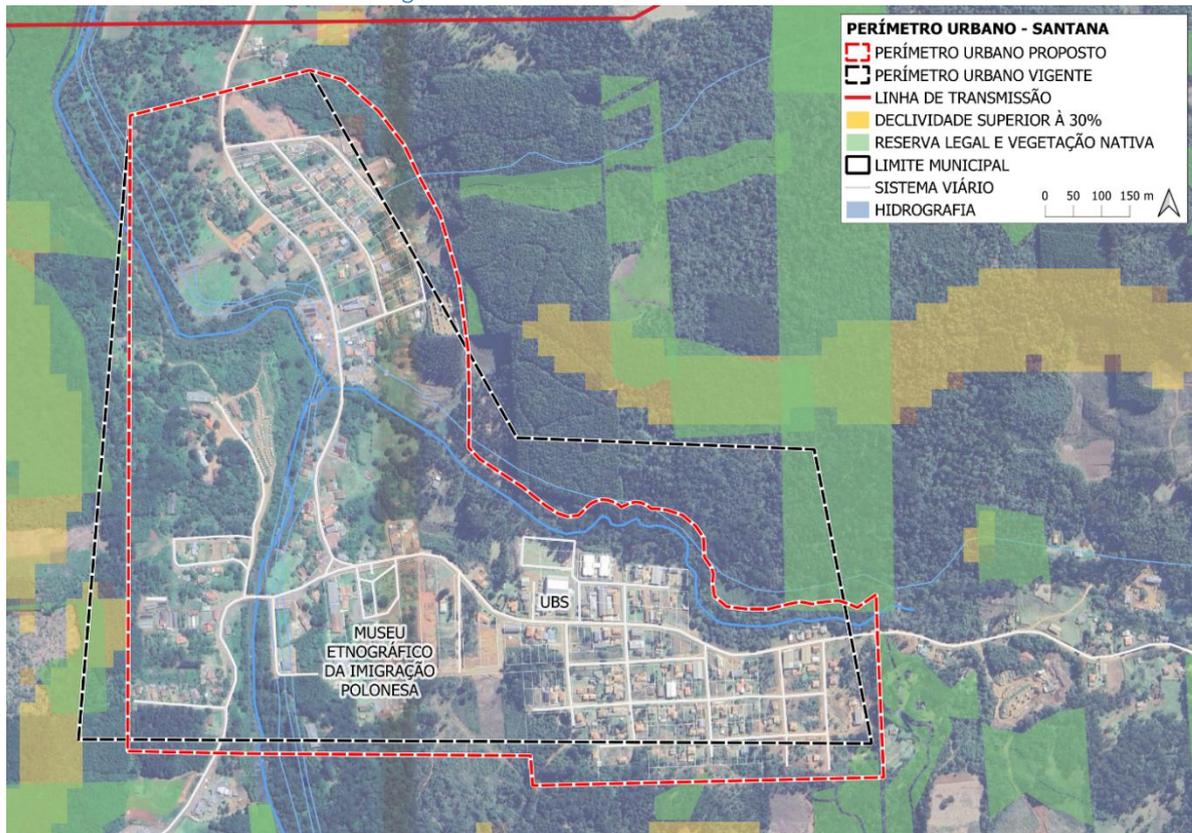
Figura 2 – Perímetro Urbano da Sede



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

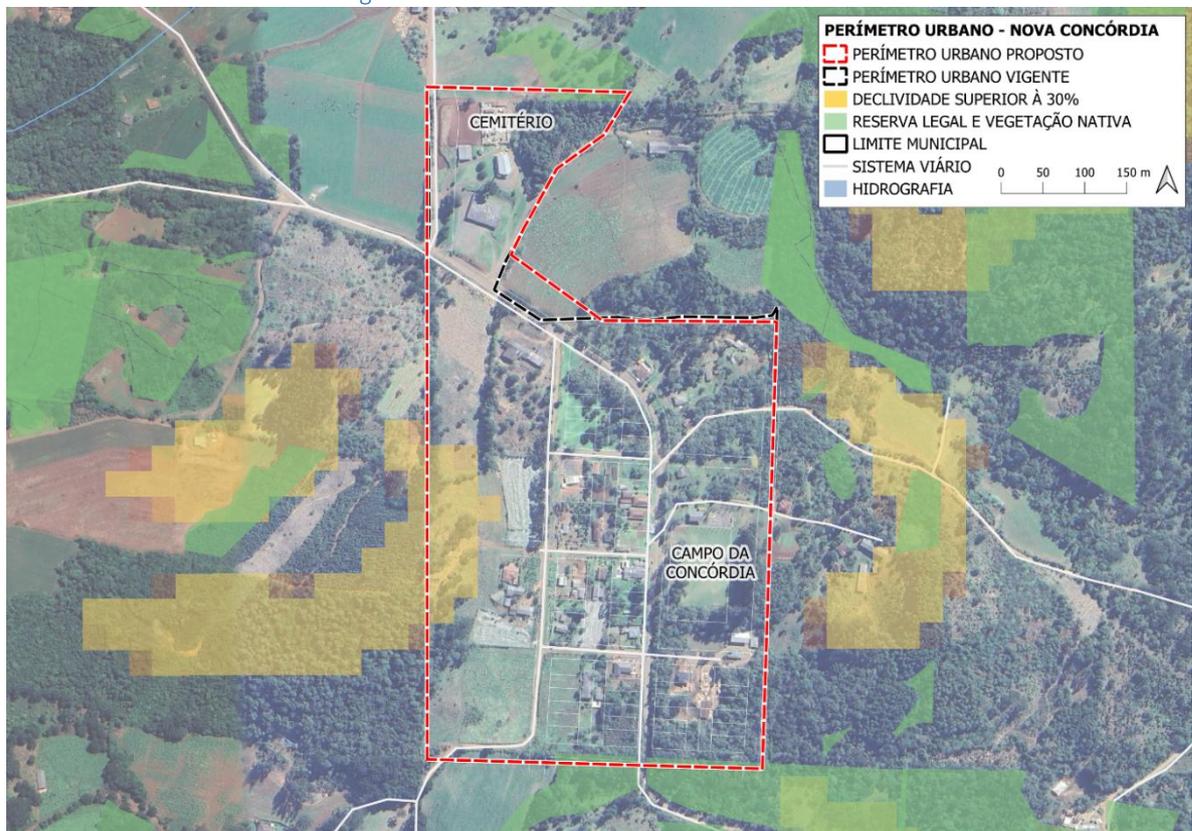
No perímetro urbano de **Santana** (Figura 3) foram feitos ajustes sutis de acordo com as áreas de proteção permanente e os imóveis rurais. A decisão de manter a APP à nordeste do perímetro se deu em pactuação com a Equipe Técnica Municipal, a qual demonstrou interesse na área como espaço de lazer para a população. Já o perímetro urbano de **Nova Concórdia** (Figura 4) recebeu apenas uma pequena ampliação ao longo de um trecho da via principal, a fim de garantir que os terrenos de ambos os lados da via sejam urbanos.

Figura 3 – Perímetro Urbano de Santana



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

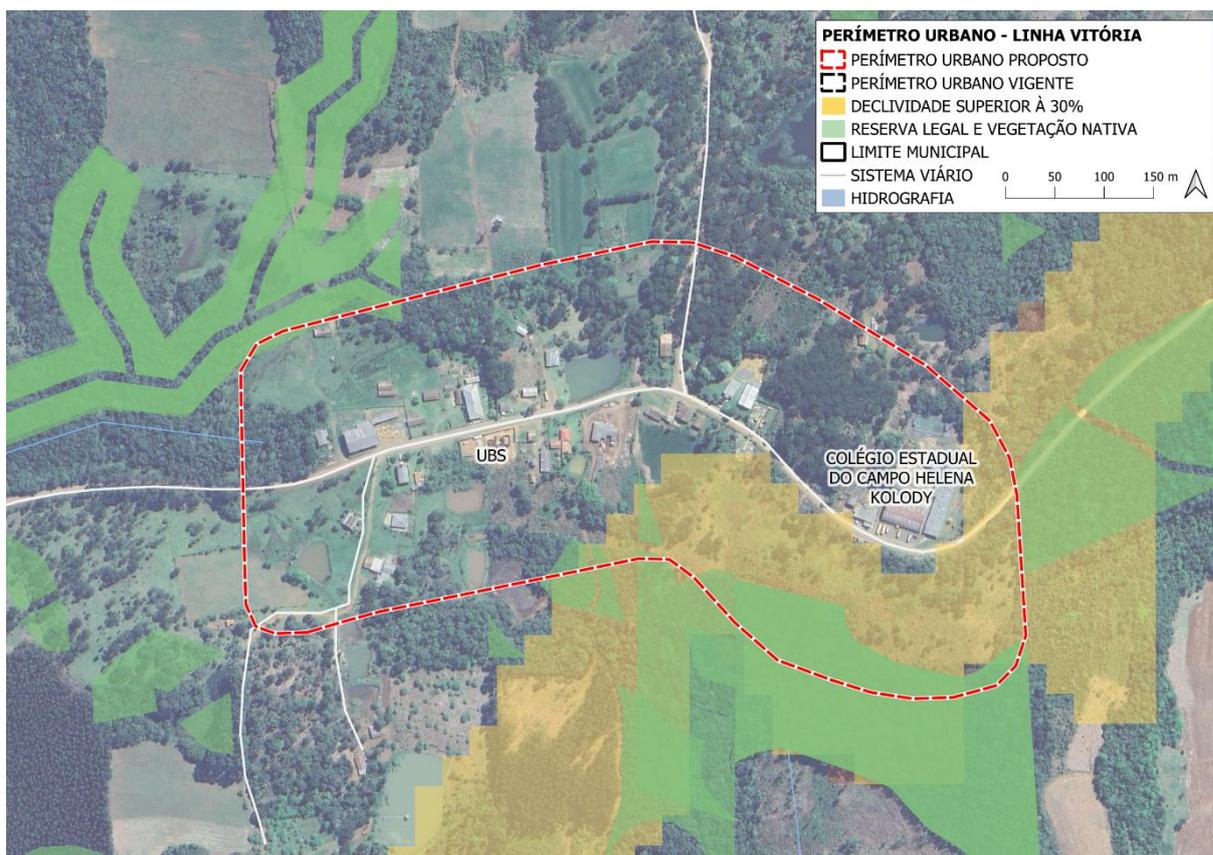
Figura 4 – Perímetro Urbano de Nova Concórdia



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Por fim, segundo os dados coletados durante a Análise Temática Integrada, etapa anterior deste trabalho, se percebeu interesse tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da população referente a criação de um novo perímetro urbano em **Linha Vitória** (Figura 5). Essa localidade possui equipamentos importantes como escolas e uma nova unidade básica de saúde, além de uma concentração maior de população. Vale ressaltar que para a aprovação desse novo perímetro é necessária uma audiência pública no local com participação da população residente, para apresentar os pontos positivos e negativos de tornar a região rural em urbana.

Figura 5 – Perímetro Urbano de Linha Vitória



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

2.3 ZONEAMENTO URBANO

A partir da definição dos perímetros urbanos, foram propostas diferentes zonas para essas áreas a fim de ordenar o uso e parcelamento do solo de acordo com as características de cada uma das zonas. Foram levados em consideração as áreas de preservação ambiental, as áreas de risco, em especial por declividade, as áreas já consolidadas, o sentido da expansão urbana, as áreas de interesse social, a concentração de comércio e serviços, entre outros fatores.

Estes regramentos são aplicados a partir do zoneamento urbano, que consiste em um importante instrumento para o planejamento territorial.

O zoneamento é um instrumento amplamente utilizado nos planos diretores, através do qual a cidade é dividida em áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo, especialmente os índices urbanísticos. (...) A forma típica de apresentação de um zoneamento é um mapa contendo as zonas, representadas por cores e siglas, complementado por uma parte textual em que as zonas são descritas e seus parâmetros urbanísticos são definidos, normalmente em forma de tabela.³

Trata-se de instrumento básico dos Planos Diretores, muito utilizado para a definição dos instrumentos normativos que determinam a paisagem que caracterizará cada parcela da cidade. Também é adequado para a delimitação da função social das propriedades urbanas que deve ser cumprida a partir da aplicação do Plano Diretor.

O zoneamento urbano de Cruz Machado é composto por nove categorias:

- I. Corredor de Comércio e Serviços (COS);
- II. Zona de Ocupação Consolidada (ZOC);
- III. Zona Residencial Mista (ZRM);
- IV. Zona de Expansão (ZE);
- V. Zona de Ocupação Moderada (ZOM);
- VI. Zona de Indústrias e Serviços (ZIS);
- VII. Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA);
- VIII. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- IX. Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC).

³ SABOYA, Renato. Zoneamento e planos diretores. Urbanidades, 2007. (Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2007/11/zoneamento-e-planos-diretores/>)

Na **Sede**, o **Corredor de Comércio e Serviços (COS)** está localizado nos quarteirões adjacentes às suas principais vias e concentra a maior parte dos estabelecimentos comerciais e de serviço, além de ser a área de ocupação mais consolidada. Assim, o objetivo principal desta zona é incentivar a concentração de comércios e equipamentos nessa área, facilitando o acesso a esses serviços.

A **Zona de Ocupação Consolidada (ZOC)** abrange os demais quarteirões da Sede que se encontram devidamente desenvolvidos e ocupados, já contando com maior densidade populacional. Entre os principais objetivos dessa zona está a qualificação da infraestrutura existente e a revitalização de áreas degradadas.

A **Zona Residencial Mista (ZRM)** permite a presença de áreas comerciais de pequeno porte e áreas residenciais, portanto é a zona que incentiva a expansão da ocupação nas áreas ainda não consolidadas. Seus objetivos envolvem incentivar o uso misto e a diversidade de serviços dentro da Sede.

A **Zona de Expansão (ZE)** é uma área que também incentiva a presença de residências em conjunto a comércio e serviços, com o objetivo de garantir o crescimento ordenado e misto. Esta zona se encontra mais próxima do limite do perímetro urbano, portanto é uma área que demanda conexões viárias ao centro da Sede e a extensão das demais infraestruturas.

A **Zona de Ocupação Moderada (ZOM)** demarca as áreas em que o solo possui maior risco geológico ou outras características que exigem cuidado específico para ocupação, como áreas de proteção permanente.

É importante destacar que, segundo o Art. 3º da Lei Federal nº 6.766/1979, não é permitido o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, a menos que atendam às exigências específicas das autoridades competentes. Portanto para a Zona de Expansão (ZE) e a Zona de Ocupação Moderada (ZOM) serão exigidos laudos geotécnicos para a aprovação de projetos, garantindo assim a minimização dos riscos devido a presença de maiores declividades nessas áreas. A exigência está atrelada a localização do empreendimento em área de risco, conforme a necessidade for definida pela Equipe Técnica Municipal, bem como mediante solicitação do setor municipal competente nos demais casos, quando constatada a necessidade.

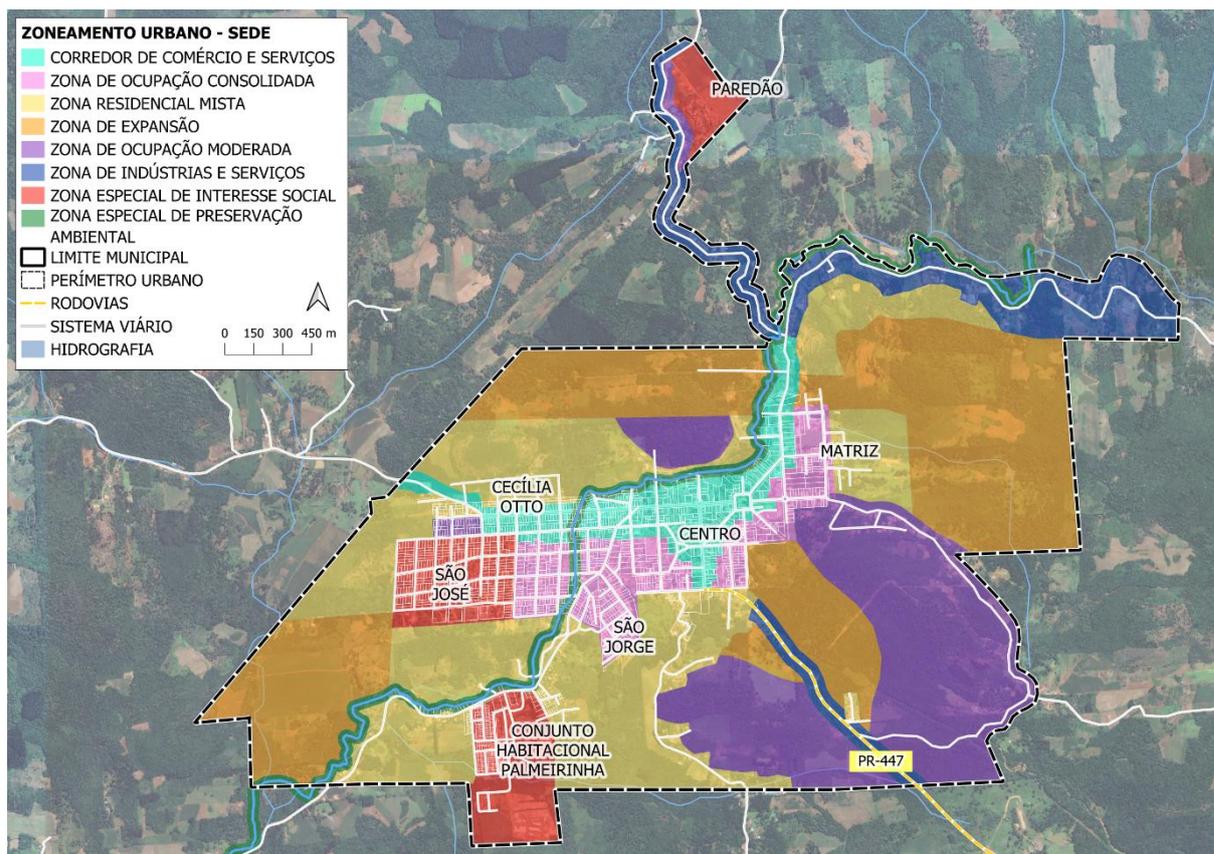
Quando a atividades industriais de maior porte, foi definida a **Zona de Indústrias e Serviços (ZIS)** na parte nordeste do perímetro urbano, ao longo da rodovia e ao longo da via que liga a área central ao Paredão, as quais são áreas de maior potencial para a instalação de indústrias devido a sua conectividade com o centro.

Além dessas zonas, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) são classificadas no zoneamento urbano como **Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA)**, a qual tem a ocupação rigorosamente controlada. Em Cruz Machado, essas áreas são regidas por legislação estadual e

federal, como no caso de APP em curso hídrico que possui sua ocupação limitada pelo Código Florestal (Lei Federal nº 6.766/1979) e outras áreas de proteção definidas pelo Instituto de Água e Terra do Paraná.

A outra zona especial definida para a Sede foi a **Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)**, a qual é voltada para regularização ou construção de moradias populares e população de baixa renda, garantindo assim a moradia digna e a inclusão social.

Figura 6 – Zoneamento Urbano da Sede



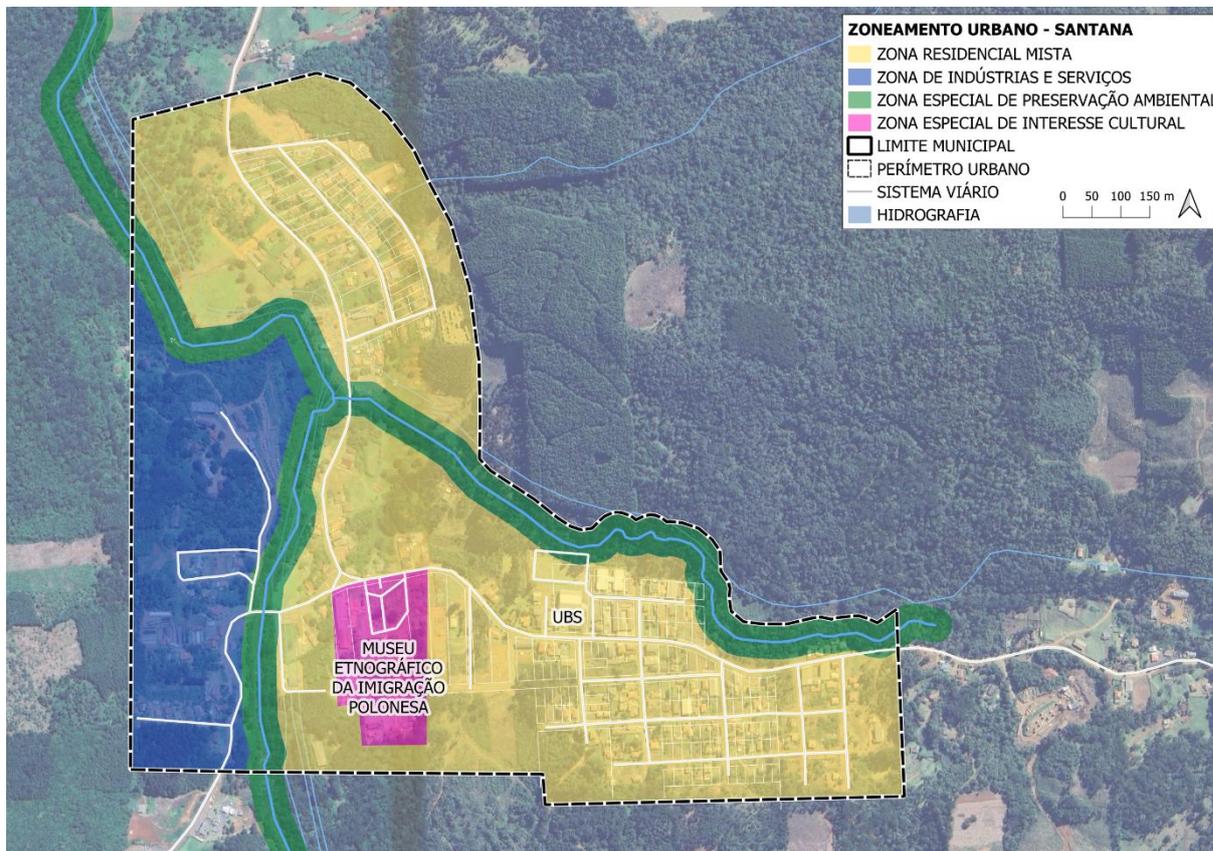
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Em **Santana** foi proposta a divisão do perímetro urbano em quatro zonas: Zona Residencial Mista (ZRM), Zona de Indústrias e Serviços (ZIS), Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA) e Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC).

As três primeiras citadas também estão presentes na Sede, e seguem as mesmas regras, portanto a **Zona Residencial Mista (ZRM)** busca diversificar a oferta de comércio e serviços e incentivar a presença de residências e a **Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA)** garante que a área no entorno dos cursos hídricos seja protegida. A **Zona de Serviços de Indústrias (ZIS)** foi definida na parte oeste do perímetro, pois é uma área que já conta com a presença de indústrias e com a criação da zona se consolidará o uso principal.

Já a **Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC)**, foi definida no entorno do Museu Etnográfico da Cultura Polonesa, da Paróquia Santana e da Praça dos Imigrantes, portanto é uma área destinada à proteção e valorização do patrimônio histórico-cultural do município, com o objetivo de promover a cultura local e a preservação da memória coletiva.

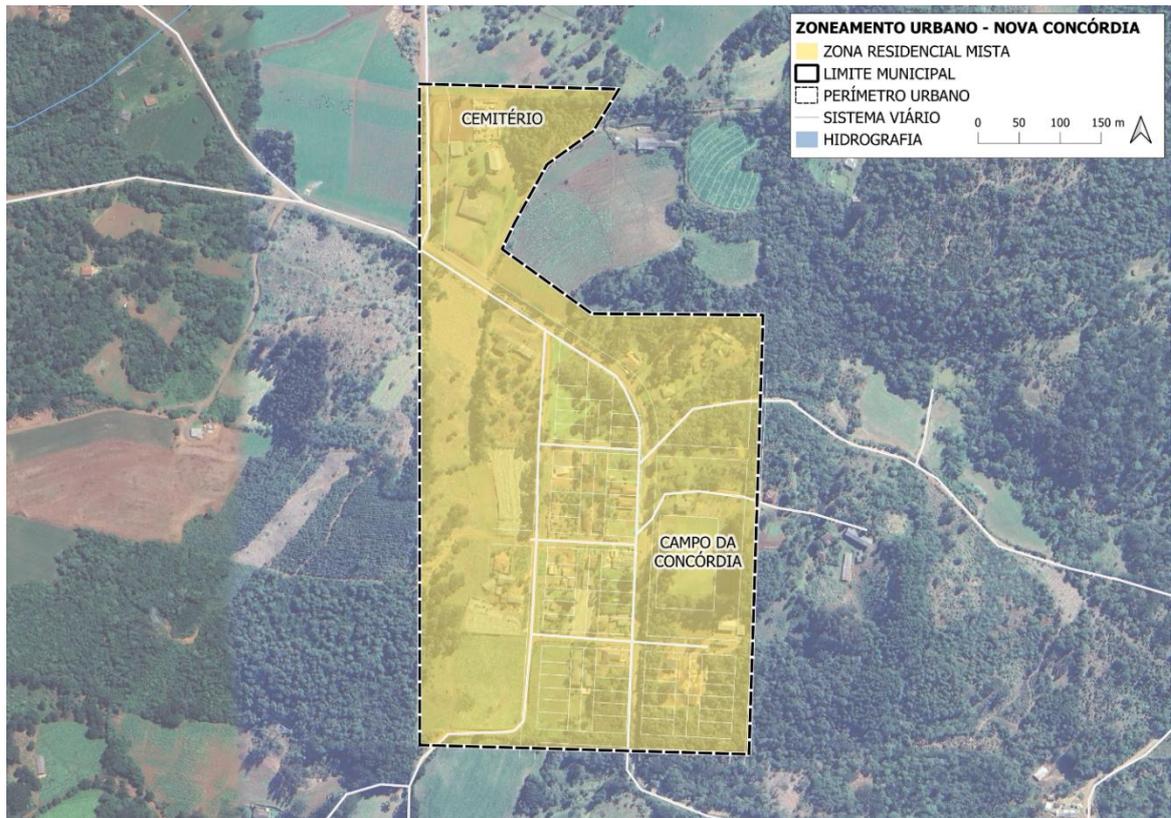
Figura 7 – Zoneamento Urbano de Santana



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

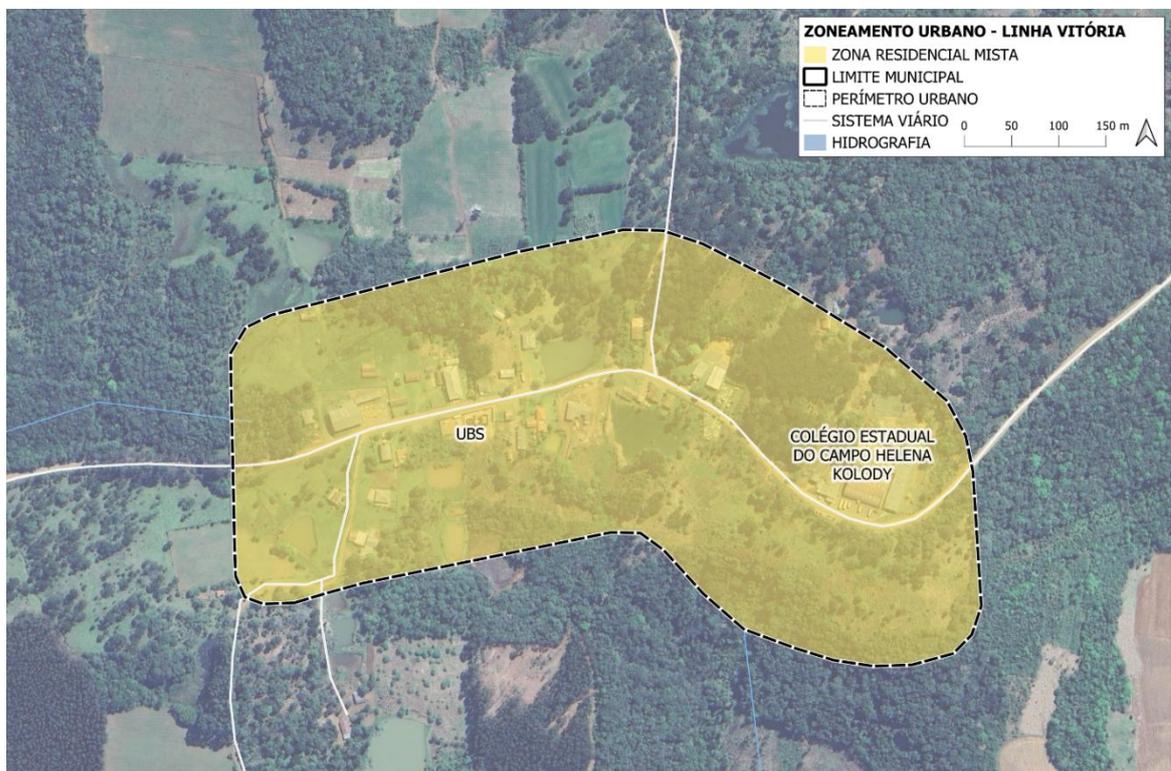
Por fim, o perímetro urbano de **Nova Concórdia** (Figura 8) e o novo perímetro urbano de **Linha Vitória** (Figura 9), se aprovada pela população sua transformação em área urbana, possuem características semelhantes entre si, como a ocupação menos densa e esparsa, e a necessidade de diversificação de comércio e serviços. Assim foi definido que toda a área dentro do perímetro em ambas as localidades fica definida como **Zona Residencial Mista (ZRM)**, permitindo assim uma ocupação mais intensa, porém diversificada, incentivando novos equipamentos que atendam a população sem a necessidade de locomoção até a Sede.

Figura 8 – Zoneamento Urbano de Nova Concórdia



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 9 – Zoneamento Urbano de Linha Vitória



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

As zonas definidas para os perímetros urbanos de Cruz Machado estão descritas no Quadro 3.

Quadro 3 – Zoneamento Urbano

Zona	Descrição	Objetivos
<p>Corredor de Comércio e Serviços (COS)</p>	<p>O Corredor de Comércio e Serviços é uma área destinada ao desenvolvimento de atividades comerciais, de serviços e empresariais, com foco na concentração e acessibilidade de lojas, escritórios e centros comerciais. A intenção é promover a centralização das atividades econômicas e facilitar o acesso da população a bens e serviços.</p>	<p>Incentivar o desenvolvimento de lojas, centros comerciais e empresas em áreas de fácil acesso, promovendo a economia local.</p>
		<p>Garantir acessibilidade e mobilidade ativa planejando o corredor de forma a oferecer infraestrutura de transporte eficiente, incluindo calçadas acessíveis, ciclovias, travessias seguras e pontos de transporte público bem distribuídos.</p>
		<p>Fomentar o desenvolvimento econômico por meio da oferta de empregos, criando um ambiente propício para novos negócios e empreendimentos econômicos.</p>
<p>Zona de Ocupação Consolidada (ZOC)</p>	<p>A Zona de Ocupação Consolidada refere-se a áreas urbanas já completamente ocupadas e desenvolvidas, com infraestrutura e serviços públicos em operação. Essas zonas são caracterizadas pela densidade populacional mais alta, com edificações já estabelecidas e um histórico de ocupação urbana consolidado.</p>	<p>Promover a manutenção e a modernização da infraestrutura existente, como a viária e de saneamento, especialmente de esgotamento sanitário.</p>
		<p>Fomentar projetos de revitalização de áreas degradadas ou subutilizadas, mantendo a densidade populacional e melhorando a qualidade de vida dos moradores.</p>
		<p>Garantir que todos os moradores tenham acesso aos serviços urbanos essenciais, como saúde, educação e transporte, e melhorar o acesso para as comunidades mais carentes.</p>
		<p>Direcionar o crescimento urbano para áreas que já possuem infraestrutura consolidada, otimizando o uso das infraestruturas e dos equipamentos públicos e evitando a dispersão da ocupação, de forma a garantir maior eficiência na prestação dos serviços e sustentabilidade no desenvolvimento urbano.</p>

Zona	Descrição	Objetivos
<p>Zona Residencial Mista (ZRM)</p>	<p>A Zona Residencial Mista é caracterizada pela coexistência de áreas residenciais e comerciais, permitindo o desenvolvimento de atividades comerciais de pequeno porte, como comércios de bairro, serviços e escritórios, em áreas predominantemente residenciais.</p>	<p>Incentivar o uso misto do solo facilitando a convivência de residências e estabelecimentos comerciais em uma mesma área, promovendo a conveniência para os moradores e estimulando a economia local.</p>
		<p>Desenvolver políticas de uso do solo que mantenham um equilíbrio entre a tranquilidade residencial e a atividade comercial, sem causar impactos negativos na convivência dos moradores locais.</p>
		<p>Criar condições para que os moradores tenham acesso a serviços e comércios próximos de sua residência, reduzindo a necessidade de deslocamentos longos.</p>
		<p>Fomentar a diversidade de serviços oferecendo espaços para pequenos negócios que atendam às necessidades diárias da comunidade, promovendo a economia local e a inclusão social.</p>
<p>Zona de Expansão (ZE)</p>	<p>A Zona de Expansão é uma área destinada ao crescimento urbano, onde se concentram novos projetos residenciais, comerciais e de infraestrutura. Essas zonas são planejadas para acomodar o crescimento da população e da atividade econômica de forma ordenada e sustentável.</p>	<p>Planejar o crescimento ordenado por meio das diretrizes para a ocupação do solo de forma equilibrada e integrada, prevenindo o crescimento desordenado e promovendo a eficiência no uso do espaço urbano.</p>
		<p>Planejar e desenvolver a infraestrutura necessária e adequada para a ocupação, como a viária e de saneamento, para suportar a expansão urbana.</p>
		<p>Proteger áreas ambientais evitando a ocupação em áreas sensíveis e proteger o meio ambiente, integrando zonas de expansão com áreas verdes e sistemas de drenagem eficientes.</p>
		<p>Apoiar a integração com áreas existentes facilitando a conexão da zona de expansão com áreas já consolidadas, garantindo a continuidade dos serviços e a integração das infraestruturas.</p>

Zona	Descrição	Objetivos
<p align="center">Zona de Ocupação Moderada (ZOM)</p>	<p>A Zona de Ocupação Moderada é uma área do município onde a ocupação do solo é restrita devido à sua fragilidade ambiental, risco geológico, ou outras características que exigem cuidados específicos. Essas zonas podem incluir áreas de risco, zonas de proteção ambiental ou locais com limitações de infraestrutura.</p>	<p>Proteger áreas sensíveis limitando a ocupação para preservar o meio ambiente e prevenir maiores danos a áreas de risco, como encostas, áreas alagáveis ou fontes de água potável.</p>
		<p>Impedir o uso inadequado do solo em áreas com riscos geológicos ou hidrológicos, evitando a construção de moradias e estabelecimentos comerciais que possam colocar em risco seus habitantes.</p>
		<p>Implementar políticas de controle, como monitoramento ambiental e geológico, para minimizar impactos e promover a segurança na ocupação dessas áreas.</p>
		<p>Informar a população sobre os riscos e as restrições na ocupação dessas zonas, promovendo práticas de uso sustentável do solo.</p>
<p align="center">Zona de Indústrias e Serviços (ZIS)</p>	<p>A Zona de Indústrias e Serviços é uma área destinada ao desenvolvimento de atividades industriais e comerciais de médio e grande porte, incluindo fábricas, armazéns, centros de distribuição e áreas comerciais. Essas zonas têm como objetivo promover o crescimento econômico e a geração de empregos, respeitando as normas ambientais e de urbanismo.</p>	<p>Fomentar a instalação de indústrias e empresas que gerem emprego e renda para a população local, promovendo o desenvolvimento econômico regional.</p>
		<p>Assegurar que a zona tenha infraestrutura adequada, incluindo transporte, fornecimento de energia, tratamento de efluentes e outros serviços essenciais.</p>
		<p>Estabelecer regulamentações que garantam que as atividades industriais e comerciais sejam realizadas de forma ambientalmente responsável, com controle de emissões e uso sustentável dos recursos.</p>
		<p>Estimular a instalação de indústrias de tecnologia e setores mais limpos, promovendo o uso de tecnologias mais eficientes e sustentáveis.</p>

Zona	Descrição	Objetivos
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	<p>A Zona Especial de Interesse Social é uma área voltada para o desenvolvimento de moradias populares e a implementação de programas habitacionais voltados para famílias de baixa renda. O objetivo é promover a inclusão social e garantir o acesso à moradia digna.</p>	<p>Promover a construção de habitações de interesse social para famílias de baixa renda, assegurando a regularização fundiária e o acesso à documentação.</p>
		<p>Garantir que essas áreas tenham acesso a infraestrutura e serviços públicos essenciais.</p>
		<p>Integrar essas zonas com outras áreas urbanas, promovendo a igualdade de oportunidades e o acesso a serviços e equipamentos urbanos.</p>
		<p>Promover a regularização ágil e acessível de moradias ocupadas por população de baixa renda, garantindo segurança jurídica e melhores condições de habitabilidade.</p>
Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA)	<p>A Zona Especial de Preservação Ambiental é uma área destinada à preservação de ecossistemas de grande valor ambiental, como florestas, áreas de proteção de nascentes, corredores ecológicos e unidades de conservação. A ocupação nessa zona é rigorosamente controlada e limitada a atividades que não causem danos ao meio ambiente.</p>	<p>Delimitar a ocupação e o uso do solo em áreas de grande importância ambiental, garantindo a preservação de biodiversidade e a integridade dos ecossistemas.</p>
		<p>Promover a conscientização e a educação sobre a importância da conservação das áreas protegidas, tanto para a população local quanto para visitantes.</p>
		<p>Incentivar o ecoturismo, o manejo florestal sustentável e outras atividades que respeitem os limites ambientais e promovam a preservação.</p>
		<p>Implementar práticas de fiscalização e monitoramento constante das áreas de preservação para evitar danos ao meio ambiente e garantir o cumprimento das normas de proteção.</p>

Zona	Descrição	Objetivos
<p>Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC)</p>	<p>A Zona Especial de Interesse Cultural é uma área voltada para a preservação e valorização dos bens histórico-culturais do município, incentivando a cultura como ferramenta de desenvolvimento urbano e social, além de contribuir para momentos de lazer da população.</p>	<p>Preservar, restaurar e valorizar o patrimônio ambiental e cultural a fim de garantir a conservação dos bens materiais e imateriais que constroem a identidade do local.</p>
		<p>Controlar a ocupação no entorno com o objetivo de evitar a descaracterização da paisagem histórica existente.</p>
		<p>Incentivar a criação de eventos culturais e tradicionais, que ressaltem a cultura e herança polonesa da região.</p>
		<p>Fomentar a participação da comunidade por meio de atividades culturais, educativas e turísticas, valorizando a cultura local e permitindo o desenvolvimento econômico.</p>

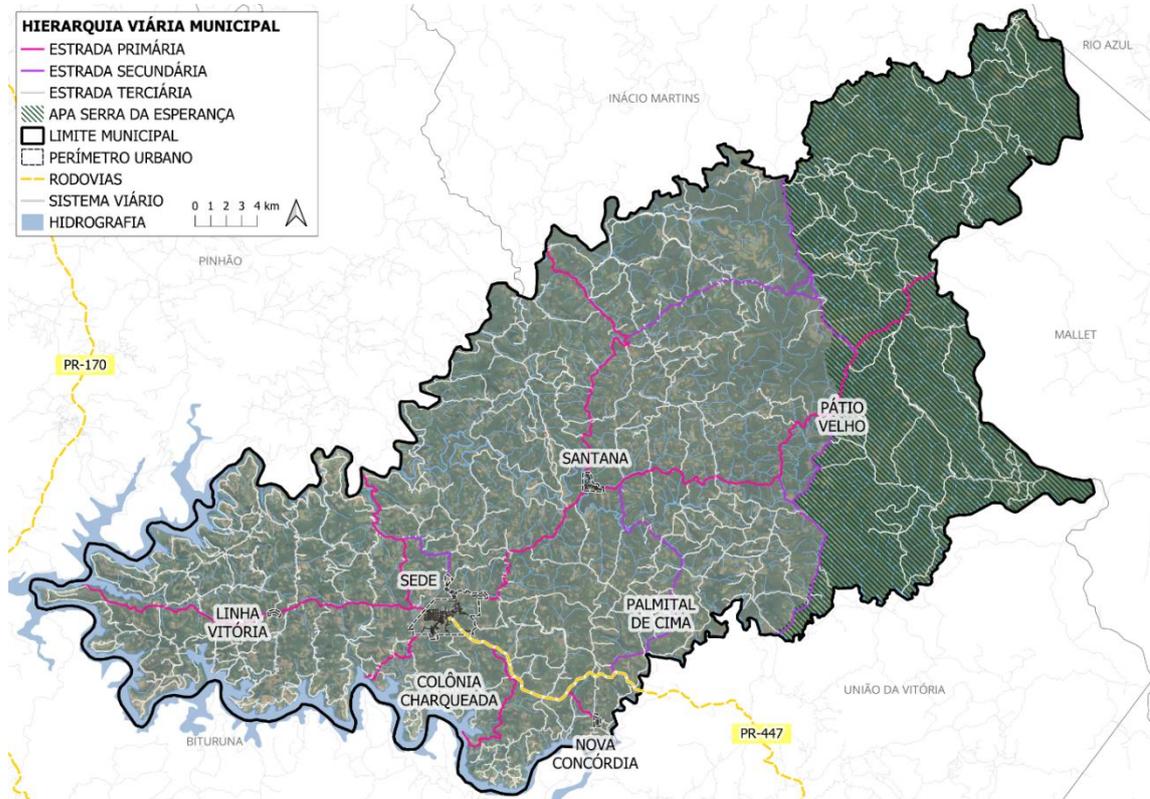
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

2.4 SISTEMA VIÁRIO

O município de Cruz Machado tem sua principal conexão intermunicipal por meio da rodovia PR-447, a qual inicia seu trecho na Sede e conecta o município com União da Vitória. O restante do sistema viário municipal é composto por diversas estradas rurais que conectam os outros núcleos urbanos e comunidades rurais, formando assim um sistema complexo de estradas. Assim, a proposta de hierarquia viária municipal se deu a partir de quais estradas possuíam maior fluxo e tinham como objetivo conectar as diferentes partes do território. Os principais pontos levados em consideração para estruturação da hierarquia viária foram:

- Garantia de acessibilidade em todo território municipal;
- Conexão dos núcleos urbanos e das principais comunidades rurais;
- Incentivo à mobilidade ativa de forma segura;
- Garantia de acesso facilitado para as balsas do Rio Iguaçu, que levam aos municípios de Pinhão, Bituruna e União da Vitória;
- Consolidação de rotas alternativas de acesso aos municípios de Inácio Martins e Mallet;
- Qualificação da infraestrutura viária, conforme prioridades e potencialidades;
- Incentivo ao turismo com a qualificação do sistema viário.

Figura 10 – Hierarquia Viária Municipal



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Dessa forma, a hierarquia viária municipal se divide em: **Rodovia Estadual, Estrada Primária e Estrada Secundária**, como é visto no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Hierarquia Viária Municipal

Classificação	Descrição	Objetivos
Rodovia Estadual	Compreende a PR-447, ligação da Sede urbana de Cruz Machado com a BR-153 (na porção sul/sudoeste do município) e com o município de União da Vitória (ao sul do município).	Fortalecer a acessibilidade municipal, melhorando a conexão com os municípios vizinhos.
		Garantir infraestrutura adequada para consolidar a principal rota de transporte de cargas.
		Promover adequações viárias para equilibrar o tráfego de veículos de cargas com os demais modais.
Estradas Primárias	Compreende as vias de maior tráfego, de interligação entre as principais comunidades rurais, onde trafega o transporte escolar e que em várias ocasiões liga a municípios vizinhos. Possui como finalidade promover a circulação principal no interior do município.	Assegurar a manutenção contínua das vias para garantir o acesso às comunidades rurais e aos destinos turísticos.
		Melhorar a infraestrutura viária para equilibrar o tráfego de veículos e ciclistas, incentivando o cicloturismo.
		Estruturar vias alternativas para melhorar a conexão com municípios vizinhos.
		Garantir acessibilidade a todas as áreas rurais.
		Integrar os principais eixos viários do município.
Estradas Secundárias	Compreende as vias de menor tráfego, mas que conectam estradas primárias ou outras localidades importantes, garantindo maior conectividade da área rural.	Assegurar infraestrutura básica para garantir o acesso local.
		Realizar manutenção periódica conforme a necessidade, garantindo condições adequadas de tráfego.

Elaboração: Latus Consultoria (2025).

As demais vias do município serão classificadas como **Estradas Terciárias**, sendo de responsabilidade dos respectivos proprietários, conforme o caso. Ou seja, as estradas públicas continuarão sob a responsabilidade do município, que deverá garantir sua manutenção e operação. Já as estradas que adentram propriedades privadas serão de responsabilidade dos proprietários dessas áreas, que deverão assegurar sua conservação e o acesso adequado, conforme as normas urbanísticas e legais vigentes.

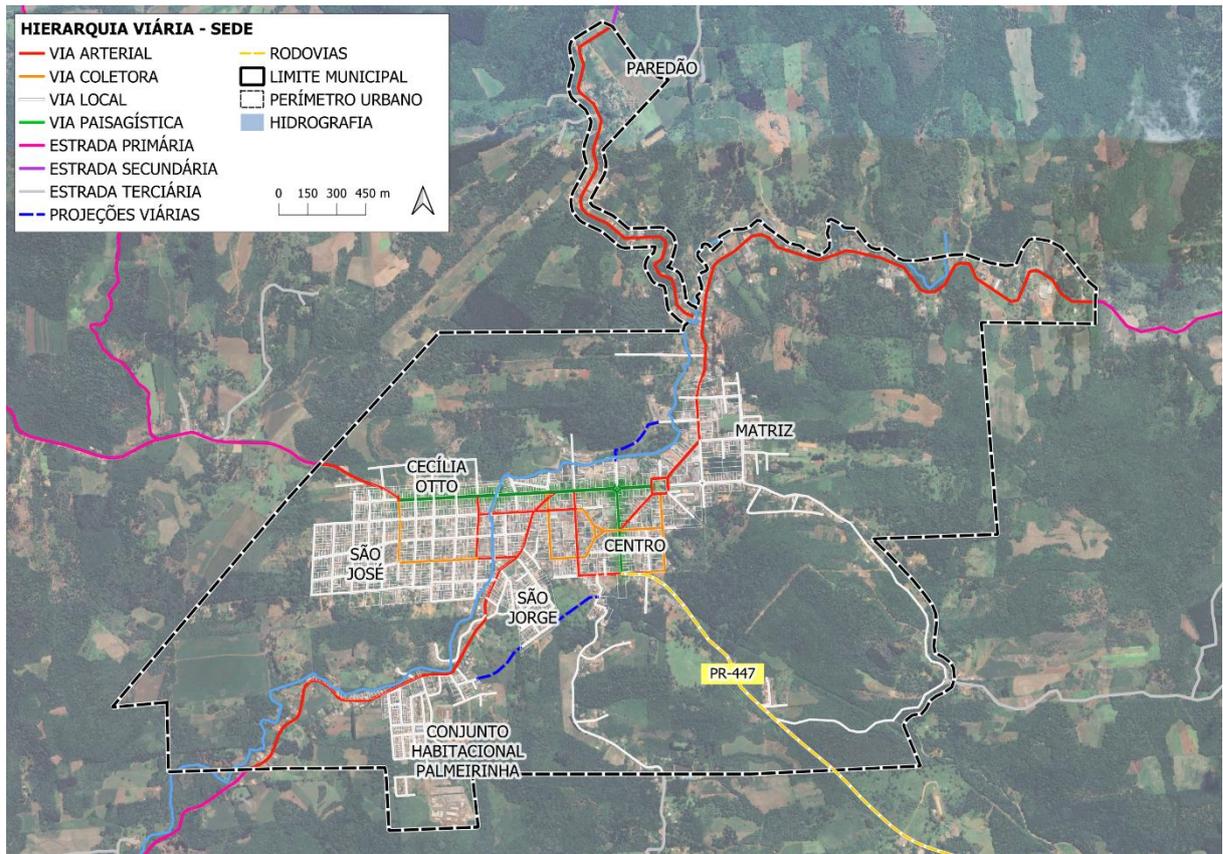
Em relação ao território urbano, são definidas quatro classificações para as vias: **Vias Arteriais, Vias Coletoras, Vias Locais e Vias Paisagísticas**. Para essa classificação, se levou em consideração as vias de maior fluxo atualmente, que concentram comércios e equipamentos públicos, além de conectar as diferentes partes de cada núcleo urbano. A hierarquia viária permite que se distribua os fluxos na área urbana, facilitando a circulação e evitando possíveis problemas de mobilidade, garantindo segurança e um deslocamento eficiente. Assim, os principais objetivos dessa proposta envolvem:

- Estruturação das vias existentes e suas respectivas conexões;
- Garantia de acessibilidade em todo território urbano;
- Incentivo à mobilidade ativa de forma segura;
- Qualificação da infraestrutura viária, conforme prioridades e potencialidades;
- Adequação da sinalização viária;
- Priorização de pedestres e ciclistas;
- Acessibilidade universal;
- Continuidade da malha viária;
- Continuidade e compatibilidade das dimensões das vias.

É importante ressaltar que as dimensões previstas na revisão do Plano Diretor serão aplicadas para novas vias. No entanto, além das vias Arteriais, Coletoras e Locais, foram definidas duas vias paisagísticas, as quais surgiram a partir da demanda da população por uma cidade mais arborizada e voltada para o pedestre. A Av. Presidente Getúlio Vargas e a Av. Manoel Ribas foram classificadas como Vias Paisagísticas devido à sua largura e posições estratégicas na Sede, conectando pontos importantes e concentrando o maior fluxo de pedestres. Essas vias têm o objetivo de se tornarem espaços providos de infraestrutura, equipamentos, mobiliários urbanos, arborização, paisagismo, entre outros elementos que contribuem para a criação de uma paisagem agradável aliada a espaços de lazer e à mobilidade ativa.

Na Figura 11, também pode-se perceber três projeções viárias importantes destacadas: uma a norte do Rio Palmeirinha, uma conectando o Conjunto Habitacional Palmeirinha ao bairro São Jorge e outra conectando este bairro ao Centro. Vale ressaltar que o traçado exato dessas vias deve ser feito por meio de um projeto específico, enquanto a Hierarquia Viária Urbana apenas indica as conexões necessárias ou que já existe interesse da Prefeitura Municipal em executar.

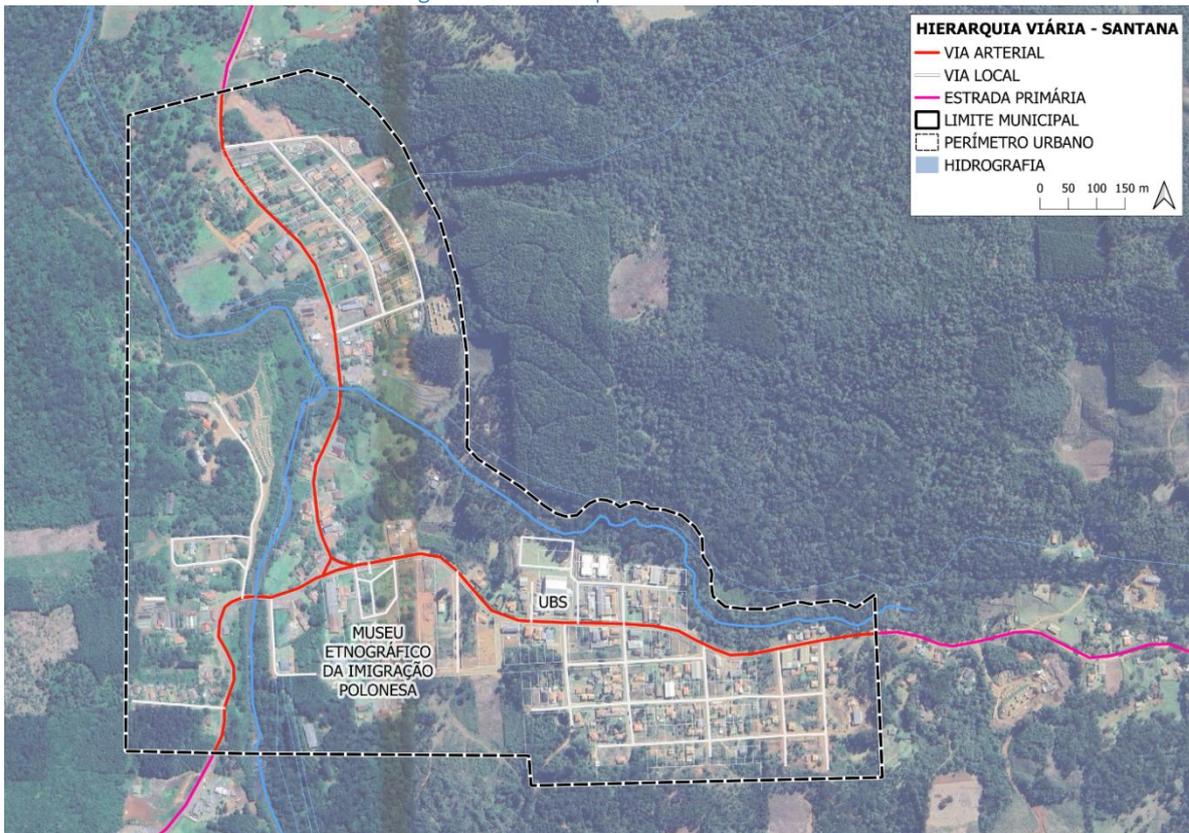
Figura 11 – Hierarquia Viária da Sede



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Para os perímetros urbanos de Santana (Figura 12), Nova Concórdia (Figura 13) e Linha Vitória (Figura 14), a classificação das vias se deu apenas entre Vias Arteriais e Vias Locais, devido à menor concentração de população e ausência de equipamentos e comércios fora das vias principais que cruzam seus respectivos perímetros.

Figura 12 - Hierarquia Viária de Santana



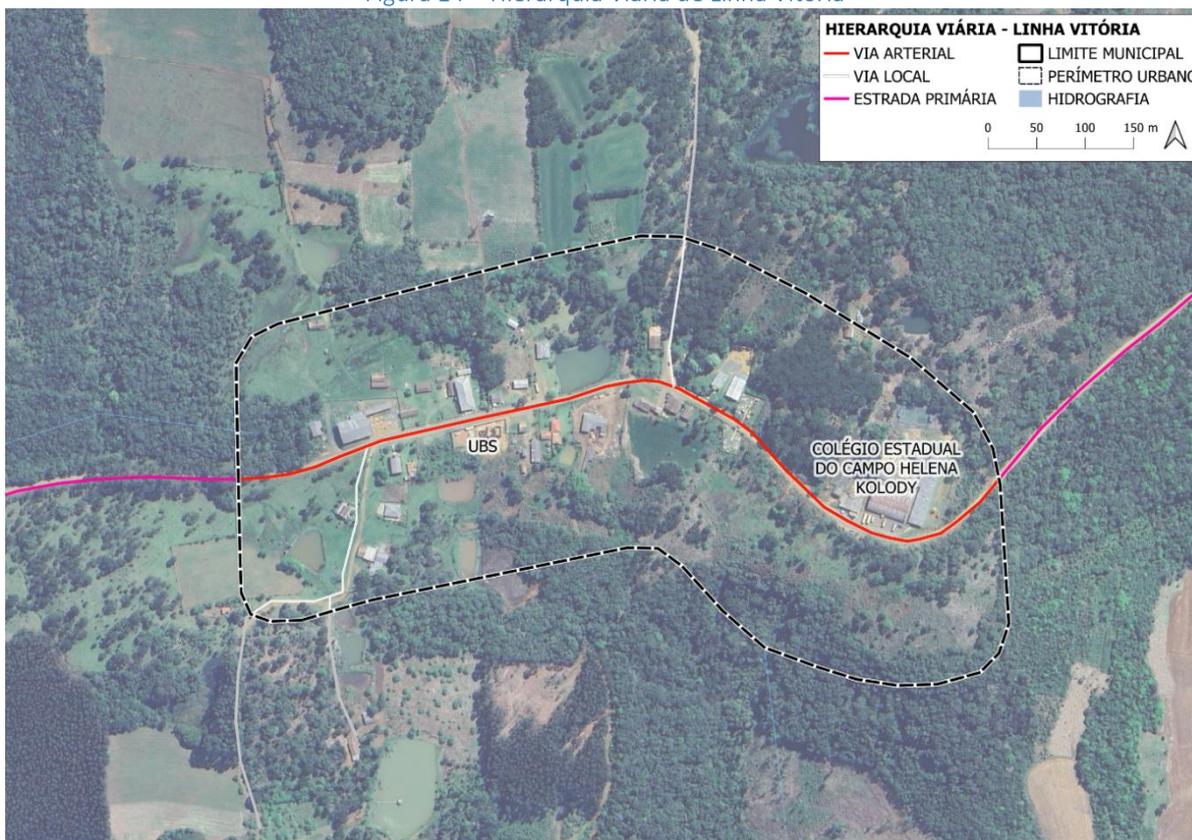
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 13 - Hierarquia Viária de Nova Concórdia



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 14 – Hierarquia Viária de Linha Vitória



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

No Quadro 5, estão descritas as classificações correspondentes à Hierarquia Viária Urbana.

Quadro 5 - Hierarquia Viária Urbana

Classificação	Descrição	Objetivos
Vias Arteriais	Caracterizadas pela concentração do tráfego local e pela predominância de atividades comerciais e serviços de pequeno e médio porte, com fluxo lento apesar da largura relativa das caixas. Estruturam a mobilidade urbana, sendo as principais vias de acesso. Possuem características distintas, todas com mão dupla. Devem prioritariamente ter sinalização horizontal e vertical, além de dispositivos de segurança para pedestres e acessibilidade universal.	Garantir acessibilidade municipal, fortalecendo a conexão com outros municípios.
		Fortalecer a principal rota de cargas.
		Adequar as vias para equilibrar o tráfego de veículos, em especial o de cargas, e garantir segurança para pedestres e ciclistas.
		Priorizar a manutenção viária, qualificando sua infraestrutura e sinalização.
		Desenvolver centralidades locais, incentivando o comércio e os serviços ao longo dessas vias.

Classificação	Descrição	Objetivos
Vias Coletoras	São vias com menor interrupção e boa continuidade, com caixas relativamente largas. Algumas concentram estabelecimentos comerciais e serviços, com presença constante de pedestres. Transportam maiores volumes de tráfego, conectando regiões urbanas e importantes vias. Devem ter sinalização horizontal e vertical, bem como dispositivos de segurança para pedestres e acessibilidade universal.	Garantir boa continuidade viária, conectando regiões urbanas e principais eixos de tráfego.
		Descentralizar o tráfego das vias estruturais, equilibrando a distribuição dos fluxos de mobilidade.
		Aperfeiçoar a infraestrutura e a sinalização para melhorar a segurança viária.
		Incentivar a caminhabilidade com calçadas acessíveis, promovendo a mobilidade ativa.
		Estruturar conexões entre bairros, facilitando deslocamentos internos na cidade.
		Prever obrigatoriamente a continuidade das vias nos novos projetos de parcelamento.
		Adequar perfis viários, priorizando o deslocamento de pedestres e ciclistas.
Vias Locais	Configuradas como vias de mão dupla e de baixa velocidade, com foco no uso residencial. Promovem a distribuição do tráfego local.	Adequar perfis viários, priorizando o deslocamento de pedestres e ciclistas.
		Manter a continuidade da malha viária com as qualificações de infraestruturas necessárias.
		Incentivar a construção de calçadas acessíveis e com infraestrutura básica e adequada.
Vias Paisagísticas	São rotas planejadas para integrar mobilidade ativa e lazer, conectando espaços urbanos por meio de infraestrutura qualificada. Contam com arborização, mobiliário urbano, incentivo a <i>parklets</i> ⁴ e áreas de convivência, promovendo acessibilidade, bem-estar e valorização da paisagem urbana.	Integrar mobilidade ativa e lazer, promovendo espaços urbanos qualificados e sustentáveis.
		Incentivar a arborização e a instalação de mobiliário urbano, como bancos e <i>parklets</i> , para valorizar a paisagem.
		Adaptar perfis viários para priorizar pedestres e ciclistas, garantindo infraestrutura segura e acessível.
		Conectar áreas verdes e espaços públicos, promovendo maior interação social e qualidade de vida.
		Estruturar rotas alternativas para circulação, complementando a malha viária existente.

Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Para além da estruturação viária municipal é importante a definição dos aspectos físicos mínimos que cada tipo de categoria viária deve apresentar para cumprir efetivamente seu papel no

⁴ *Parklets* são extensões de calçadas que ocupam uma vaga de estacionamento de automóvel e tem como objetivo criar um espaço de permanência para o pedestre por meio da implementação de mobiliário urbano.

sistema. A sua definição levou em consideração as características das vias existentes, o fluxo previsto, o menor impacto ao meio ambiente e a ocupação do território. Os perfis viários especificados nos Quadros 6 e 7 a seguir, devem ser obedecidos nas futuras manutenções, obras e aberturas viárias promovidas.

Quadro 6 – Dimensão dos Perfis Viários Municipais

	Faixa de Domínio Mínima (m)	Pista de Rolamento Mínima (m)	Faixa de Manutenção / Acostamento Mínima (m)	Inclinação Mínima (%)	Rampa Máxima (%)
Rodovia PR 447	30	2 x 3,50	2 x 3,50	0,5	20
Estradas Primárias	12	2 x 3,50	2 x 2,50	0,5	20
Estradas Secundárias	8	2 x 3,00	2 x 2,00	0,5	20
Estradas Terciárias	5	2 x 3,00	2 x 1,00	0,5	20

Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Quadro 7 – Dimensão dos Perfis Viários Urbanos

	Largura Total (m)	Pista de Rolamento Mínima (m)	Faixa de Estacionamento Mínima (m)	Calçada Mínima (m)	Canteiro Central Mínimo (m)	Ciclovia ou Ciclofaixa* (m)	Inclinação Mínima (%)	Rampa Máxima (%)
Vias Arteriais	23 a 27,5*	4 x 2,75	2 x 2,50	2 x 3,50	2,00*	2x1,5m ou 2,5m**	0,5	20
Vias Coletoras	19 a 21,5*	2 x 3,50	2 x 2,50	2 x 3,50	-	2x1,5m ou 2,5m**	0,5	20
Vias Locais	15 a 17,5*	2 x 3,00	2 x 2,50	2 x 2,00	-	2x1,5m ou 2,5m**	0,5	20
Vias Paisagísticas	21	2 x 4,00	2 x 2,50	2 x 3,00	2,00	-	0,5	20

*opcional

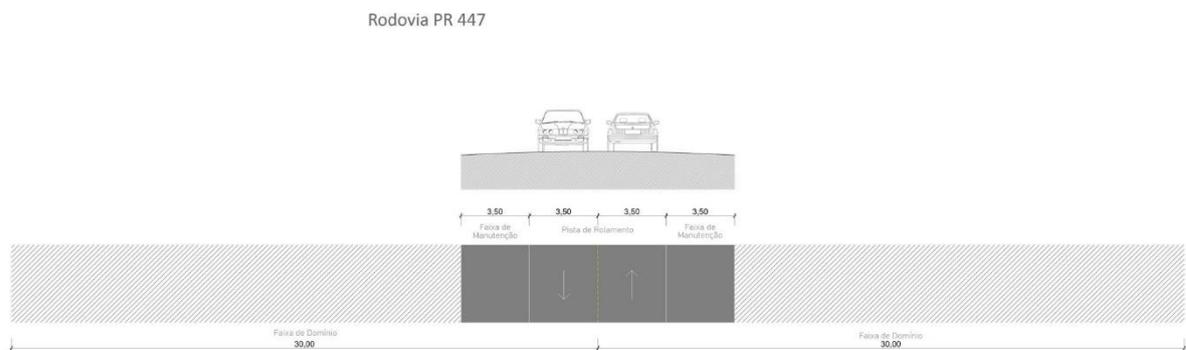
**2 faixas de 1,5m cada para ciclovia/ciclofaixa unidirecional ou 2,5m para ciclovia/ciclofaixa bidirecional

Elaboração: Latus Consultoria (2025).

As definições obedecem ao CTB:

- Faixa de domínio: superfície lindeira às vias rurais, delimitada por lei específica e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via;
- Largura total: distância mínima entre os dois alinhamentos prediais em oposição;
- Faixa de rolamento: espaço para utilização de veículos em movimento contínuo;
- Faixa de manutenção: espaço para a manutenção viária e paradas emergenciais e temporárias de veículos;
- Calçada: parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins;
- Ciclofaixa: parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica;
- Ciclovia: pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum.
- Ciclorrota: rota compartilhada entre ciclistas e veículos motorizados, a qual recebe sinalização específica a fim de orientar o motorista à presença de ciclistas e garantir a segurança destes.

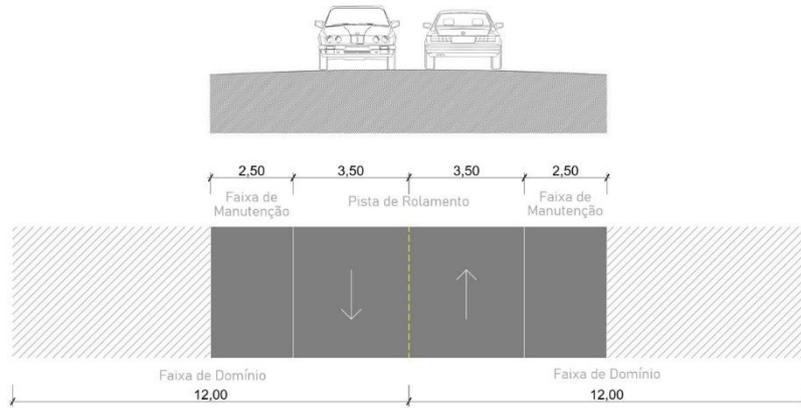
Figura 15 – Perfil Viário da Rodovia PR-447



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 16 – Perfil Viário da Estrada Primária

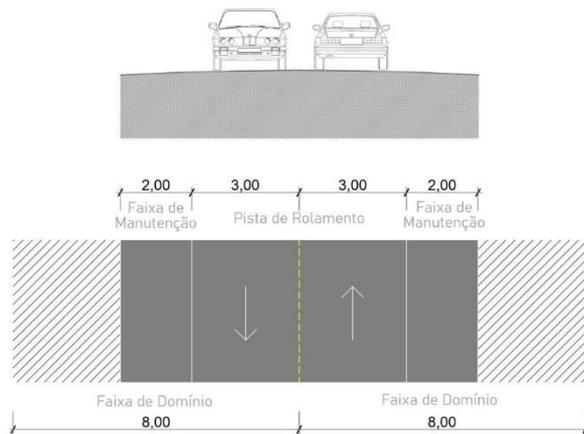
Estradas Primárias



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 17 – Perfil Viário da Estrada Secundária

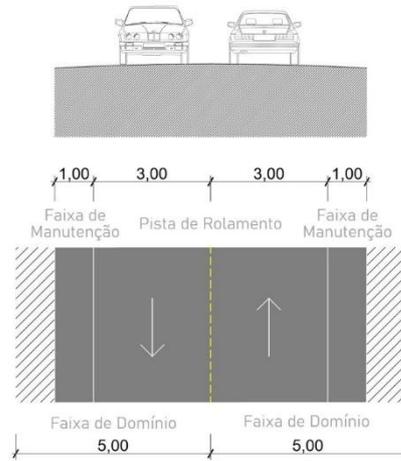
Estradas Secundárias



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 18 – Perfil Viário da Estrada Terciária

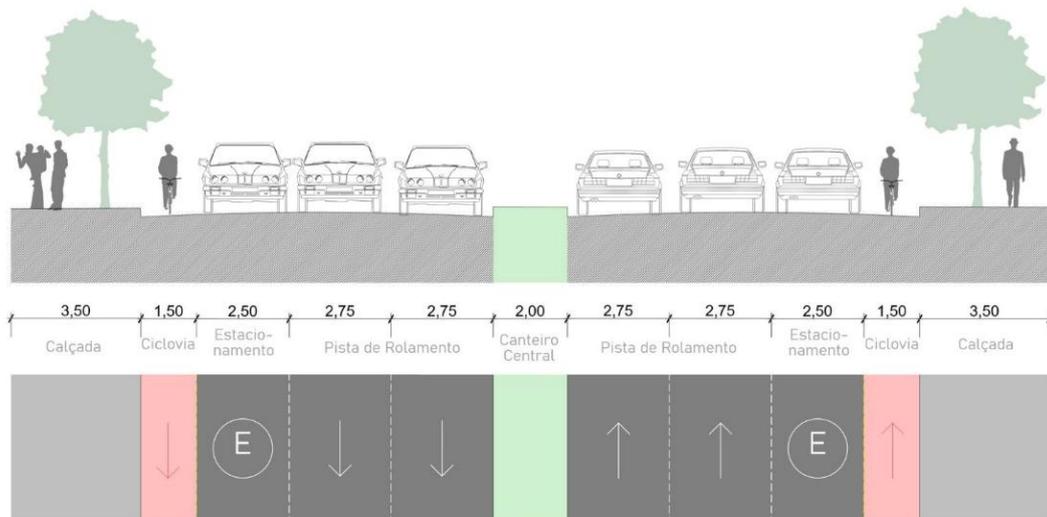
Estradas Terciárias



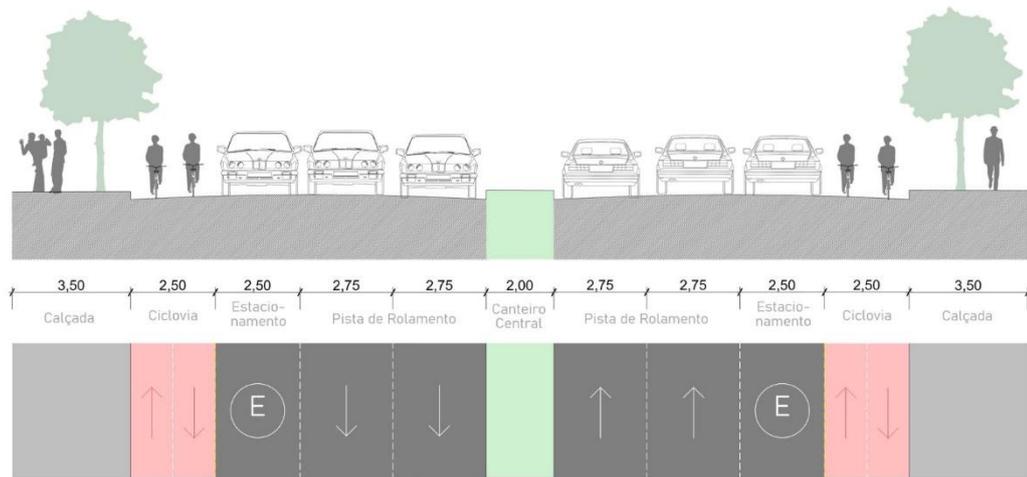
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 19 – Perfil Viário da Via Arterial

Vias Arteriais - Unidirecional



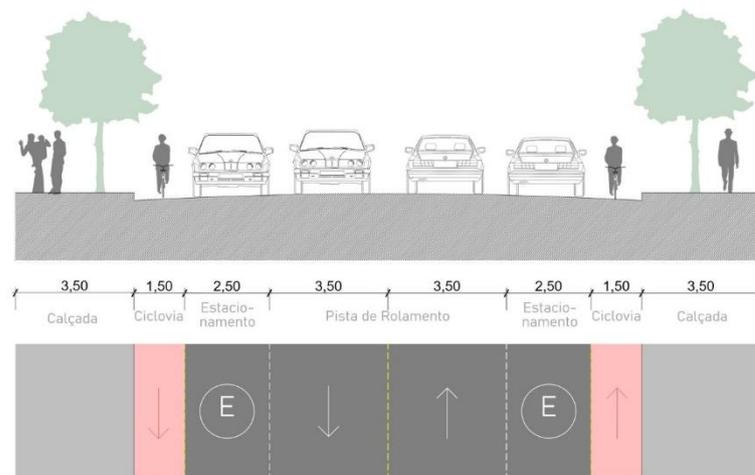
Vias Arteriais - Bidirecional



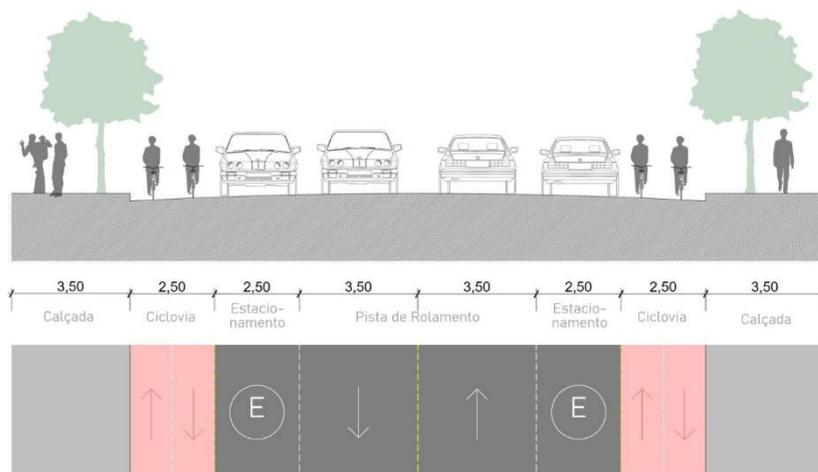
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 20 – Perfil Viário da Via Coletora

Vias Coletoras - Unidirecional



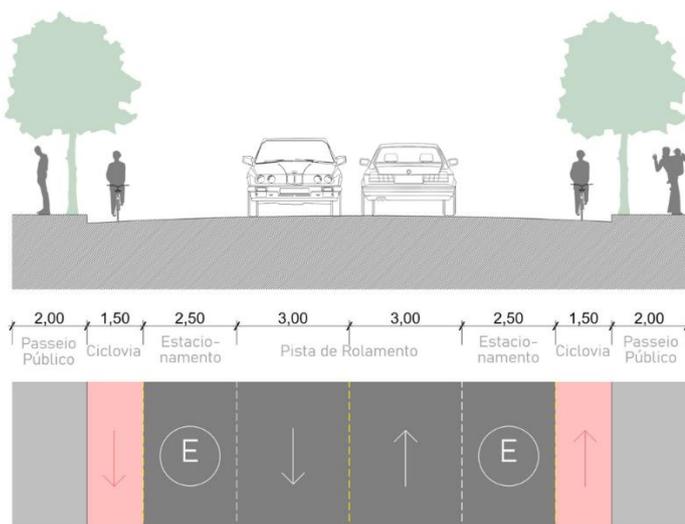
Vias Coletoras - Bidirecional



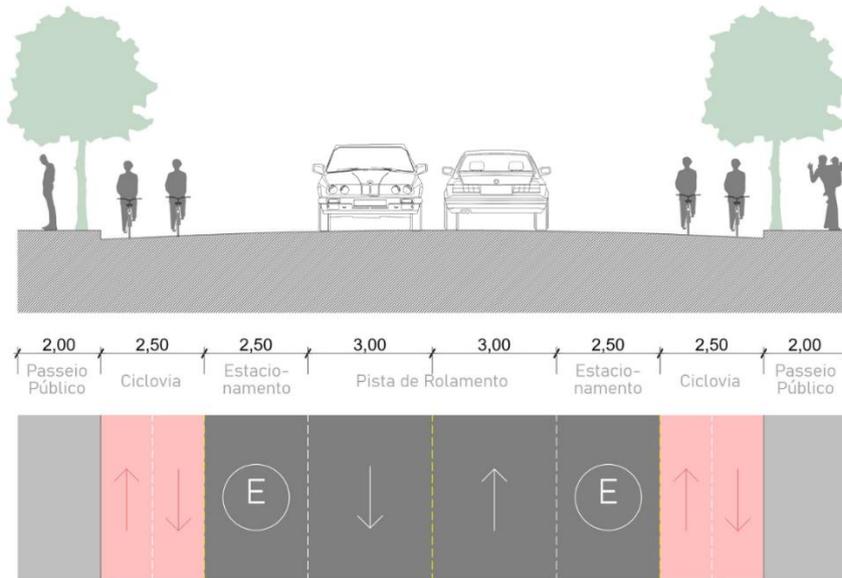
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 21 – Perfil Viário da Via Local

Via Local - Unidirecional

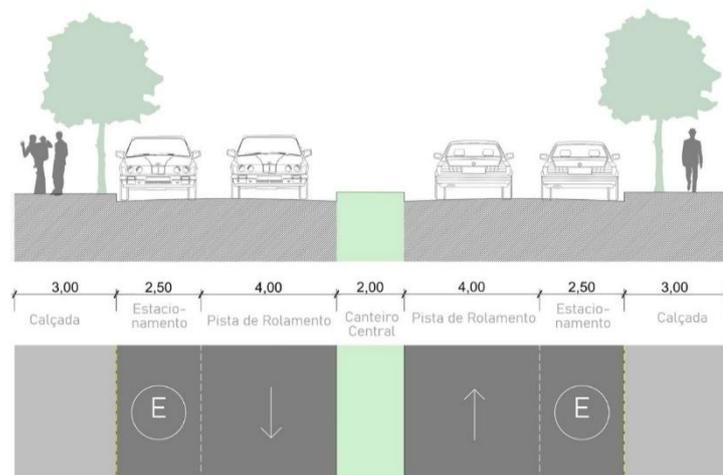


Via Local - Bidirecional



Elaboração: Latus Consultoria (2025).
Figura 22 – Perfil Viário da Via Paisagística

Vias Paisagísticas



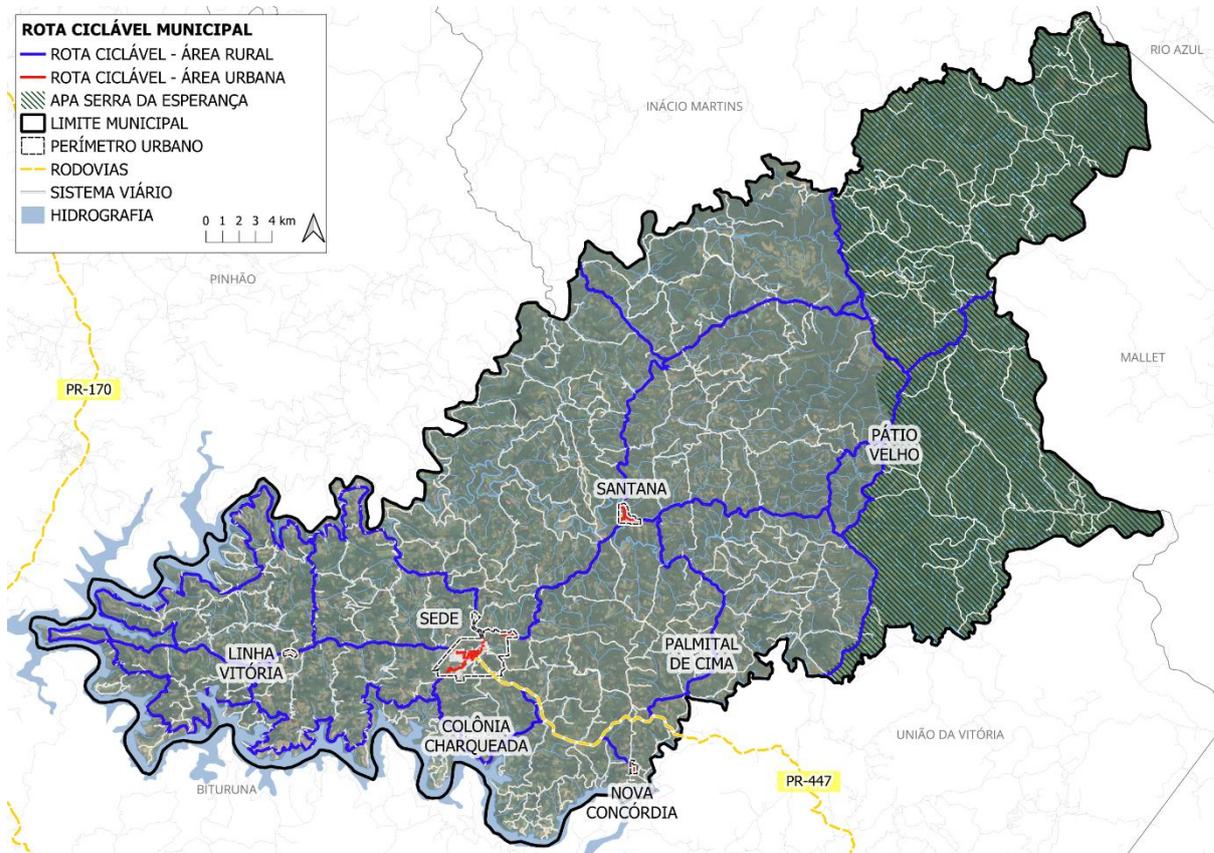
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Além da classificação das vias de acordo com uma hierarquia viária, para Cruz Machado foram propostas também rotas cicláveis e rotas acessíveis.

As **rotas cicláveis** são as vias rurais ou urbanas planejadas para a circulação segura de ciclistas, as quais contribuem para a mobilidade sustentável e promovem a integração de diferentes modais

de transporte. Cruz Machado conta hoje com um grande fluxo de ciclistas na Sede, demonstrando assim demanda por parte da população por ciclovias ou ciclofaixas que garantam maior segurança aos usuários. À nível municipal, as rotas cicláveis tem o objetivo de incentivar o deslocamento diário da população entre as áreas ocupadas e o turismo rural, garantindo uma mobilidade segura para esses ciclistas por meio de sinalização que alerte os motoristas nas vias destacadas. As estradas selecionadas para essas rotas conectam os principais pontos do município, como os perímetros urbanos e a APA Serra da Esperança, e criam também uma rota ao longo do Rio Iguazu, reforçando o turismo nessa região, a qual foi definida como Macrozona de Turismo Ecológico.

Figura 23 – Rota Ciclável Municipal



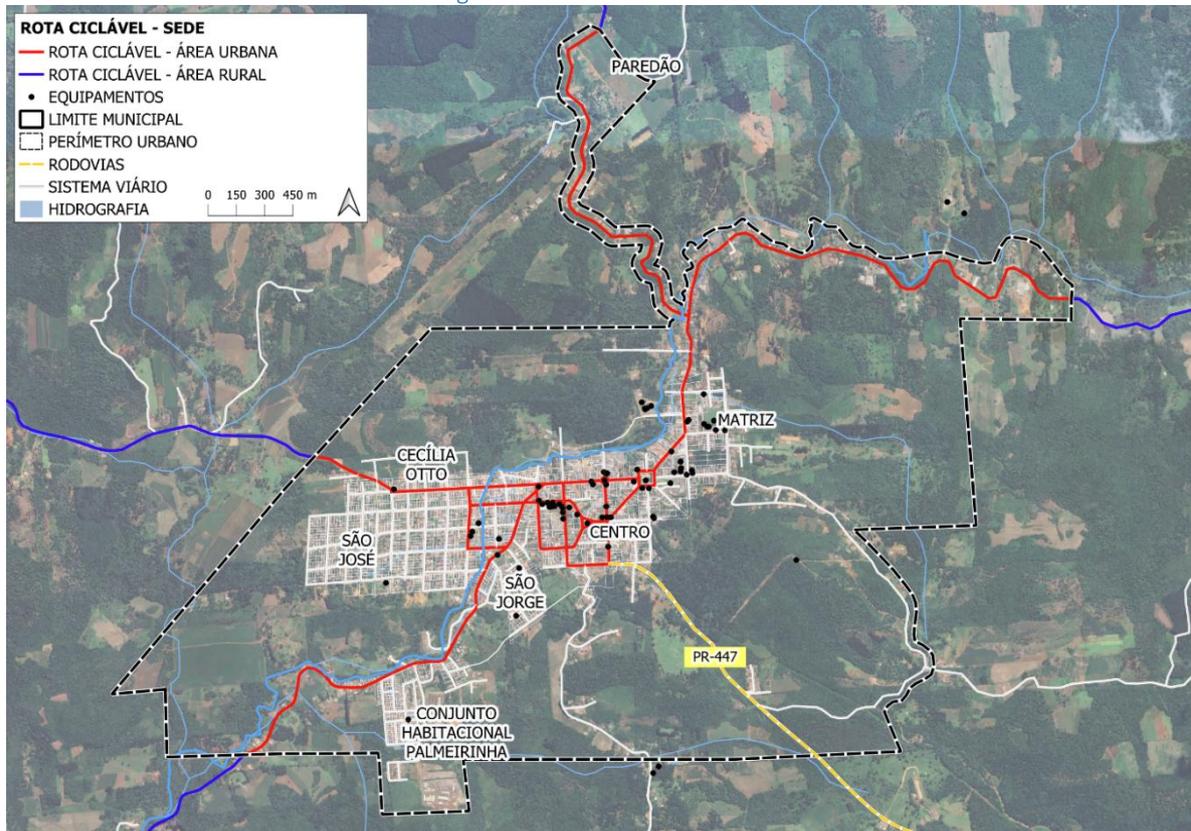
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Vale ressaltar que o objetivo das rotas cicláveis, independente se localizadas na área urbana ou na área rural, é implementar medidas de segurança para ciclistas por meio da sinalização adequada. As vias devem receber sinalização sobre a presença de ciclistas e podem contar com ciclovia ou ciclofaixa quando a dimensão permitir.

Em relação às rotas cicláveis dentro dos perímetros urbanos, na Sede foram levados em consideração a posição dos principais equipamentos públicos, como o hospital, a Prefeitura, escolas, entre outros, além de serem consideradas as vias de maior fluxo e a necessidade de conexão dessas rotas às rotas cicláveis rurais. Nas demais áreas urbanas (Santana, Nova Concórdia e Linha Vitória)

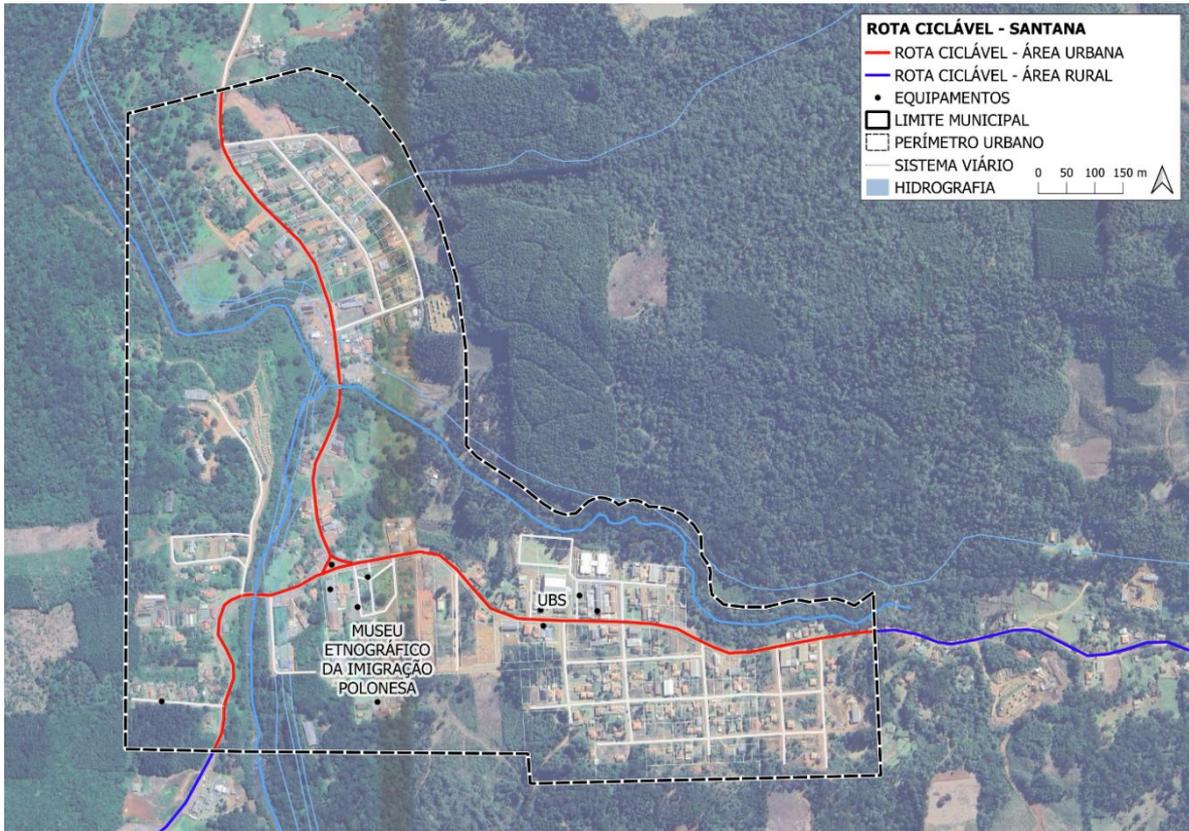
apenas a via principal foi selecionada como rota ciclável, devido a posição dos equipamentos públicos e seu maior fluxo.

Figura 24 – Rota Ciclável da Sede



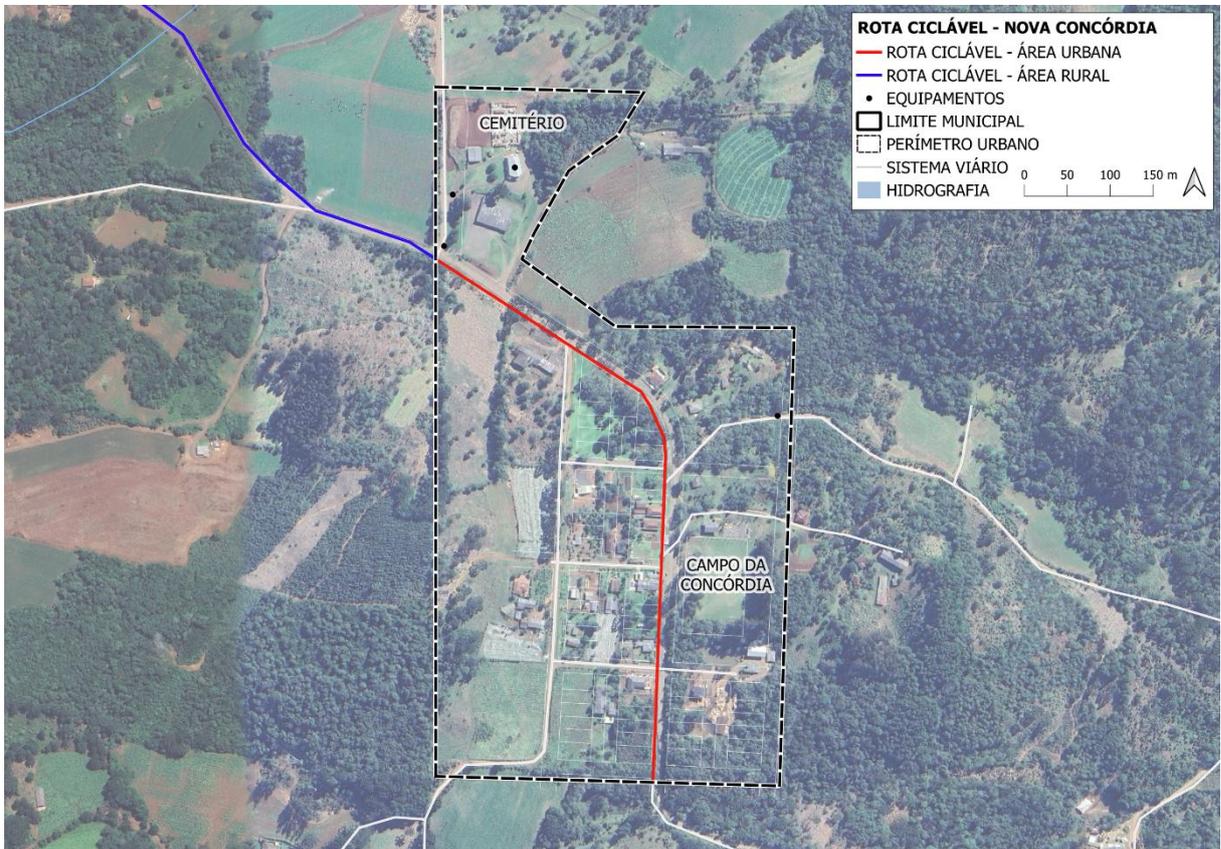
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 25 – Rota Ciclável de Santana



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 26 – Rota Ciclável de Nova Concórdia



Em relação às rotas acessíveis, sua proposta é exigida pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) na elaboração de Planos Diretores, conforme dispõe o parágrafo 3º do Artigo 41:

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

[...]

§ 3º As cidades de que trata o *caput* deste artigo devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros.

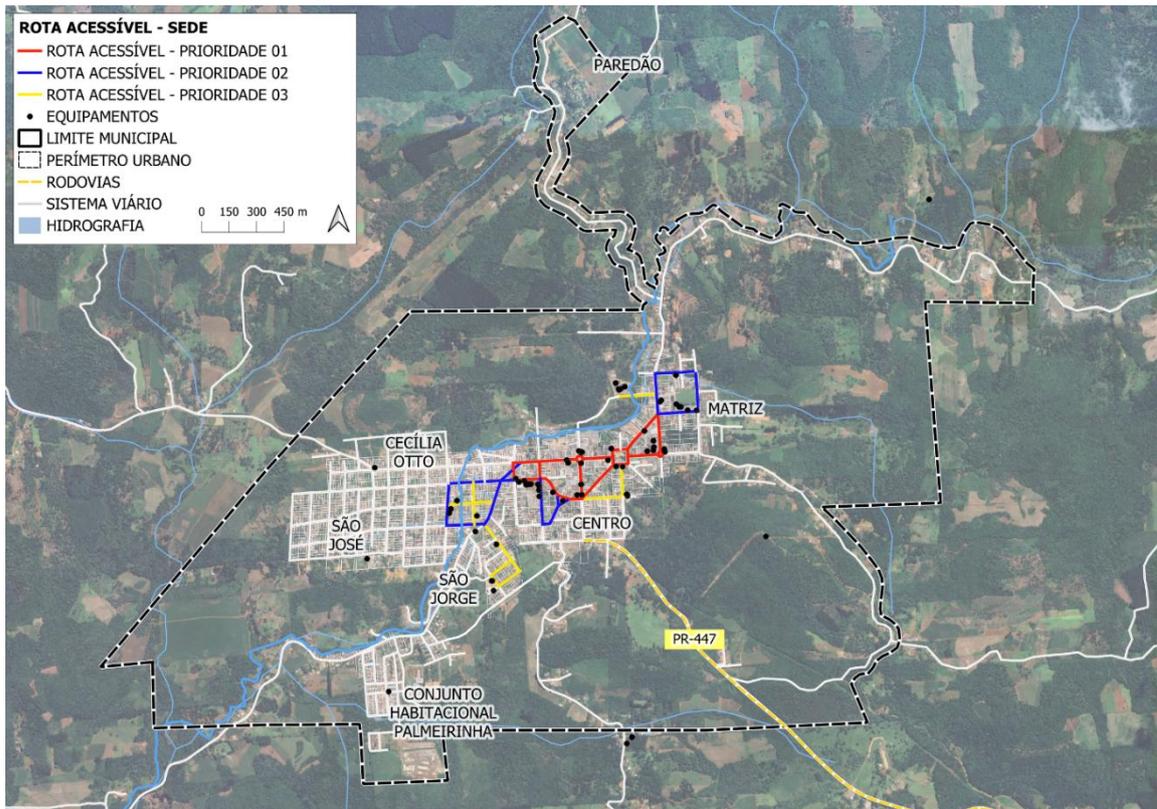
A Norma Técnica Brasileira (NBR) 9050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, define rota acessível como:

[...] trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros.

A metodologia utilizada para a proposta de rotas acessíveis inicia com a localização dos principais equipamentos públicos, em especial equipamentos de saúde, e, a partir desse mapeamento se destacam as vias que conectam esses equipamentos. Assim, foram selecionadas rotas acessíveis para a Sede e Santana, por serem núcleos urbanos de maior concentração populacional e contarem com equipamentos importantes. As rotas foram classificadas de acordo com três níveis de prioridade:

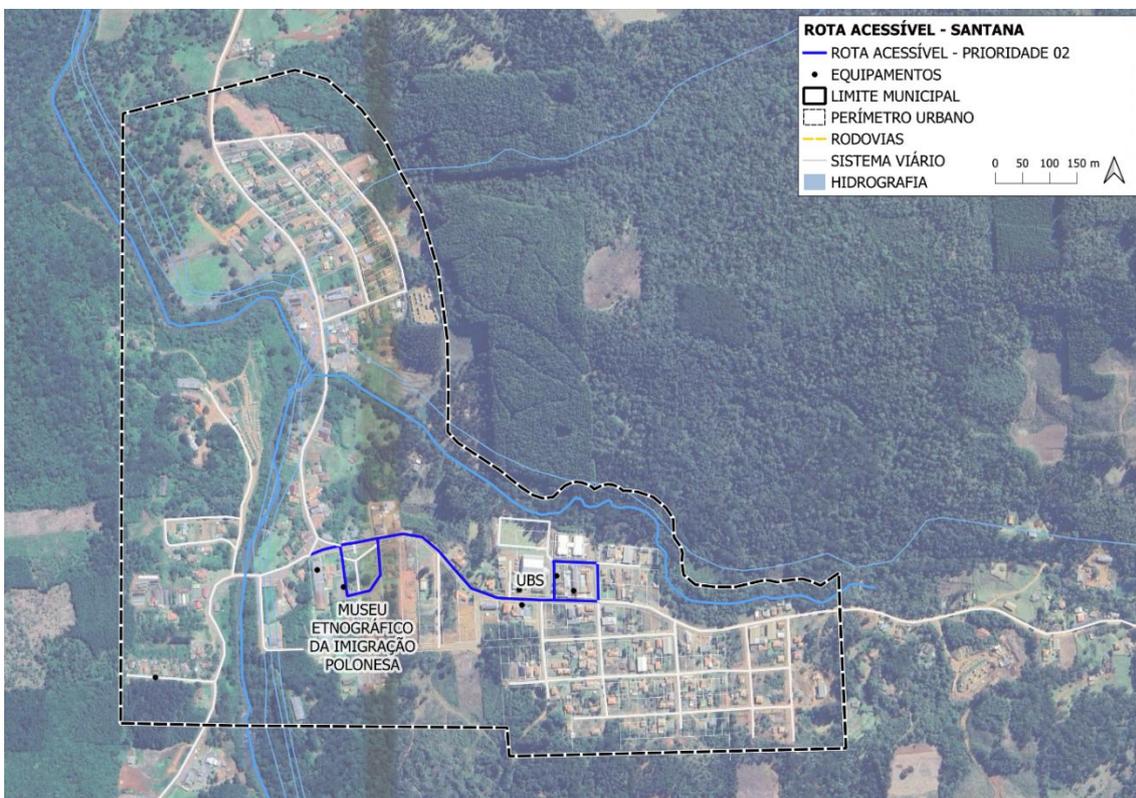
- Prioridade 01: conecta os principais equipamentos na Sede e engloba as vias de maior fluxo de pedestres;
- Prioridade 02: conecta os demais equipamentos na Sede e em Santana, expandindo a rota ainda nas regiões centrais;
- Prioridade 03: conecta os demais equipamentos da Sede que estão mais distantes do centro.

Figura 27 – Rota Acessível da Sede



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 28 – Rota Acessível de Santana



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

3 INSTRUMENTOS NORMATIVOS

Os instrumentos normativos são as regras que configuram os usos e as alternativas de ocupação do solo urbano de Cruz Machado, bem como delimitam a função social prevista para a propriedade urbana. É este regramento que orientará os proprietários e seus assessores técnicos sobre os destinos previstos pelo Plano Diretor para os terrenos urbanos, conforme demonstrado nos capítulos anteriores. No âmbito do planejamento territorial, estas regras dizem respeito:

- Às atividades que desenvolver-se-ão nas edificações: o conjunto destas normas denomina-se regras de uso do solo.
- À exigência de vagas de estacionamento para determinadas atividades: o conjunto destas normas denomina-se estacionamentos obrigatórios.
- À edificação: o conjunto destas normas denomina-se regras de ocupação do solo.
- À subdivisão de terrenos: o conjunto destas normas denomina-se regras de parcelamento do solo.

Apresenta-se a seguir, proposta preliminar dos instrumentos normativos de Cruz Machado. Vale ressaltar que a definição destes parâmetros levou em consideração a legislação municipal vigente e as determinações da legislação estadual e federal, em especial as leis nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e nº 6.766/1979 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano).

3.1 REGRAS DE USO DO SOLO

As regras de uso do solo definem quais atividades podem ser instaladas em cada parcela do zoneamento urbano. A Lei de zoneamento Uso e Ocupação do Solo – Lei nº 1216/2009, vigente em Cruz Machado, classifica os usos do solo urbano quanto:

- I. Às atividades;
- II. Ao porte;
- III. À natureza.

Quanto às atividades, os usos são classificados em: habitacional, institucional, comunitário, comercial e de serviços, e industrial. Para cada categoria de uso, há subcategorias acompanhadas de uma lista exemplificativa de atividades correspondentes. As atividades urbanas das categorias de uso comercial, de serviços e industrial, conforme a Lei, classificam-se quanto à natureza em: perigosa (atividades que oferecem risco de explosões, incêndios, poluição ou danos a pessoas e propriedades), nociva (atividades que manipulam materiais ou processos que prejudicam a saúde ou poluem o

ambiente) e incômoda (atividades que produzem ruídos, poeiras, gases ou causam transtornos à vizinhança ou ao tráfego). Quanto ao porte, as atividades são classificadas em pequeno porte (até 150 m²), médio porte (de 150,01 m² a 500 m²) e grande porte (acima de 500,01 m²). Vale ressaltar que a Lei estabelece que as atividades não especificadas serão analisadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, que definirá alternativas de localização e eventuais medidas mitigadoras.

Considerando os aspectos supramencionados da legislação vigente de Cruz Machado, propõe-se um sistema de regramento das atividades mais claro e simplificado, que contemple a realidade atual do município e previna os problemas recorrentes de alteração de uso das edificações após o licenciamento. A proposta apresentada fundamenta-se nas seguintes premissas:

- Simplificação da definição dos tipos de atividades passíveis de serem instalados;
- Determinação das características das atividades que podem gerar impacto;
- Classificação das atividades por nível de impacto, que associe o tipo com as características impactantes que pode vir a possuir;
- Diferenciação dos usos permissíveis e proibidos por zona urbana, ao estabelecer que apenas as atividades permissíveis poderão ser aprovadas mediante análise prévia;
- Consideração das atividades existentes e já instaladas no território, prevendo a análise de sua respectiva coerência com a nova lei;
- Distribuição das atividades conforme potencial e características estabelecidas para cada zona urbana estabelecida;
- Miscigenação de usos nas zonas urbanas, com controle dos impactos negativos entre as atividades, evitando a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- Articulação do licenciamento urbanístico com o ambiental.

A formulação da proposta iniciou com a definição dos tipos de atividades. São cinco os tipos previstos⁵:

- I. Habitacional: uso para fins de moradia;
- II. Comercial varejista e de serviços: uso para fins econômicos, que visam lucro e comércio de produtos para consumidores finais;
- III. Comercial atacadista: uso para fins econômicos, que visam lucro e comércio de produtos em grandes quantidades, tanto para outros comerciantes, quanto para consumidores finais;

⁵ O uso institucional, como equipamentos de educação, saúde e lazer, não faz parte desta classificação, pois podem estar localizados em qualquer área da cidade, conforme demanda identificada no local.

- IV. Industrial: uso para fins econômicos, que visam lucro e comércio de produtos, caracterizada pela transformação e/ou extração de matéria-prima;
- V. Especial: uso cuja instalação é excepcional na cidade. Por exemplo: cemitérios e crematórios; equipamentos especiais esportivos e de lazer, como autódromos, hipódromos, estádios e parques; circos e feiras; shoppings e centros comerciais; aeroportos, heliportos, portos, marinas, rodoviárias e terminais de carga; presídios; comércio varejista de fogos de artifícios e artigos pirotécnicos; aterros sanitários, depósitos de reciclagem e ETE;

Considera-se que cada um desses tipos de atividades podem ser mais ou menos impactantes. São as características que apresentam que determinam o nível de impacto que podem alcançar. Para Cruz Machado, as características consideradas impactantes são:

- Fumaça (tais como os que têm forno à lenha);
- Carga e descarga diária através de caminhões;
- Horário de funcionamento noturno;
- Ruído inconveniente à atividade residencial;
- Manipulação de produtos químicos, como resinas;
- Área construída superior a 500m²;
- Outros tipos de impactos semelhantes.

A partir da categorização dos tipos de atividades passíveis de serem instaladas em Cruz Machado e das características que podem gerar impacto, foi possível estabelecer uma classificação dos usos por nível de impacto (não impactante, impacto local e impactante), conforme demonstrado no Quadro 8 a seguir.

Quadro 8 – Classificação das atividades conforme nível de impacto

NÍVEL DE IMPACTO	HABITACIONAL	COMERCIAL VAREJISTA E DE SERVIÇOS	COMERCIAL ATACADISTA	INDUSTRIAL
Não Impactante	Número de economias igual ou inferior a 4.	SEM características que gerem impacto.		
Impacto Local	Número de economias superior a 4.	COM uma ou mais características que gerem impacto.	SEM características que gerem impacto.	SEM características que gerem impacto e potencial poluidor até médio. *
				SEM/COM características que gerem impacto e potencial poluidor baixo. *

Impactante			COM uma ou mais características que gerem impacto.	COM características que gerem impacto e potencial poluidor médio.
				SEM/ COM características que gerem impacto e potencial poluidor alto.

*Conforme classificação de atividades previstas pelo licenciamento ambiental.
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Após, foram determinados os usos permitidos, permissíveis ou proibidos em cada zona urbana, considerando o nível de impacto e a excepcionalidade (Quadro 9), priorizando a miscigenação de usos e seguindo a estratégia de desenvolvimento urbano estabelecida. Além das diretrizes gerais apresentadas no quadro, as zonas especiais definidas no zoneamento urbano – como a Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA), a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e a Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC) – possuem regramentos específicos, compatíveis com os seus respectivos objetivos. No caso da ZEIC, serão estabelecidos parâmetros diferenciados de uso e ocupação do solo com o intuito de valorizar, preservar e promover os bens culturais materiais e imateriais reconhecidos no território municipal. As intervenções nessas áreas deverão observar diretrizes de proteção do patrimônio cultural e poderão estar sujeitas à análise de órgãos competentes de patrimônio histórico, além de incentivos para usos compatíveis com a preservação e revitalização das áreas culturais. Tais especificidades serão tratadas em regulamentações complementares e serão integradas ao Plano Diretor.

Quadro 9 – Categorias de atividades por zona de uso

USO DO SOLO	CORREDOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (COS)	ZONA DE OCUPAÇÃO CONSOLIDADA (ZOC)	ZONA RESIDENCIAL MISTA (ZRM)	ZONA DE EXPANSÃO (ZE)	ZONA DE OCUPAÇÃO MODERADA (ZOM)	ZONA DE INDÚSTRIAS E SERVIÇOS (ZIS)
Não impactante	•	•	•	•	•	• Exceto uso habitacional
Impacto local	•	•	•	•	•	• Exceto uso habitacional
Impactante	o	φ	φ	o	o	•
Especial	φ	φ	o	o	o	o

Permitido (•);permissível (φ); proibido (o).
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Como é possível observar, até mesmo na zona mais restrita é permitido uso misto. Já as atividades mais impactantes podem ser instaladas nas zonas mais consolidadas e ao longo dos eixos viários estruturantes, mediante análise prévia dos impactos. Apenas na zona destinada a abrigar as atividades que geram maior impacto não serão permitidas moradias, para evitar o conflito entre as atividades e pela sua incompatibilidade. As atividades especiais serão permissíveis ao longo das zonas descritas no quadro acima, como, COS e ZOC, visto que sua inserção na região pode ser mais bem gerenciada e controlada.

Ressalta-se que o uso permissível deverá passar por análise prévia do Equipe Técnica Municipal responsável pela implementação do Plano Diretor e Conselho de Desenvolvimento Urbano Municipal para ser permitida sua instalação – Estudo Prévio (EP) ou Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) – observada a lista de atividades que devem obrigatoriamente elaborar EIV, independente da zona urbana em que se situará⁶.

O Estudo Prévio (EP), por ser municipalizado, é exigido para atividades mais comuns, que geram um impacto pontual, limitado a um aspecto relevante, demandando uma análise mais detalhada para sua aprovação. O termo de referência do EP pode ser elaborado pela equipe técnica municipal, adaptando-se às características específicas de cada empreendimento, sendo mais simplificado e centrado no impacto potencial. Em compensação o EIV, regulamentado pelo Estatuto da Cidade, requer um procedimento mais complexo e uma análise mais abrangente, sendo exigido apenas para atividades excepcionais que possam gerar impactos significativos em vários aspectos no município.

3.2 ESTACIONAMENTOS OBRIGATORIOS

Conforme identificado na Análise Temática Integrada, constatou-se a necessidade de reforçar a exigência de vagas mínimas para estacionamento de veículos motorizados, por meio da definição de uma tabela específica. Optou-se pela inserção dessa obrigatoriedade, acompanhada de uma revisão e simplificação dos requisitos legais, de modo a garantir sua efetiva implementação. Adicionalmente, introduziu-se a exigência de bicicletários, em consonância com a promoção da mobilidade ativa, conforme preconizado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ressalta-se que os bicicletários não estavam previstos na legislação vigente. Os detalhes dessas exigências encontram-se no Quadro 10.

⁶ Ver capítulo 4.4.

Quadro 10 - Exigência de vagas de estacionamento

ATIVIDADE	CONDICIONANTE	VEÍCULO MOTORIZADO	VEÍCULO NÃO-MOTORIZADO
Residencial unifamiliar e multifamiliar	-	1 vaga para cada unidade	1 vaga para cada unidade
Comércio, serviços, comércio atacadista, Indústrias, depósitos	Área da edificação igual ou superior a 300m ²	1 vaga para cada 300m ²	150 a 300 m ² de área construída: 5 vagas
			300 a 500 m ² de área construída: 8 vagas
			Acima de 500 m ² de área construída: 10 vagas + 1 vaga a cada 100m ² acima de 500 m ²
Auditórios, ginásios, centros culturais, templos, igrejas, locais para cultos ou reuniões	Área da edificação igual ou superior a 150m ²	1 vaga para cada 20 lugares (mínimo 3 vagas)	1 vaga para cada 20 lugares (mínimo 5 vagas)
Hotéis e pensões	Área da edificação igual ou superior a 150m ²	1 vaga para cada 3 unidades de alojamento	1 vaga para cada 3 unidades de alojamento (mínimo 5 vagas)
Instituições de ensino	Ensino fundamental, médio e superior	1 vaga para cada 75m ² de área construída (mínimo 2 vagas)	1 vaga para cada 75m ² de área construída (mínimo 5 vagas)
Estabelecimentos hospitalares	Até 50 leitos	1 vaga para cada 3 leitos	1 vaga para cada 3 leitos (mínimo 5 vagas)
	Acima de 50 leitos	1 vaga para cada 6 leitos	1 vaga para cada 6 leitos (mínimo 5 vagas)
Industrial	Área da edificação igual ou superior a 300m ²	1 vaga para cada 300m ²	300 a 500 m ² de área construída: 5 vagas
			500 a 750 m ² de área construída: 8 vagas
			Acima de 750 m ² de área construída: 10 vagas + 1 vaga a cada 100m ² acima de 500 m ²
Demais atividades e especiais	Número de vagas a ser exigido definido pelo Executivo Municipal, com base no Estudo de Impacto de Vizinhança ou no Estudo de Impacto Ambiental, quando exigido, levando-se em consideração as características do empreendimento e sua localização.		

Elaboração: Latus Consultoria (2025).

3.3 REGRAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

As diretrizes de ocupação do solo em Cruz Machado têm como objetivo estabelecer os limites para construções, levando em consideração sua interação com o ambiente urbano e as características específicas de cada zona. Elas devem estar alinhadas com outras normas e instrumentos, garantindo a conformidade com os princípios e diretrizes do Plano Diretor Municipal.

A análise da legislação atual em relação aos parâmetros de ocupação do solo revelou que as taxas de ocupação e os índices de aproveitamento são considerados restritivos. Portanto, sugere-se

algumas alterações nos parâmetros existentes para adequar a realidade municipal, visando simplificar a legislação e os procedimentos para sua aplicação. Os principais parâmetros, como coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, taxa de permeabilidade, altura máxima e recuo, serão apresentados de forma mais simplificada, visando uma melhor compreensão e aplicação das regras de ocupação do solo.

- Coeficiente de aproveitamento: valor que se deve multiplicar com a área do terreno para se obter a área máxima computável a construir, determinando o potencial construtivo do lote;
- Taxa de ocupação: percentual expresso pela relação entre a área de projeção da edificação sobre o plano horizontal e a área total do lote;
- Taxa de permeabilidade: percentual expresso pela relação entre a área permeável do lote e a área total do lote.
- Altura da edificação: é a dimensão vertical máxima da edificação, em números de pavimentos a partir do térreo, inclusive;
- Recuo: distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e as divisas do lote.

Os índices foram adequados para cada zona urbana, considerando as características específicas, potencialidades e estratégias de desenvolvimento estabelecidas, bem como o potencial de densificação que apresentam. Enfatiza-se que os parâmetros estabelecidos preveem: uma maior densidade construtiva nas áreas mais consolidadas da cidade e nas áreas que possuem potencial para desenvolvimento de atividades econômicas de maior porte, uma média densidade construtiva nas áreas em estruturação e uma baixa densidade construtiva nas áreas mais vazias, desestruturadas e com características desfavoráveis à ocupação, conforme Quadro 11. Vale ressaltar que para lotes de esquina, o profissional técnico definirá a testada principal para aplicar o recuo frontal obrigatório, e na outra testada será exigida a medida mínima de 1,50m se houverem aberturas. Além disso, nos empreendimentos a serem localizados em Zonas Especiais, os parâmetros serão definidos mediante apresentação de projeto e análise específica do setor municipal competente.

Quadro 11 - Regras de ocupação do solo

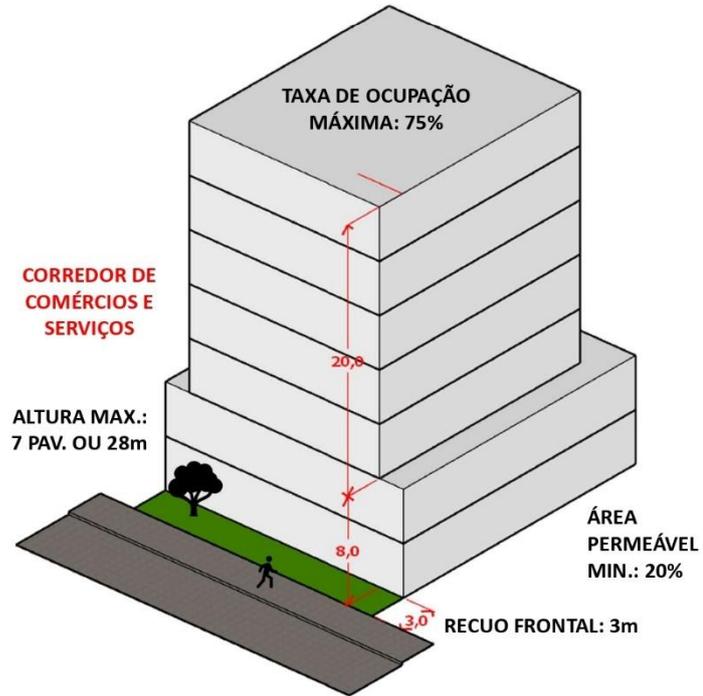
ZONEAMENTO	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁX. – TO (%)	TAXA PERMEÁVEL MÍN.– TP (%)	ALTURA MÁX. (PAV.)	RECUO FRONTAL (m)
Corredor de Comércio e Serviços (COS)	5,0	75	20	7	3 (exceto comércio e serviços)
Zona de Indústria e Serviços (ZIS)	3,5	85	10	4 (exceto silos)	6
Zona de Ocupação Consolidada (ZOC)	3,0	70	20	4	3
Zona Residencial Mista (ZRM)	1,5	50	25	3	3
Zona de Expansão* (ZE)	1,0	30	60	3	3
Zona de Ocupação* Moderada (ZOM)	0,5	15	75	2	3
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	Lei Específica				
Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA)	Lei Específica				
Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC)	Análise Específica				

* Será solicitado laudo geotécnico quando localizado em área de risco, conforme mapeamento, e mediante necessidade constatada pelo setor municipal responsável.

Elaboração: Latus Consultoria (2025).

A seguir, serão apresentados esquemas gráficos que representam as regras de ocupação do solo conforme o zoneamento urbano proposto. A utilização de esquemas visa facilitar a compreensão das diretrizes urbanísticas aplicáveis a cada zona, permitindo uma leitura visual mais clara e objetiva dos parâmetros como taxas de ocupação, coeficientes de aproveitamento, recuos, gabaritos e demais condicionantes.

Figura 29 – Esquema gráfico regra de ocupação - COS



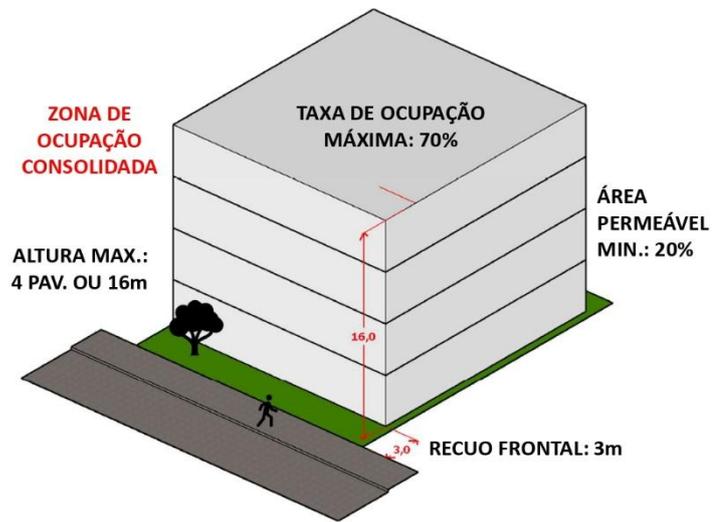
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 30 – Esquema gráfico regra de ocupação - ZIS



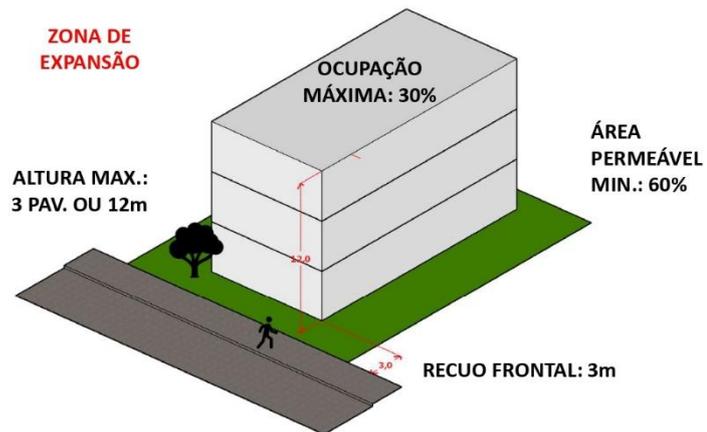
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 31 – Esquema gráfico regra de ocupação ZOC



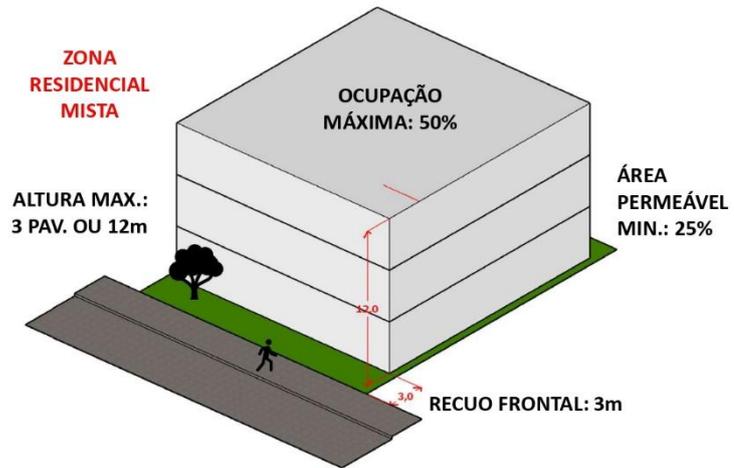
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 32 – Esquema gráfico regra de ocupação ZRM



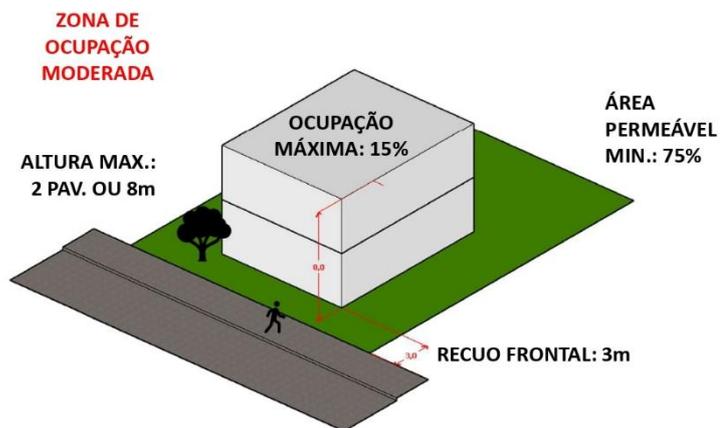
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 33 – Esquema gráfico regra de ocupação ZE



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 34 – Esquema gráfico regra de ocupação ZOM



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

3.4 REGRAS DE PARCELAMENTO DO SOLO

Quanto as regras de parcelamento do solo, em Cruz Machado, estabelecem as seguintes modalidades: loteamento, desmembramento, desdobro e/ou condomínios urbanísticos e remembramento. Como não há diferenciação entre desmembramento e desdobro, decidiu-se pela remoção do desdobro. Desta forma, as modalidades de parcelamento do solo propostas, baseadas na lei vigente e nas demais determinações legais federais, estaduais e municipais, são:

- Loteamento: subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;
- Desmembramento: subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;
- Remembramento: unificação de lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Complementa-se que o poder público municipal deve exigir doação de áreas públicas quando considerar necessário nos projetos de parcelamento do solo. Em relação a área mínima de destinação pública, entende-se que a legislação federal que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano⁷, a partir da redação dada pela lei nº 9785/1999, estipula que o Poder Público municipal, a partir da lei do Plano Diretor, estipula a porcentagem mínima de 35%, a destinação de áreas públicas nos projetos de loteamento.

Art. 4º Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.

(...)

§ 1º A legislação municipal definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de

⁷ Lei nº 6766/1979.

parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento.

Ainda conforme a legislação federal, consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares, e urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

Se optou por exigir infraestrutura básica em todas as modalidades de parcelamento do solo, não apenas no loteamento pela exigência legal. Por infraestrutura básica entende-se vias pavimentadas com calçada, iluminação pública, rede de drenagem, sistema de coleta e tratamento de esgoto, rede elétrica e abastecimento de água.

As dimensões mínimas e máximas a serem respeitadas nos novos projetos de parcelamento do solo, constam no Quadro 16. Essas definições foram resultado de um processo participativo e técnico, que envolveu discussões com a Equipe Técnica Municipal (ETM), além da análise das contribuições recebidas por meio do questionário online e da audiência pública. Após a leitura técnica do material e a escuta da comunidade, entendeu-se que os parâmetros anteriormente vigentes apresentavam dimensões mínimas desproporcionais à realidade de Cruz Machado, tornando-se, em muitos casos, um entrave ao desenvolvimento urbano e à regularização de áreas já consolidadas. Assim, optou-se pela adequação dos limites dimensionais, de forma a compatibilizar as exigências urbanísticas com as condições locais.

Quadro 12 – Padrões de loteamento e desmembramento

ZONEAMENTO	FACE MÁXIMA DO QUARTEIRÃO (m)	LOTE MÍNIMO (m ²)	TESTADA MÍNIMA (m)	ÁREA MÍNIMA DE DESTINAÇÃO PÚBLICA
Corredor de Comércio e Serviços	120	300	12	35% (traçado viário e equipamentos públicos)
Zona de Indústria e Serviços	200	750	25	
Zona de Ocupação Consolidada	120	240	12	
Zona Residencial Mista	120	200	12	
Zona de Expansão*	160	500	20	
Zona de Ocupação Moderada*	160	1000	25	

* Será solicitado laudo geotécnico quando localizado em área de risco, conforme mapeamento, e mediante necessidade constatada pelo setor municipal responsável.

Elaboração: Latus Consultoria (2025).

4 INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

Para a concretização do Modelo Territorial Urbano, propõe-se que o Plano Diretor de Cruz Machado incorpore os instrumentos da política urbana trazidos pela Lei Federal N.º 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, considerada a obrigatoriedade estabelecida legalmente, e as condições para sua aplicabilidade e efetividade. Esses instrumentos induzem o desenvolvimento e promovem a gestão social da renda urbana sob os princípios da função social da propriedade, da gestão democrática e da justa distribuição dos ônus e benefícios da terra. Estes instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade devem ser aplicados de forma complementar ao zoneamento, reforçando sua efetividade e viabilizando a gestão integrada e sustentável do solo urbano.

Visto isso, dentre a gama de instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, foram selecionados apenas aqueles que são obrigatórios constar na lei do Plano Diretor, conforme exigência federal, e aqueles que segundo a realidade de Cruz Machado auxiliariam na viabilização das estratégias territoriais definidas. Em relação à regularização fundiária, foram selecionados os instrumentos estabelecidos e orientados pelas legislações federais mais recentes, os mesmos serão descritos no capítulo seguinte referente a REURB. Os instrumentos que irão compor a nova lei do Plano Diretor são:

- Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC);
- IPTU progressivo no tempo;
- Desapropriação com pagamento em títulos;
- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);
- Direito de preempção;
- Instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);

A seguir serão especificados conforme legislação federal correspondente cada um destes instrumentos urbanísticos mencionados.

4.1 PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS (PEUC)

O Estatuto da Cidade define o instrumento Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC), da seguinte forma:

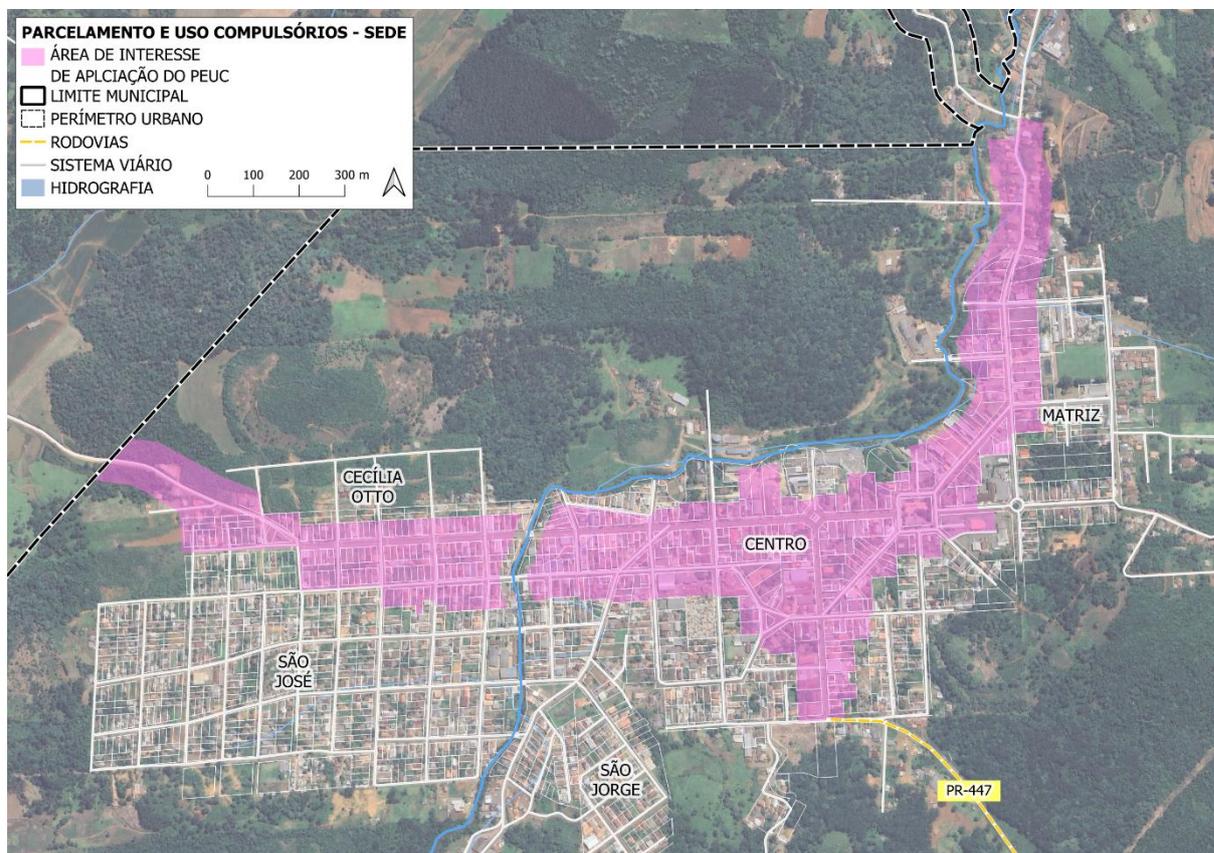
Art. 5º Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

Seu principal objetivo é obrigar que o imóvel não edificado, subutilizado ou não utilizado seja parcelado, edificado ou utilizado, induzindo a ocupação em áreas já dotadas de infraestrutura e equipamentos, evitando os processos especulativos e a expansão urbana desnecessária. Segundo a legislação federal, considera-se subutilizado o imóvel que possua aproveitamento inferior ao mínimo definido no Plano Diretor ou em legislação dele decorrente.

A delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o instrumento é conteúdo obrigatório da lei do Plano Diretor, conforme institui o artigo 42 do Estatuto da Cidade. A delimitação das áreas de incidência do instrumento deve considerar o zoneamento urbano proposto e a existência de infraestrutura e equipamentos. Para garantir a implementação deste instrumento é sugerido que, inicialmente, a delimitação contenha poucos terrenos passíveis de notificação.

Primeiro mapeou-se os lotes vazios no perímetro urbano existente, para depois definir a área de aplicação deste instrumento. Foi selecionado o Corredor de Comércio e Serviço (Figura 35) que envolve as áreas no centro da cidade onde estão localizados os principais eixos viários de acesso, comércio e serviços, e que possui maior disponibilidade de infraestrutura e equipamentos. Mas apenas serão notificados os terrenos de área superior à 300m² situados no Corredor de Comércio e Serviço, por representarem a área urbana mais valorizada.

Figura 35 - Área de Aplicação do PEUC



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

A nova lei, aplicará o instrumento na macrozona denominada Corredor de Comércio e Serviço e considerará uma taxa fixa para classificação do imóvel subutilizado, sendo aquela edificação que alcançar uma metragem inferior a 10% da área total do lote onde se localiza. Com a aplicação deste instrumento, os imóveis de metragem superior a 300m² contidos na área determinada no mapa que estejam não edificados, subutilizados (área construída menor que 10% da área do lote) ou não utilizados (edificações vazias e sem uso por 2 anos contínuos), deverão ser notificados pelo Poder Executivo de Cruz Machado para cumprimento da obrigação legal. Os prazos a serem cumpridos não poderão ser inferiores a um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no órgão municipal competente, e a dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento, conforme estipulado pela legislação federal.

A aplicação desse instrumento deve estar articulada com a atuação consecutiva de outros dois instrumentos: o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo e a desapropriação com pagamento em títulos.

A proposição dessa série de instrumentos pela Lei Federal sustenta-se no princípio da função social da propriedade urbana, que relativiza o direito de propriedade e submete o interesse particular do proprietário à ordem pública e ao interesse da coletividade.⁸

4.2 IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Quanto a aplicação do instrumento IPTU Progressivo no Tempo, o Estatuto da Cidade determina o seguinte:

Art. 7º Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

(...) Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou

⁸ Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios e IPTU progressivo no tempo: Caderno Técnico de Regulamentação e Implementação / Denaldi, Rosana; Souza, Claudia Virginia Cabral de; Brajato, Dânia; Frota, Henrique Botelho e Correa, Lidia Forghieri Mendes. Brasília: Ministério das Cidades, 2015.

utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

Em resumo, os proprietários notificados que não cumprirem com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar seus imóveis (descumprimento do estabelecido pelo PEUC), terão que pagar alíquotas progressivas de IPTU, que será majorada, podendo ser duplicada ano a ano, por cinco anos, até o limite de 15%. Passados os cinco anos, o Poder Executivo manterá a cobrança pela alíquota máxima até que seja cumprida a obrigação pelo proprietário ou desapropriado o imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, se desejável. Na avaliação da implementação da lei do Plano Diretor vigente e lei específica do IPTU Progressivo no Tempo (Lei nº1311/2008), atualmente, não há aplicação deste instrumento pela equipe técnica municipal.

4.3 DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

A desapropriação com pagamento em títulos constitui o terceiro instrumento passível de implementação pelo Poder Executivo com o objetivo de assegurar o cumprimento da função social do imóvel. Sob este arranjo, o Poder Executivo assume a responsabilidade pelo aproveitamento adequado do imóvel, devendo fazê-lo dentro de um prazo máximo de cinco anos, contados a partir de sua incorporação ao patrimônio público. Posteriormente, o imóvel pode ser alienado ou concedido a terceiros por meio de procedimento licitatório.

4.4 ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Segundo o Estatuto da Cidade, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é definido como:

Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

O EIV é um estudo técnico que deve ser elaborado, de preferência, previamente à aprovação de empreendimentos, tanto públicos quanto privados, para avaliar as consequências positivas e negativas de sua implantação em relação a população residente na área e suas proximidades. De forma geral, o instrumento visa antecipar e minimizar problemas que só seriam identificados posteriormente à instalação do empreendimento. Ressalta-se que na elaboração do EIV é

imprescindível a participação da sociedade e a publicidade dos documentos integrantes do estudo técnico⁹, visto ser um importante instrumento para mediação de conflitos.

O EIV orienta o Poder Público no julgamento e na análise de projetos potencialmente geradores de impacto urbano, permitindo a exigência de alterações e medidas mitigadoras ao empreendedor. As contrapartidas exigidas podem auxiliar na execução de ações previstas pelo Poder Público municipal, que sejam de interesse coletivo, como por exemplo a abertura de eixos viários necessários para melhorar a conectividade local. Importante ressaltar que o EIV também pode ser exigido em empreendimentos parcialmente ou totalmente implementados, conforme necessidade identificada pelo Poder Público. O EIV não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo prévio de Impacto Ambiental (EIA), e deve possuir como conteúdo mínimo a análise dos seguintes temas, conforme indica a lei federal:

- I. Adensamento populacional;
- II. Equipamentos urbanos e comunitários;
- III. Uso e ocupação do solo;
- IV. Valorização imobiliária;
- V. Mobilidade urbana, geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI. Ventilação e iluminação;
- VII. Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

A análise conclusiva revela que o EIV para Cruz Machado, embora amplo em sua abordagem, é, em certa medida, excessivo para as necessidades e características do município em questão. Nesse sentido, sugere-se uma adaptação mais precisa e específica aos termos e realidades locais, a fim de orientar os esforços de avaliação e mitigação de impactos de maneira mais eficiente e condizente com a escala e particularidades da comunidade de Cruz Machado, por exemplo, a aplicação do Estudo Prévio (EP) em detrimento do EIV, para atividades mais recorrentes e menos impactantes. Dessa forma, a gestão municipal estará munida de todos os subsídios necessários para impor exigências aos empreendedores, quando necessário.

Recorda-se que em algumas zonas urbanas, para a instalação de atividades mais impactantes, também está prevista a elaboração de EIV ou Estudo Prévio (EP), conforme o caso¹⁰. Complementarmente, sugere-se a seguinte lista de empreendimentos que devem elaborar EIV para aprovar sua implantação, que leva em consideração o tipo de atividade e o porte:

- I. Loteamento em gleba com área equivalente ou superior a 3ha;

⁹ Segundo o artigo 37 do Estatuto da Cidade, a divulgação do EIV é obrigatória.

¹⁰ Ver capítulo 4.1.

- II. Empreendimento com 100 ou mais lotes ou unidades habitacionais;
- III. Comércio varejista ou serviços com mais de 500m² de área construída, excluída a área reservada às garagens, exceto quando localizados na Zona de Indústrias e Serviços (ZIS);
- IV. Comércio atacadista com mais de 750m² de área construída, excluída a área reservada às garagens, exceto quando localizados na Zona de Indústrias e Serviços (ZIS);
- V. Indústrias e/ou fábricas classificadas como impactantes a serem localizadas em quarteirões prioritariamente residenciais;
- VI. Postos de abastecimento de combustível;
- VII. Todos os empreendimentos não residenciais cuja área exija mais de 30 vagas de estacionamento;
- VIII. Todos os empreendimentos que tiverem funcionamento em horário noturno, inclusive templos, situados nas Zona de Ocupação Consolidada (ZOC) e Zona Residencial Mista (ZRM);
- IX. Todos os empreendimentos médio e grande porte que envolvam a construção de novos eixos viários, pontes, duplicação de vias ou de reestruturação viária;
- X. Estabelecimentos de saúde, como hospitais, unidades básicas de saúde e clínicas veterinárias;
- XI. Cemitérios.

Também será permitido pela lei, a exigência de elaboração de EIV em atividades ou empreendimentos que não estão especificados na lista ou na regra de uso do solo, conforme avaliação da administração municipal quanto a necessidade.

4.5 DIREITO DE PREEMPÇÃO

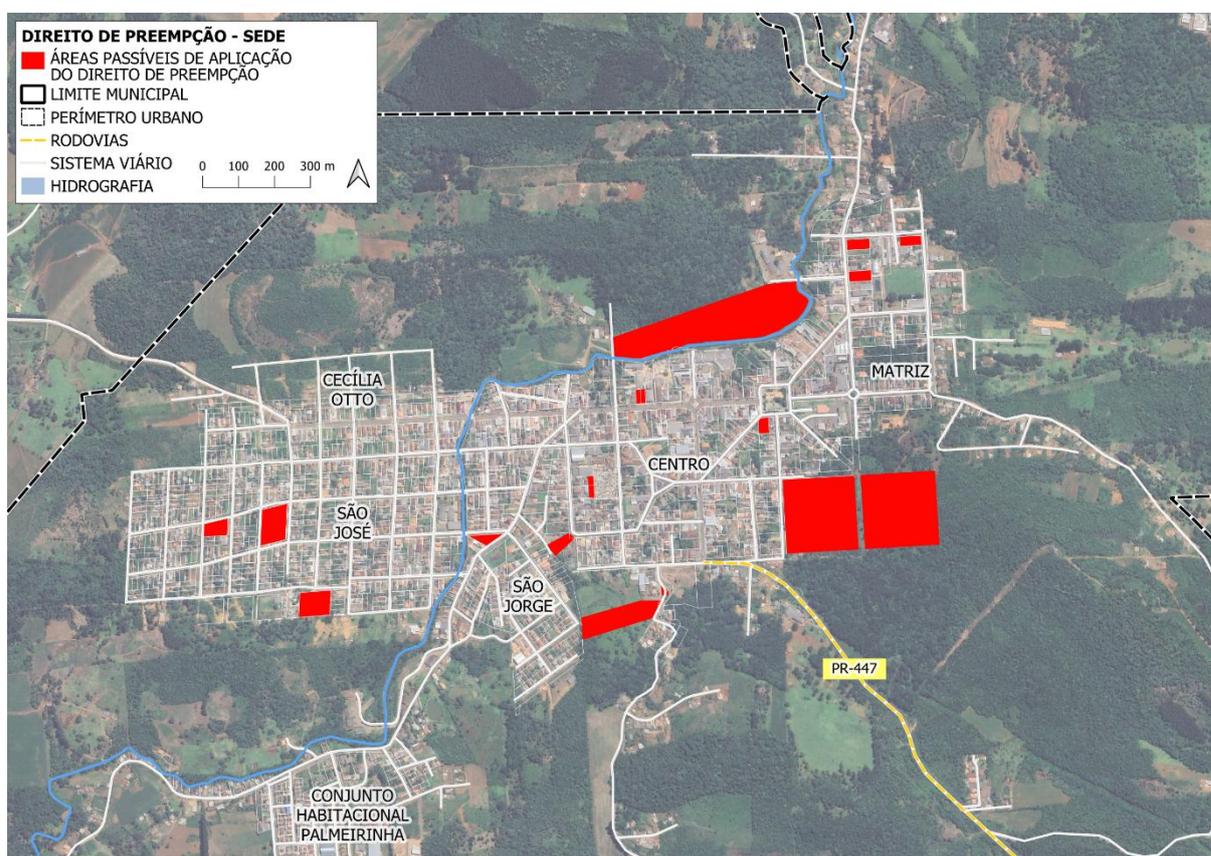
Segundo o Artigo 25 do Estatuto da Cidade, o “direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares”, ou seja, este instrumento estabelece a preferência a administração municipal na aquisição de imóvel urbano colocado à venda no mercado, desde que a área esteja delimitada por lei municipal para este fim. A gestão municipal possui trinta dias para manifestar o interesse de comprar o imóvel, quando houver interesse do proprietário em aliená-lo. Quando o prazo for transcorrido sem manifestação do setor público, o proprietário pode proceder a venda para terceiros.

Esse instrumento poderá ser exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: regularização fundiária, programas e projetos de habitação de interesse social, reserva fundiária, ordenamento da expansão urbana, equipamentos urbanos e comunitários, áreas de lazer,

conservação ambiental ou proteção de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico, conforme prevê a legislação federal.

Por ser um instrumento que favorece a gestão municipal na aquisição de imóveis situados em áreas estratégicas para execução de projetos de interesse público, decidiu-se por manter este instrumento na nova lei do Plano Diretor de Cruz Machado. Também, identificou-se o desejo em alguns lotes específicos com o objetivo de ampliação dos equipamentos comunitários (escola, postos de saúde, hospitais e cemitério). Quando houver interesse público em adquirir um deste imóveis, deverá ser aprovada uma lei específica que o delimite para garantir a preferência de aquisição. Este instrumento pode ser aplicado nos lotes mapeados (Figura 36), visto que a marcação surgiu do interesse da ETM com o objetivo de ampliar equipamentos comunitários, conforme mencionado acima.

Figura 36 – Direito de Preempção



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

4.6 INSTITUIÇÃO DE ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

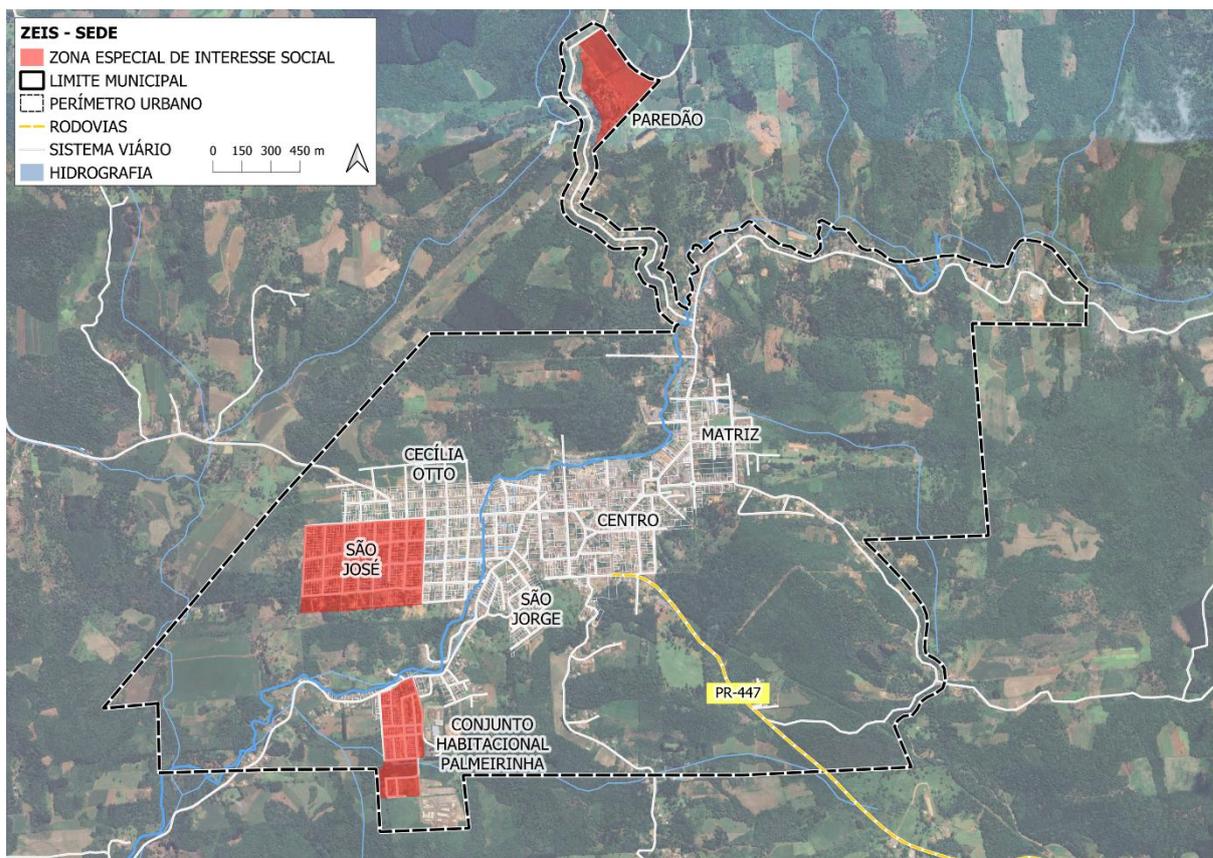
De acordo com o estabelecido pelo Estatuto da Cidade, esse instrumento trata da previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de Zonas Especiais de Interesse

Social (ZEIS) no zoneamento da cidade. Essa demarcação tem como principal objetivo permitir, mediante um plano específico de urbanização, o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio para assentamentos urbanos de baixa renda, adequado às especificidades locais, e que garanta a reserva de terras para a população de baixa renda. Também é utilizado para o processo de regularização fundiária dos assentamentos informais consolidados, permitindo a alteração dos padrões existentes de uso e ocupação, desde que atendam os critérios de habitabilidade.

Este foi o único instrumento urbanístico utilizado por Cruz Machado, particularmente para viabilizar a realização de empreendimentos destinados à construção de novas unidades habitacionais de interesse social de realização pública. Destacam-se, nesse contexto, as áreas conhecidas como São José e o Conjunto Habitacional Palmeirinha, que permanecem demarcadas e apresentam ampliação de área na nova proposta. Observou-se que, na legislação de uso e ocupação do solo atualmente vigente, as ZEIS são tratadas como uma zona urbana comum, com padrões de parcelamento e parâmetros de ocupação previamente definidos. Contudo, após análise técnica e participação da comunidade, entendeu-se que tais regramentos não se mostram compatíveis com a realidade local, por serem excessivamente restritivos frente às diretrizes estabelecidas pela legislação federal. Diante disso, recomenda-se que a regulamentação das ZEIS no novo Plano Diretor siga os parâmetros previstos na Lei Federal nº 13.465/2017, permitindo maior flexibilidade e efetividade na regularização fundiária e na promoção da moradia digna.

Considerando que este é um instrumento urbanístico já utilizado por Cruz Machado, apesar da baixa demanda momentânea, especialmente para viabilizar a realização de empreendimentos destinados a construção de habitação de interesse social, definiu-se mantê-lo na legislação demarcando as áreas de ZEIS existentes e áreas vazias (Figura 37), para possibilitar a construção futura de habitação de interesse social e empreendimentos voltados à população mais vulnerável no município.

Figura 37 – ZEIS



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

5 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A regularização fundiária urbana constitui uma temática de grande relevância para o município de Cruz Machado, dada a existência de diferentes situações de ocupações informais e demandas recorrentes da população por segurança jurídica da posse e acesso à moradia digna. Este cenário reforça a importância de tratar a regularização fundiária como política pública estruturante, capaz de promover inclusão social, ordenamento territorial e melhoria das condições urbanas. Em consonância com a legislação federal vigente, especialmente a Lei nº 13.465/2017, e com a legislação municipal atualmente em vigor, o novo Plano Diretor incorpora diretrizes específicas voltadas à regularização fundiária, considerando a diversidade de situações existentes no território municipal e a necessidade de um tratamento normativo abrangente e articulado com os demais instrumentos urbanísticos.

Este capítulo pontua a situação fundiária de Cruz Machado, reforçando os principais desafios identificados ao longo do processo participativo e técnico de revisão do Plano Diretor, em especial, na etapa anterior e no questionário em anexo. Desta forma, foram elencados os instrumentos jurídicos e urbanísticos que poderão ser utilizados para promover a regularização fundiária no município, em conformidade com os marcos normativos federais e locais. Ressalta-se que a nova lei do Plano Diretor incluirá um capítulo específico sobre a Regularização Fundiária Urbana (REURB), de modo a detalhar os procedimentos, critérios e mecanismos aplicáveis às duas modalidades previstas em lei (REURB-S e REURB-E), e orientar futuras ações do poder público municipal, de forma articulada com os demais dispositivos do ordenamento urbanístico.

Além da REURB, o Plano Diretor contempla outros dois instrumentos fundamentais no enfrentamento do déficit habitacional e na promoção do direito à moradia: a Concessão de Direito Real de Uso para fins de moradia e a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). A Concessão de Direito Real de Uso é prevista como alternativa à titulação plena da propriedade, possibilitando ao poder público conferir o uso legal da terra urbana para fins de moradia, com segurança jurídica, especialmente em situações em que a transferência da propriedade plena não é viável ou desejável no curto prazo. Este instrumento é particularmente eficaz para atender comunidades em processo de regularização e permite a inclusão de cláusulas que condicionam o uso adequado do imóvel.

A ATHIS, por sua vez, instituída pela Lei Federal nº 11.888/2008, assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Trata-se de ferramenta essencial para garantir qualidade urbanística, arquitetônica

e técnica às intervenções habitacionais, especialmente em áreas regularizadas, além de contribuir para a segurança, salubridade e adequação dos espaços construídos.

Dessa forma, o Plano Diretor de Cruz Machado orienta a adoção articulada desses instrumentos, reforçando o compromisso do município com a promoção da função social da propriedade, o direito à cidade e à moradia digna, bem como com a gestão democrática do território.

5.1 REURB

A lei federal nº 13.465/2017 estabelece um novo regime jurídico para a regularização fundiária urbana. Essa normativa recente institui regras gerais e procedimentos aplicáveis à regularização fundiária urbana (REURB). Dentre as mudanças instituídas, primeiramente, é importante que seja compreendida a diferença entre as duas modalidades de regularização estabelecidas em lei:

- I. REURB de Interesse Social (REURB-S): aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados¹¹ predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal;
- II. REURB de Interesse Específico (REURB-E): aplicável aos demais casos que não se enquadrem na hipótese da REURB-S.

Na medida em que cabe ao município definir, com base na normativa da Lei Federal, quais áreas se enquadrariam no conceito aberto de núcleo urbano informal consolidado, para fins de REURB, deve-se prever uma etapa prévia de avaliação de viabilidade e conveniência, em que o município decidirá se o núcleo deve ou não ser regularizado, levando em consideração os aspectos sociais, ambientais, urbanísticos, econômicos e financeiros envolvidos.

Ressalta-se que a Lei Federal também abrange os imóveis urbanos localizados em áreas rurais, desde que a unidade imobiliária tenha área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei Federal nº. 5.868, de 12 de dezembro de 1972 (artigo 11, § 6º). Outro aspecto a ser observado é que a Lei nº 13.465/2017 tem foco nos imóveis residenciais, mas não exclui os demais (comerciais, industriais, mistos, entre outros), conforme parágrafo 4º do artigo 13.

Todos os entes políticos que compõem a Federação são legitimados a promover a regularização fundiária. Desse modo, o que é privativo do Poder Executivo municipal é a competência legal de licenciar e aprovar a regularização, ainda que promovida por outro ente federativo. Para fins de regularização fundiária, seja REURB-S ou REURB-E, o município poderá dispensar as exigências

¹¹ Definição do termo consta no artigo 11 da referida lei.

relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edifícios (art. 11, § 1º).

Quanto ao critério para definição de qual modalidade de REURB aplicar, o critério econômico-social dos grupos que ocupam os núcleos urbanos em questão prevalece, seguido do formal reconhecimento pela Administração Pública municipal. A Lei Federal não limita o conceito ao critério socioeconômico, sugerindo que outros aspectos devem ser considerados para fins de classificação de interesse social.

Partindo das duas modalidades de REURB apresentadas e suas diferenciações, serão apresentados os instrumentos jurídicos de regularização fundiária propostas para compor o Plano Diretor de Cruz Machado – a legitimação fundiária e a legitimação de posse.

A legitimação fundiária é estabelecida pela Lei Federal como:

Art. 23. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do Poder Público, exclusivamente no âmbito da REURB, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016.

É o instrumento tido como o mais eficaz para aquisição plena do direito de propriedade no âmbito da REURB. Dentre as principais características deste instrumento, pode ser destacado:

- Aquisição originária do direito real de propriedade conferido pelo município;
- Não há exigência de tempo mínimo de ocupação da área objeto da REURB;
- Aplicado somente em núcleos urbanos informais comprovadamente existentes;
- Determinação de condicionantes para o caso de REURB-S relativas ao beneficiário.

A legitimação de posse é definida pela Lei Federal como:

Art. 25. A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do Poder Público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da REURB, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual é conversível em direito real de propriedade, na forma desta Lei.

Dentre as principais características deste instrumento:

- Reconhece a posse de imóvel objeto da REURB;

- Aplicável somente em áreas privadas;
- Necessário aguardar o prazo de cinco anos para conversão do direito real de propriedade, e decorrido o prazo legal, a conversão é automática em título de propriedade, desde que atendidos os termos e condições do artigo 183 da Constituição Federal (artigo 26);
- O título de legitimação de posse poderá ser cancelado pelo município emitente quando as condições previstas na Lei Federal deixarem de ser cumpridas.

Há um ônus na implementação destes instrumentos mencionados. O ocupante adquire a unidade imobiliária livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio beneficiário.

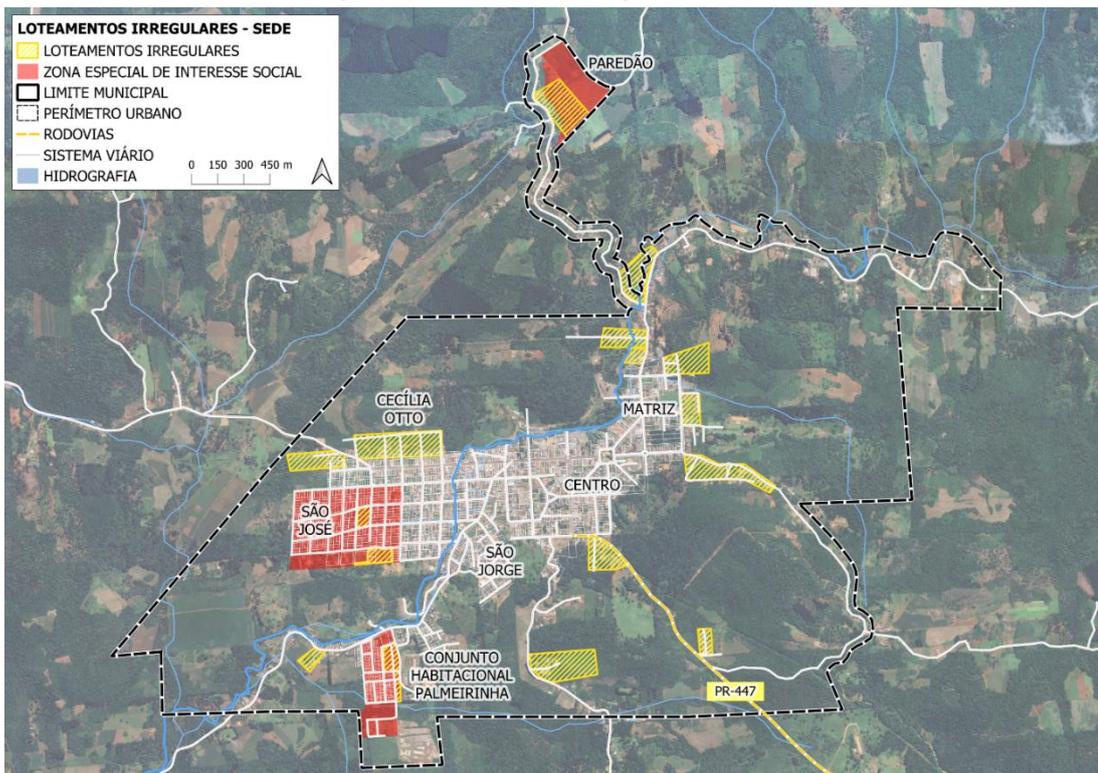
Por se tratar de instrumentos recentemente instituídos pela esfera federal, que já são muito utilizados em diversos municípios para regularização fundiária, decidiu-se por incluir na nova lei do Plano Diretor, de forma a possibilitar que a administração municipal o implemente, quando necessário.

No município de Cruz Machado já existe legislação municipal específica sobre regularização fundiária, a qual deverá ser revisada para se adequar à legislação federal vigente e à realidade local. Em apoio à construção dessa política, foi realizada uma Conferência de Regularização Fundiária, que tratou da importância do tema, esclareceu os instrumentos legais disponíveis e buscou mapear as principais demandas do território. Verificou-se, no entanto, que os casos são diversos e complexos (Figura 38 e 39), exigindo orientações normativas mais claras e mecanismos preventivos para evitar a recorrência de ocupações irregulares. Tratam de parcelamentos sem infraestrutura básica, situados em áreas de declividade acentuada e/ou com outros condicionantes restritivos à ocupação.

Diante disso, o Plano Diretor Municipal incluirá um capítulo específico sobre a REURB, com diretrizes e parâmetros que orientem o Poder Público na identificação de áreas passíveis de regularização simples, definição das modalidades aplicáveis, critérios para a escolha dos instrumentos jurídicos (como a legitimação fundiária e a legitimação de posse), etapas do processo e mecanismos de articulação intersetorial. O capítulo poderá também prever a instituição de um Programa Municipal de Regularização Fundiária, vinculado à política habitacional, com estratégias de mapeamento contínuo de áreas, definição de prioridades, critérios técnicos para avaliação de viabilidade e estímulo à participação social. Assim, busca-se garantir maior segurança jurídica, ordenamento territorial e inclusão socioespacial no município, alinhando-se às diretrizes do Estatuto da Cidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

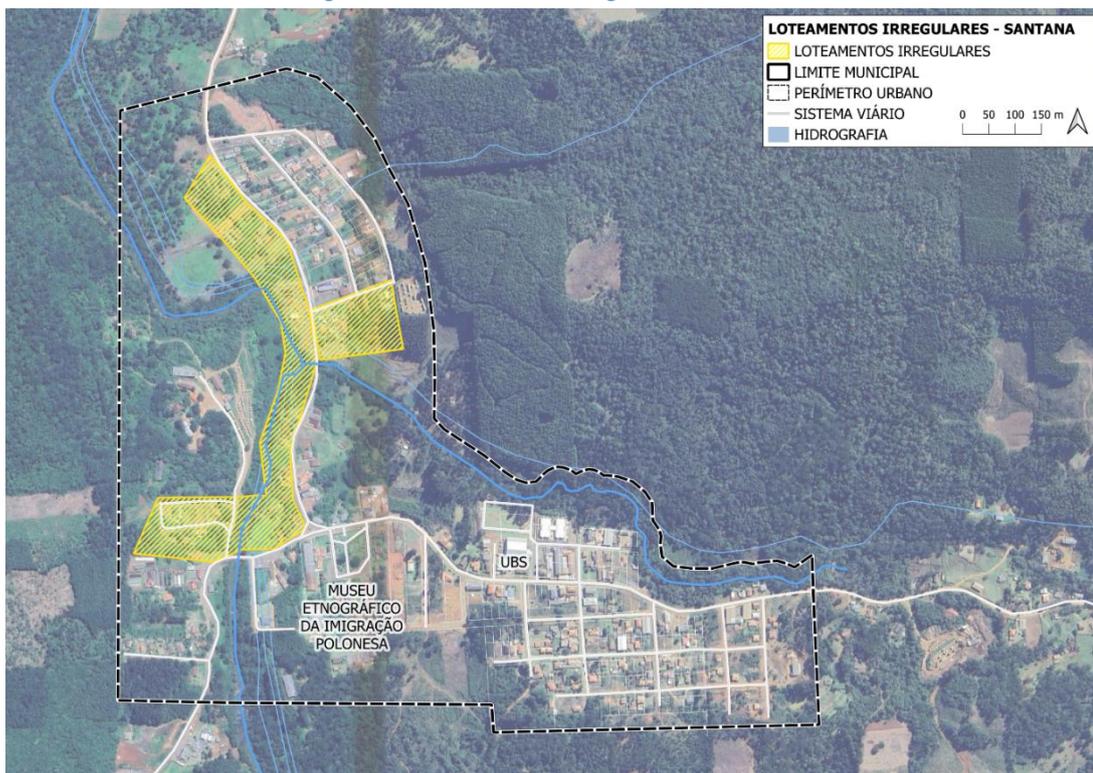
Além disso, considera-se viável a utilização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como instrumento complementar à REURB, especialmente nos casos em que houver conflitos fundiários, passivos ambientais ou necessidade de regularização de ocupações que demandem medidas compensatórias. O TAC poderá ser firmado entre o município, o Ministério Público e os ocupantes, como mecanismo extrajudicial que viabilize a regularização mediante o cumprimento de obrigações pactuadas, garantindo segurança jurídica às partes envolvidas e observância à legislação urbanística e ambiental.

Figura 38 – Loteamento Irregulares da Sede



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Figura 39 – Loteamento Irregulares de Santana



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

5.2 CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

Esse instrumento é regulamentado pela Medida Provisória nº 2.220 aprovada em 2001. Segundo a MP:

Art. 1º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

Ou seja, esse instrumento que visa facilitar o processo de regularização fundiária, concede o uso para fins de moradia para o morador residente por cinco anos seguidos de imóvel urbano de até 250m², desde que não seja proprietário de outra propriedade.

Esse instrumento é comumente utilizado nos processos de regularização fundiária. Como hoje, o município não possui nenhuma normativa geral referente ao tema, considerou-se adequada a inclusão deste instrumento na nova lei do Plano Diretor de Cruz Machado

5.3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A Lei Federal nº 11.888/2008 assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. A respectiva lei determina que famílias com renda mensal de até três salários-mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita nas suas próprias moradias, tanto no projeto, quanto no acompanhamento e execução das obras (artigo 2º). Também estabelece que a assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias, cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados, e que se deve priorizar as iniciativas sob regime de mutirão e em ZEIS.

Seus objetivos vão além de assegurar o direito à moradia, mas também:

- Otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;
- Formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o Poder Público municipal e outros órgãos públicos;
- Evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;
- Propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Considerado o exposto acima, é possível sugerir que esta lei – além de aproximar os técnicos profissionais às famílias de mais baixa renda, que geralmente constroem suas próprias moradias sem orientação técnica – possui um caráter preventivo, assegurando um devido acompanhamento prévio às famílias, garantindo maior qualidade nas suas edificações, e conseqüentemente, melhores condições de vida. Também, a promoção de assistência técnica acaba por aliviar os gastos públicos a longo prazo, considerando as situações agravantes que previne.

Apesar de aprovada em 2008, até os últimos quatro anos a lei não estava em evidência, sendo escassamente implementada pelos estados e municípios brasileiros. Apenas a partir de 2016, a assistência técnica para habitação de interesse social passou a ter maior destaque nas instituições públicas, incentivada principalmente por ações do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) que passou a destinar 2% do orçamento de todos os CAU/UF para apoiar ações deste tipo em todo o Brasil.

Considera-se que este instrumento é uma oportunidade a ser aproveitada pelas instituições públicas, inclusive para Cruz Machado, visto que pode viabilizar parcerias com profissionais e órgãos do setor da construção civil, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e o

Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), para melhorar a qualidade das edificações. Contudo, para implementação deste instrumento em Cruz Machado, é necessário enfatizar que o auxílio será focado para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar de até 1,5 salários-mínimos, devidamente cadastradas no setor de assistência social, cadastro esse que deve ser estruturado junto à Secretaria Municipal responsável.

6 QUESTIONÁRIO ONLINE

6.1 METODOLOGIA

Com o objetivo de ampliar as oportunidades de participação da população, implementamos um formulário online por meio do Google Forms. A primeira seção do formulário foi dedicada à identificação do perfil dos participantes, incluindo informações sobre seu local de residência e um campo aberto para complementações. Em seguida, foram apresentadas perguntas relacionadas aos temas definidos para o debate: **infraestrutura, equipamentos comunitários, transporte e mobilidade, meio ambiente, economia, habitação e regularização fundiária, além de um espaço para outras propostas.**

A adoção do formulário digital teve como finalidade facilitar a expressão de ideias e necessidades por parte da comunidade de Cruz Machado. Esse instrumento, acessível a todos, funcionou como uma extensão virtual das oficinas presenciais realizadas com membros da prefeitura, possibilitando que 124 cidadãos contribuíssem ativamente para a construção do Plano Diretor. A diversidade de opiniões registradas por meio do formulário foi essencial para compor um panorama abrangente e representativo das aspirações locais.

O formulário online ficou disponível para preenchimento durante um mês, entre x e x de 202x. A divulgação foi realizada através do sítio eletrônico e redes oficiais da Prefeitura Municipal.

Essa iniciativa de participação está em consonância com os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, legislação federal que assegura a efetiva participação da sociedade na elaboração, execução e avaliação de planos e políticas urbanas. O Estatuto valoriza a inclusão de todos os segmentos sociais no processo de planejamento urbano, promovendo cidades mais justas, sustentáveis e inclusivas.

A coleta de dados por meio do formulário online não apenas ampliou a base de participação, como também enriqueceu o processo de construção do Plano Diretor. As contribuições recebidas serão fundamentais na formulação de políticas urbanas mais precisas e abrangentes, capazes de atender efetivamente às demandas e expectativas da população de Cruz Machado.

6.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Ao todo, 124 pessoas responderam ao formulário, sendo que cada participante pôde registrar contribuições mais extensas nas caixas de texto referentes a cada uma das temáticas mencionadas anteriormente, totalizando 519 respostas. A maior parte dessas respostas foi proveniente de moradores dos bairros localizados na Sede do município, como Centro, Matriz, Cecília Otto, São José, São Jorge e Conjunto Habitacional Palmeirinha.

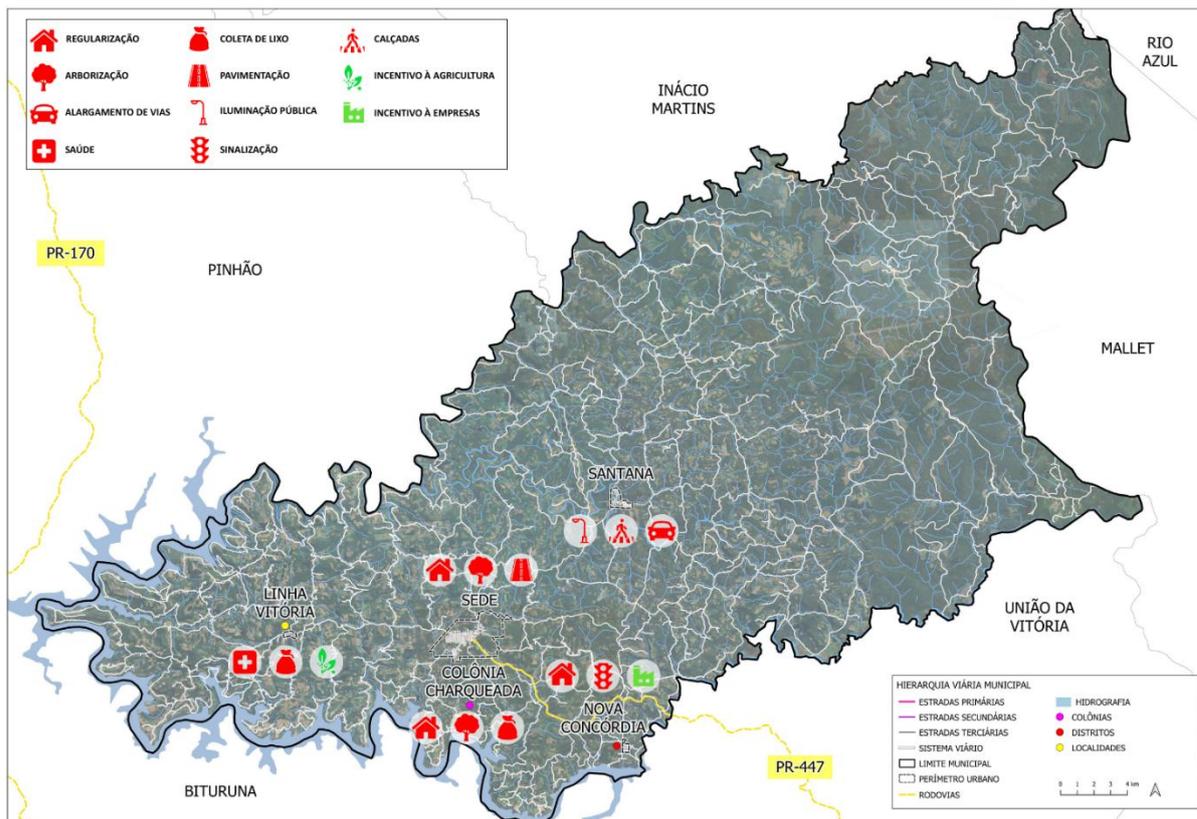
Tabela 1 – Local de Moradia dos Participantes

Localidade	Número de Participantes	Percentual
Bairro Cecília Otto	8	6,45%
Bairro Centro	14	11,29%
Bairro Matriz	18	14,52%
Bairro São Jorge	4	3,23%
Bairro São José	20	16,13%
Conj. Hab. Palmeirinha	15	12,10%
Distrito de Nova Concórdia	3	2,42%
Distrito de Santana	5	4,03%
Linha Antonina	1	0,81%
Linha Charqueada	3	2,42%
Linha Colônia Nova	1	0,81%
Linha Guarapuava	1	0,81%
Linha Iguaçu Norte	2	1,61%
Linha Iguaçu Sul	2	1,61%
Linha Jaguatirica	1	0,81%
Linha Paredão	3	2,42%
Linha Vicinal	1	0,81%
Linha Vitória	12	9,68%
Loteamento Dubai	4	3,23%
Moro Fora	1	0,81%
Rio das Antas	3	2,42%
Rodovia Ervino Bartiak	1	0,81%
Salva Vidas	1	0,81%

Elaboração: Latus Consultoria (2025).

Nos bairros da Sede, os temas mais recorrentes nas respostas ao formulário foram a regularização fundiária, a arborização de áreas públicas e a pavimentação das vias. Outras regiões importantes que também se destacaram nas análises foram Santana, Nova Concórdia, Colônia Charqueada e Linha Vitória. Nesses locais, os assuntos mais abordados incluíram regularização fundiária, alargamento de vias, equipamentos de saúde, coleta de lixo, pavimentação, iluminação pública, sinalização, calçadas, além de incentivos à agricultura e à instalação de empresas (Figura 40).

Figura 40 – Local de Moradia dos Participantes



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

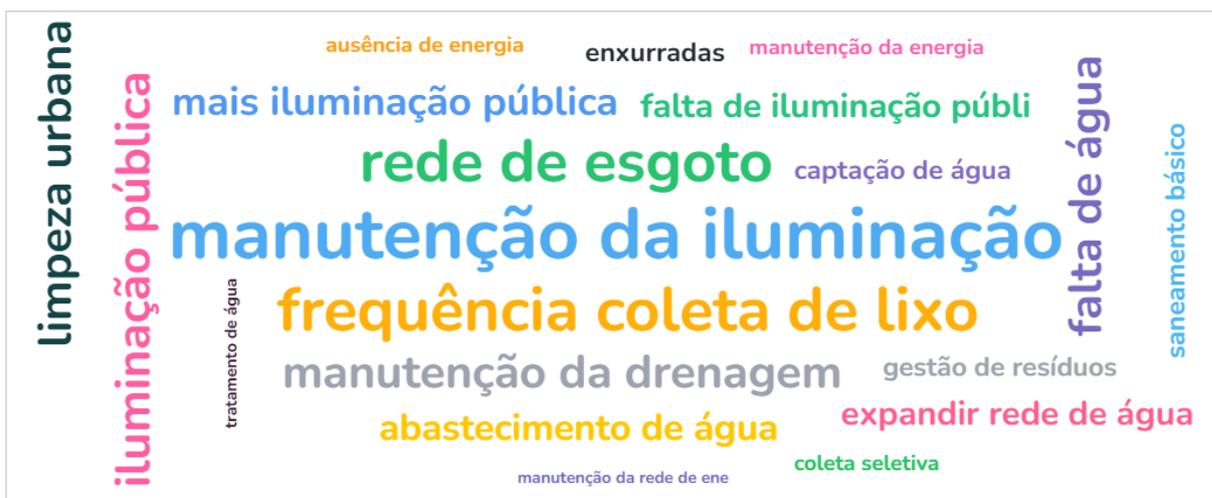
Analisando todas as respostas do formulário foram escolhidas algumas palavras-chave para resumir e descrever o que as respostas dos cidadãos representavam, ou seja, quais propostas estavam em evidência. Com essas palavras-chave foram criadas nuvens de palavras para cada pergunta, com isso podemos visualizar melhor as demandas mais importantes.

6.3 INFRAESTRUTURA

A nuvem de palavras gerada a partir das respostas ao formulário na temática “Infraestrutura” (Figura 41) evidencia as principais preocupações da população em relação aos serviços e à infraestrutura urbana. Os termos mais destacados são “manutenção da iluminação”, “frequência da coleta de lixo” e “rede de esgoto”, indicando que as questões básicas de infraestrutura e saneamento

estão entre as mais urgentes para os participantes. Também aparecem com frequência expressões relacionadas à iluminação pública, como “mais iluminação pública” e “falta de iluminação pública”, reforçando a relevância desse tema no cotidiano dos moradores. Problemas relacionados à água, como “falta de água”, “abastecimento de água”, “expandir rede de água”, “captação de água” e “tratamento de água” também se destacam, apontando para deficiências no acesso e na qualidade do abastecimento. A drenagem urbana é outro tema recorrente, com menções à “manutenção da drenagem” e “enxurradas”, o que sugere a presença de alagamentos ou falhas no escoamento das águas pluviais. Além disso, questões ligadas à limpeza urbana, como “coleta seletiva”, “gestão de resíduos” e “limpeza urbana”, demonstram uma preocupação com o descarte adequado de resíduos sólidos e com a manutenção da cidade. Ainda que em menor número, há registros de problemas com energia elétrica, como “ausência de energia” e “manutenção da energia”. De modo geral, a nuvem de palavras revela uma demanda significativa por melhorias na infraestrutura básica, especialmente nas áreas de iluminação pública, saneamento, abastecimento de água, drenagem e limpeza urbana, refletindo as prioridades mais sentidas pela população no cotidiano.

Figura 41 – Nuvem de Palavras sobre Infraestrutura



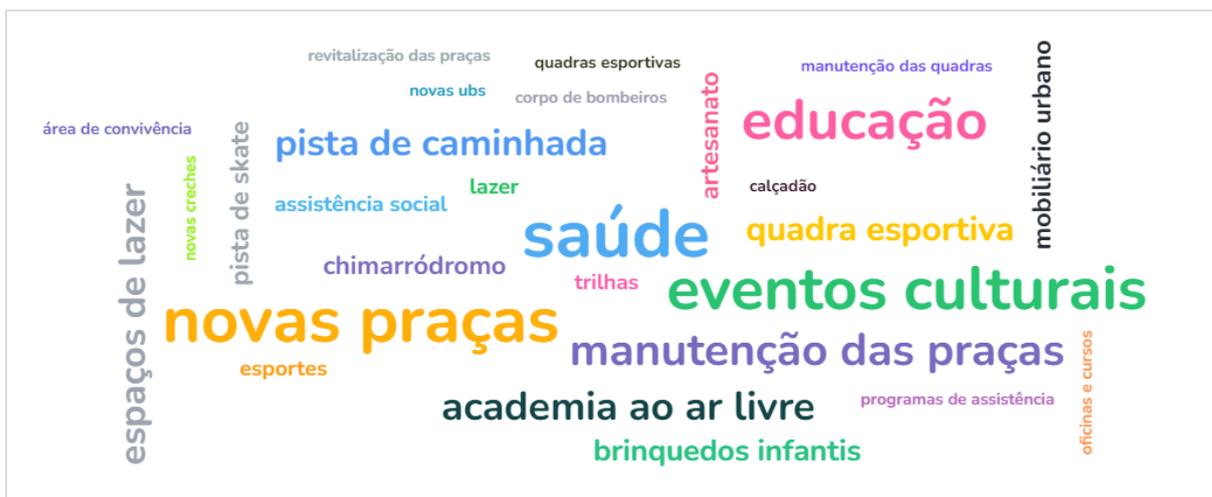
Elaboração: Latus Consultoria (2025).

6.4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

A nuvem de palavras proveniente das respostas ao formulário na temática “Equipamentos Comunitários” (Figura 42) revela uma forte demanda por investimentos em lazer, cultura, saúde e educação por parte da população. Termos como “novas praças”, “eventos culturais”, “saúde” e “educação” aparecem com grande destaque, evidenciando o desejo por mais espaços públicos de convivência e acesso ampliado a serviços essenciais. Há também menções recorrentes à “manutenção das praças” e à “academia ao ar livre”, sinalizando a valorização de espaços já existentes e a

importância da sua conservação e funcionalidade. Em síntese, a nuvem de palavras mostra que os moradores expressam uma clara aspiração por uma cidade com mais infraestrutura voltada à convivência, ao lazer, ao cuidado com a saúde e ao fortalecimento dos vínculos comunitários por meio da cultura e da educação.

Figura 42 – Nuvem de Palavras sobre Equipamentos Comunitários



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

6.5 TRANSPORTE E MOBILIDADE

A nuvem de palavras referente às respostas sobre “Transporte e Mobilidade” (Figura 43) destaca a pavimentação como a principal demanda da população, seguida de preocupações recorrentes com a qualificação e ausência de calçadas, indicando dificuldades na circulação de pedestres e a urgência em melhorar a acessibilidade urbana. Também se evidenciam termos como “conexões municipais”, “manutenção das vias” e “estradas rurais”, o que sugere uma carência de infraestrutura adequada que melhore a integração entre áreas urbanas e regiões mais afastadas. A criação de ciclovias aparece com destaque, refletindo o interesse em modos de transporte alternativos e sustentáveis. O transporte público, o transporte escolar e o tráfego intenso também são temas citados, apontando para desafios relacionados à mobilidade cotidiana da população. De maneira geral, essa nuvem expressa uma forte preocupação com a infraestrutura de circulação, a segurança viária e a inclusão de diferentes modais, ressaltando a necessidade de um planejamento urbano que priorize deslocamentos mais eficientes, seguros e acessíveis para todos os cidadãos.

Figura 43 – Nuvem de Palavras sobre Transporte e Mobilidade

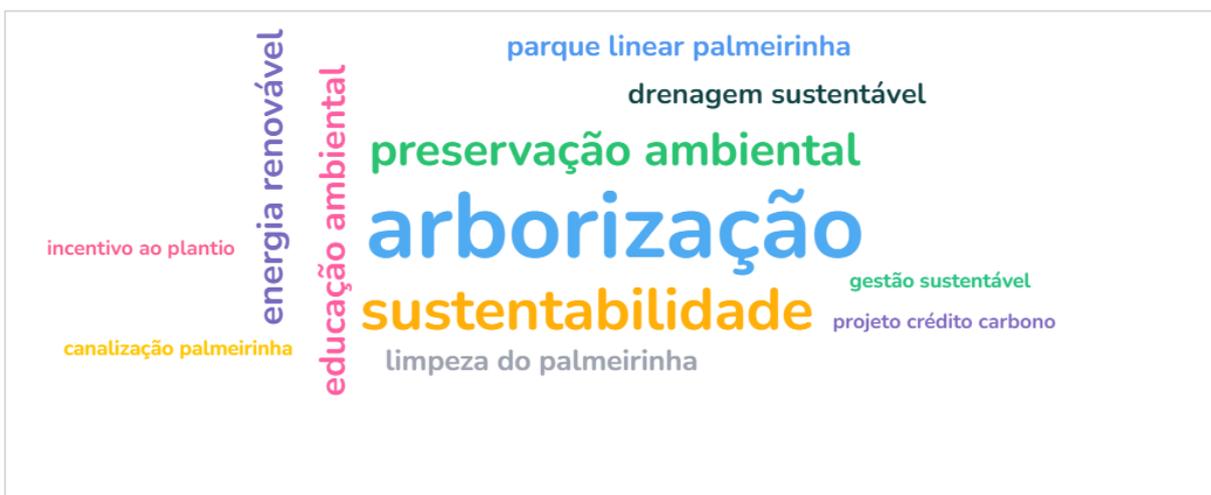


Elaboração: Latus Consultoria (2025).

6.6 MEIO AMBIENTE

A nuvem de palavras referente a temática “Meio Ambiente” (Figura 44) traz à tona a arborização como a principal demanda da população, evidenciando o desejo por mais áreas verdes nos espaços urbanos. Termos como “sustentabilidade”, “preservação ambiental” e “educação ambiental” também aparecem com destaque, revelando uma preocupação ampla com práticas ecológicas e com a conscientização coletiva, e sobre a importância da proteção do meio ambiente. A presença de expressões como “energia renovável”, “gestão sustentável” e “projeto crédito carbono” indica que parte da população está atenta às discussões sustentabilidade. A menção à “drenagem sustentável” e à “canalização do Palmeirinha” aponta para preocupações relacionadas à gestão dos recursos hídricos e à necessidade de intervenções mais alinhadas com soluções baseadas na natureza. O “parque linear Palmeirinha” e a “limpeza do Palmeirinha” reforçam o foco sobre essa área específica, sugerindo que se trata de um ponto crítico ou de forte valor simbólico e ambiental para os moradores. Em síntese, essa nuvem evidencia um engajamento crescente da população com pautas ambientais, especialmente relacionadas à arborização, à sustentabilidade e à valorização de soluções ecológicas no planejamento urbano.

Figura 44 – Nuvem de Palavras sobre Meio Ambiente



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

6.7 ECONOMIA

A nuvem de palavras relacionada ao tema “Economia” revela que as principais demandas da população estão voltadas para o incentivo à instalação e fortalecimento de empresas, e ao apoio aos agricultores locais, sinalizando a busca por desenvolvimento econômico aliado à valorização da produção rural. O turismo aparece como outro eixo central, especialmente com menções ao “turismo ecológico”, “rota de cachoeiras” e “capelinha do Paredão”, indicando um potencial percebido para o aproveitamento sustentável das belezas naturais e do patrimônio local como fonte de renda e visibilidade para o município. A produção de erva-mate ganha destaque como atividade produtiva estratégica, reforçando a importância das cadeias agrícolas locais. Termos como “empregos”, “capacitação profissional” e “comércio local” refletem a preocupação com a geração de trabalho e renda, apontando para a necessidade de políticas públicas que promovam a qualificação da mão de obra e o fortalecimento da economia regional. De forma geral, essa nuvem de palavras mostra um desejo da população por crescimento econômico ancorado na valorização do território, no fortalecimento das vocações locais e na integração entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Figura 45 – Nuvem de Palavras sobre Economia

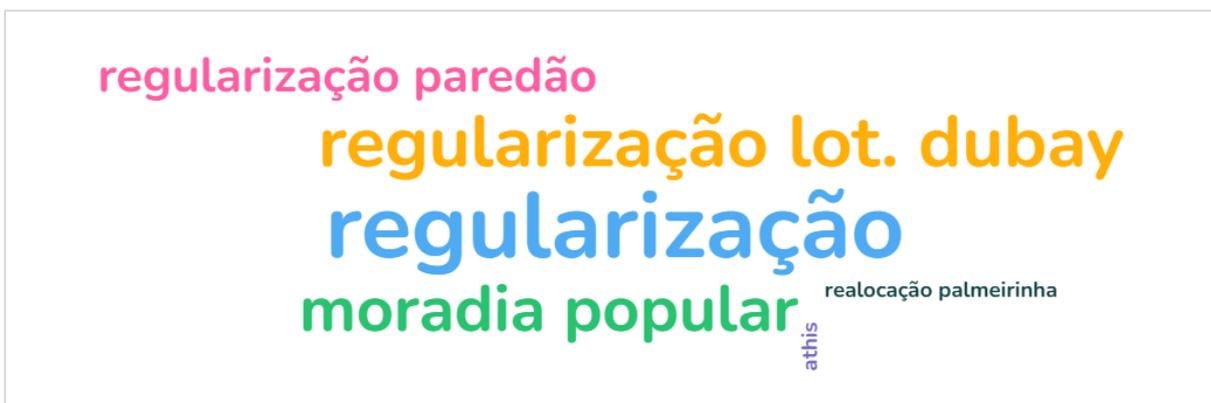


Elaboração: Latus Consultoria (2025).

6.8 HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A nuvem de palavras referente ao eixo da “Habitação e Regularização Fundiária” destaca de forma clara a centralidade da demanda por regularização fundiária no município, sendo a palavra “regularização” o termo mais recorrente, seguida por menções específicas a áreas como o loteamento Dubai e a região do Paredão. Essa ênfase evidencia a existência de núcleos urbanos consolidados que ainda enfrentam insegurança jurídica quanto à posse de suas moradias. Além disso, termos como “moradia popular” e “realocação Palmeirinha” indicam preocupações tanto com o acesso à habitação digna quanto com processos de deslocamento ou reassentamento de populações. No conjunto, a nuvem revela a urgência de ações estruturadas de regularização fundiária, produção habitacional e assistência técnica como instrumentos fundamentais para garantir o direito à moradia e promover maior justiça urbana em Cruz Machado.

Figura 46 – Nuvem de Palavras sobre Habitação e Regularização Fundiária



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

6.9 OUTRAS TEMÁTICAS

A nuvem de palavras criada a partir de outras temáticas, que não se encaixam nas anteriores, revela preocupações diversas relacionadas ao uso e à expansão do espaço urbano em Cruz Machado. O termo mais destacado é “segurança pública”, sugerindo que a percepção de insegurança influencia diretamente a discussão sobre a organização do território. A “ampliação da área urbana” também aparece com grande destaque, evidenciando demandas por expansão do perímetro urbano, o que pode estar associado à pressão por ocupação de novas áreas e crescimento populacional. Em contrapartida, termos como “redução da área urbana” e “lotes vazios” indicam contradições nas expectativas da população, talvez ligadas à preocupação com a ocupação desordenada. Outras menções relevantes como “alteração da ZOR” (Zona de Ocupação Restrita da lei vigente), “dimensionamento de lotes” e “zoneamento urbano” revelam que há uma sensível atenção às diretrizes de uso do solo. Assim, a nuvem aponta para a necessidade de um planejamento urbano que equilibre crescimento, regulação do solo e preservação cultural, considerando também a infraestrutura, saúde e segurança da população.

Figura 47 – Nuvem de Palavras



Elaboração: Latus Consultoria (2025).

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ON-LINE APLICADO

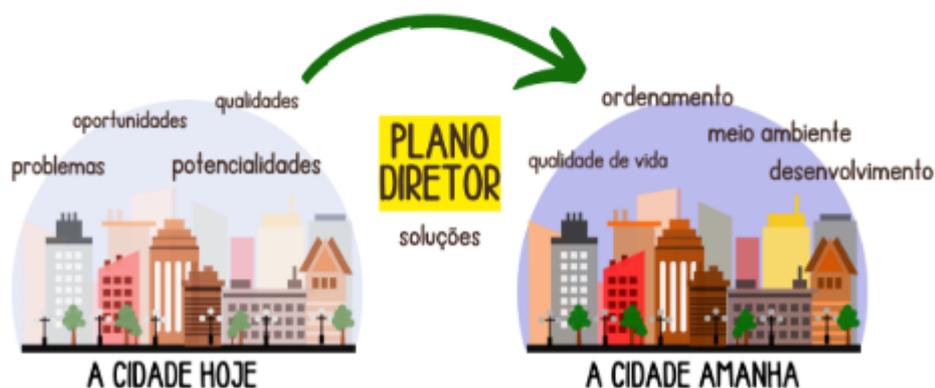
PROPOSTAS PARA O PLANO DIRETOR DE CRUZ MACHADO

Cruz Machado está revisando seu PLANO DIRETOR!

O **Plano Diretor** é um instrumento de planejamento que estabelece diretrizes, objetivos e normas para o **crescimento ordenado das cidades**, buscando garantir um **ambiente urbano mais equilibrado, inclusivo e ambientalmente responsável**. A participação no processo de revisão do Plano Diretor é de extrema importância para o **desenvolvimento urbano sustentável** e para a **qualidade de vida dos cidadãos**.



O Plano Diretor é uma lei municipal que orienta o crescimento da cidade



Este questionário foi elaborado para que a população exponha suas **PROPOSTAS** para o **FUTURO** do município, contribuindo para a revisão do **PLANO DIRETOR MUNICIPAL**.

Com isso, buscamos identificar propostas para os seguintes temas:

- infraestrutura;
- equipamentos comunitários;
- transporte e mobilidade;
- meio ambiente;
- economia;
- habitação e regularização fundiária;
- outros.

Fique tranquilo, que garantimos seu **ANONIMATO**.

Se tiver alguma **DÚVIDA**, entre em contato com a **PREFEITURA MUNICIPAL** que vamos ajudar.

Contamos com você para fazer uma CRUZ MACHADO muito melhor!

DESENVOLVIDO POR



CRUZ MACHADO
Prefeitura Municipal

LABUS
CONSULTORIA, PESQUISA
E ASSESSORIA DE PROJETOS

[Próxima](#)



Página 1 de 10

[Limpar formulário](#)

SOBRE VOCÊ

Local onde mora: *

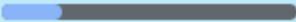
- Bairro Centro
- Bairro Matriz
- Bairro Cecília Otto
- Bairro São José
- Bairro São Jorge
- Conjunto Habitacional Palmeirinha
- Distrito de Nova Concórdia
- Distrito de Santana
- Linha Vitória
- Outro: _____

Caso deseje completar ou tenha marcado a opção outros na pergunta anterior, insira aqui a **rua ou localidade** onde mora:

Sua resposta _____

Voltar

Próxima

 Página 2 de 10

Limpar
formulário

INFRAESTRUTURA

Infraestrutura urbana refere-se ao conjunto de elementos e serviços essenciais que **sustentam o funcionamento das cidades** e proporcionam **qualidade de vida** aos seus habitantes. Esses elementos são projetados e construídos para atender às **necessidades básicas** da população e facilitar o desenvolvimento e crescimento urbano de forma ordenada e eficiente.



São os elementos e serviços que sustentam o funcionamento das cidades e proporcionam qualidade de vida aos seus habitantes

Propostas sobre o tema **INFRAESTRUTURA** (abastecimento de água, rede de drenagem, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto, iluminação pública, etc.):

Sua resposta

[Voltar](#)

[Próxima](#)

 Página 3 de 10

[Limpar formulário](#)

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Equipamentos comunitários são instalações e espaços destinados **ao uso coletivo e ao benefício da comunidade local**. Eles são projetados para **atender às necessidades sociais, culturais, educacionais, de saúde, esportivas e recreativas** da população de uma determinada região ou bairro. Esses equipamentos são essenciais para promover a **qualidade de vida, o bem-estar e a integração social** dos moradores.



São as instalações e espaços destinados ao uso coletivo e ao benefício da comunidade local

Propostas sobre o tema **EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS** (educação, saúde, lazer, cultura, assistência social, etc.):

Sua resposta

[Voltar](#)

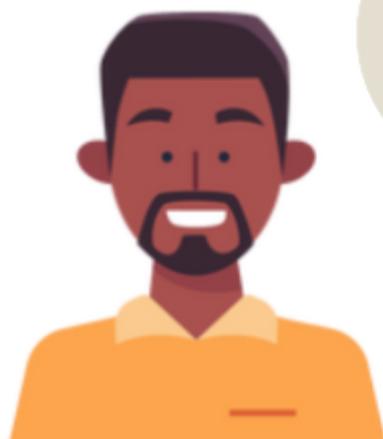
[Próxima](#)

 Página 4 de 10

[Limpar formulário](#)

TRANSPORTE E MOBILIDADE

Mobilidade é o **deslocamento** no espaço urbano, rural ou regional para a **realização de diversas atividades**, tais como trabalho, estudos, compras, lazer, produção e distribuição. Além do **transporte**, abrange fatores como **planejamento urbano, acessibilidade, infraestrutura, segurança viária, uso do espaço público e inclusão social**. Uma boa mobilidade oferece opções **eficientes e acessíveis**, **reduz congestionamentos e impactos ambientais**, promovendo desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e inclusão social.



São os deslocamentos realizados para execução de atividades do cotidiano, de lazer e de cargas

Propostas sobre o tema **TRANSPORTE E MOBILIDADE**:

Sua resposta

Voltar

Próxima

Página 5 de 10

Limpar
formulário

MEIO AMBIENTE

São áreas especiais na área rural ou urbana com **características naturais**. Elas têm um papel importante na formação da **paisagem** e são essenciais para o **ecossistema**. Essas regiões devem ser **preservadas**, incluindo áreas naturais de relevância e locais de proteção ambiental. No meio urbano, a **arborização** das vias e praças é fundamental para a melhoria da qualidade do ar, para a regulação da temperatura e para a qualificação da paisagem urbana.



São as áreas especiais com características naturais. São essenciais para o ecossistema e para formação da paisagem

Propostas sobre o tema **MEIO AMBIENTE**:

Sua resposta

[Voltar](#)

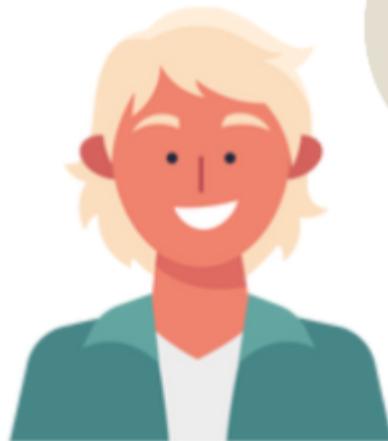
[Próxima](#)

Página 6 de 10

[Limpar formulário](#)

ECONOMIA

Economia inclui todas as estratégias e diretrizes do plano diretor voltadas para o **desenvolvimento econômico do município**, incluindo, por exemplo, os incentivos para os setores produtivos, a criação de novos empregos, definição de áreas industriais e quais áreas devem receber investimento. O objetivo das propostas é equilibrar o **crescimento econômico** à qualidade de vida da população.



São todos os investimentos do município, equilibrando crescimento e qualidade de vida

Propostas sobre o tema **ECONOMIA**:

Sua resposta

[Voltar](#)

[Próxima](#)

 Página 7 de 10

[Limpar formulário](#)

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A habitação envolve a garantia de **moradia digna e acessível** no município, reforçando a inclusão social e infraestrutura básica para toda a população. A regularização fundiária está ligada à **legalização de assentamentos informais**, permitindo assim o acesso à infraestrutura e outros serviços, garantindo integração com a área urbanizada.



Envolve a legalização de assentamentos informais e a garantia de moradia digna

Propostas sobre o tema **HABITAÇÃO e REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**:

Sua resposta

[Voltar](#)

[Próxima](#)

Página 8 de 10

[Limpar formulário](#)

OUTRAS PROPOSTAS



Quais são suas percepções sobre Cruz Machado?

Fique à vontade para utilizar este espaço para **PROPOSTAS** relacionadas a **OUTROS TEMAS!**

Sua resposta

Voltar

Próxima

Página 9 de 10

Limpar
formulário

MUITO OBRIGADO PELA SUA CONTRIBUIÇÃO! Acompanhe o site da Prefeitura e participe dos eventos do públicos da revisão do Plano Diretor para saber os resultados finais desta consulta.



Agradecemos muito
a sua contribuição!

DESENVOLVIDO POR



CRUZ MACHADO
Prefeitura Municipal

LAGUS
CONSULTORIA, PESQUISA
E ASSESSORIA DE PROJETOS

[Voltar](#)

[Enviar](#)

Página 10 de 10

[Limpar
formulário](#)

APÊNDICE B – COMENTÁRIOS QUESTIONÁRIO ON-LINE

Propostas sobre o tema INFRAESTRUTURA (abastecimento de água, rede de drenagem, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto, iluminação pública, etc.):
Ausência de calçadas em alguns lugares, e calçadas soltas.
Não ter tanta burocracia em relação a infraestrutura. Se a prefeitura cobra IPTU, tem que ser por conta da prefeitura as despesas. Assim os proprietários podem vender lotes mais baratos, para pessoas mais carentes.
mais dias com recolhimento de lixo e reestruturação da iluminação publica bem como remodelamento das vias para uma otimização dos espaços de estacionamento e fluxo de veiculos
Melhorar a iluminação pública do bairro
Na minha rua há 8 anos que eu moro, pelo menos três vezes na semana falta água, nunca resolvem o problema, seria interessante fazer algo a respeito.
Falta de iluminação pública em vários bairros, e coleta de lixo poderia ser feita na parte do final do dia para não atrapalhar o trânsito mesma coisa na hora de varrer as ruas com os carros passando
Ampliar a iluminação publica
Invertir em poço semi artesiano onde for nescecitado
Iluminação pública até os finais das ruas sem saída, continuação das calçadas onde não possui asfalto, sinalização nas ruas sem saídas, surgimento de rua que ligue o bairro ao terreno do seu Marcílio Menzel a próximo a novo Sul.
Melhorias na iluminação pública, drenagem das águas quando ocorrem enxurradas
Melhorar o abastecimento de água do bairro. Falta água com muita frequência. Melhorar a iluminação publica. Asfaltar as ruas do bairro.
Satisfatório
Tentar manter as estradas em boas condições
Que tivesse rede de água
Rede de drenagem ,esgoto ,bocas de lobo
Limpeza de valas e Sargeras de beira de estrada
Tratamento de esgoto e iluminação pois
Coleta de lixo, ao menos uma vez por mês nos interiores do distrito de Santana
Retirer a Zor da quadra J. Foi loteado junto com a fundação do município em 1925 tem vários moradores benfeitorias.
A água falta bastante aqui pra nossa região
Coleta de lixo e estradas rurais
Tratamento de esgoto.
Ligação do bairro das Populares ao São Jorge com rua, instalação elétrica e saneamento básico.
Somente os moradores dk conjunto jabitaciol pagam rede de esgoto. Precisa receber isso.
Nossa cidade não tem tratamento de esgoto, Sanepar a anos tem a concessão p colocar em toda a cidade, mas ainda não inícioou, água tem abastecimento, tem situação de falta de, energia elétrica, está tendo muita queda , iluminação pública, melhorando aos poucos...
Investir no tratamento de esgoto em toda área urbana
Pavimentação.

Fazer um poço Artesiano no topo da Colônia Paredão para abastecer a comunidade do Paredão e Rio d'Areia.
Em Santana é necessário que sejam construídas calçadas para os pedestres, já que há uma grande circulação de crianças da escola durante o ano letivo que circulam juntamente com os carros. Ou seja: um perigo! Também, pensando no incentivo à prática esportiva, essa calçada poderia ser construída com um espaço para circulação de bicicletas, pois há uma tendência mundial em priorizar o pedestre e a prática esportiva. Por enquanto, a cidade é pequena, mas plano diretor deve ser visionário, pensar a longo prazo.
Melhoria no tratamento de esgoto nos dois bairros em santana, muitos boeiros abertos oque além de ser feio pro distrito possibilita que diversos tipos de mosquitos se ploriferem como por exemplo a dengue
As calçadas do centro da cidade pedem socorro a anos, nunca foi dado atenção, está pessimo,
Abastecimento de água , iluminação pública precária
Iluminação pública é muito precária, sem dizer que deixa a cidade com cara de abandono e velha, se colocar lâmpadas dos dois lados da rua ficaria muito melhor
Sobre iluminação pública- necessário centralizar um atendimento onde possamos fazer pedidos/reclamações sobre as lâmpadas apagadas. Principalmente aqui para a nossa região, da muito medo de andar a noite por ter muitos pontos escuros! Sobre a rede de drenagem- importante revisar com frequência as tampas em toda a cidade (não só no centro) pois está muito perigoso essas tampas caindo/quebradas e principalmente os lugares onde não tem tampa ou a contenção e a rua está cedendo para dentro dos bueiros.
Precisa melhorar
Precisamos de infraestrutura na linha vitória comunidade vem sofrendo com o clima seco e muita poeira estamos ansiosos para uma posivel pavimentação até pelo menos na segunda vicinal socorro pessoal
Refazer a rede de água do poço artesiano para 2 famílias Frankenberger e Repczuk para charqueada
Iluminação pública
Boa
Pavimentação asfáltica
Calçadas descentes para os pedestres
Ter mais coletas de lixo, e melhorar a condição da luz
Drenagem
Melhorar a iluminação dos parques, iluminação do estádio e área para caminhadas
Sim
Refazer as calçadas que estão feias e indo para as populares concertar o asfalta que tá horrivel
Expansão da rede de abastecimento de água; Captação e Reuso de Água; Melhoria da Qualidade da Água; Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos; Programas de Educação Ambiental; Reforma de Estruturas de Drenagem Existentes (Realizar manutenção e reforma de galerias, bueiros e outros elementos da rede de drenagem que estejam em estado precário); Implementar soluções de drenagem sustentável, como jardins de chuva, pavimentos permeáveis e cisternas de retenção, que ajudam a reduzir o escoamento superficial e a poluição das águas pluviais; Expansão da Rede de Coleta e Tratamento de Esgoto; Implementar soluções de iluminação pública mais eficientes e que tenham menor impacto ambiental; Considerar o uso de fontes de energia renováveis; Garantir que a iluminação pública seja adequada em áreas de grande circulação, aumentando a segurança para pedestres e motoristas; Gestão de Resíduos Sólidos (Centros de Reciclagem e também implementar coleta seletiva com materiais previamente separados na fonte geradora).
Está dentro do padrão talvez mais iluminação
Está razoável apenas há um problema quando chove excessivamente as tubulações não aguentam a vazão perto do estádio municipal

Investir na ampliação e modernização da infraestrutura é essencial. Proponho a melhoria da distribuição de água, ampliação da coleta e tratamento de esgoto, modernização da iluminação pública com LED, reforço na rede elétrica e implementação de sistemas de drenagem eficientes para prevenir alagamentos. Essas ações garante mais qualidade de vida e sustentabilidade.
ampliação das redes redes iluminação pública, de água, tratamento de esgoto.
A iluminação publica é um problema, algumas ruas nem se quer possuem. Existe tambem a necessidade de calçadas melhores, principalmente no trajeto que leva até o bairro, fazer calçadas caminháveis e com uma boa arborização, mantendo sobras e frescor ao usuario.
Coleta e tratamento de esgoto
Abastecimento de agua
Abastecimento de água em mais pontos da linha..temos a caixa de água e o poço mas em um lugar de ruim acesso,onde muitas pessoas acabam ficando sem...suponho a mudança do local da caixa de água um pouco mais pro alto,assim muito mais pessoas iriam poder usufruir dessa água,pois nesse tempo de seca acabamos ficando sem água sendo que tem um poço e uma caixa tão próximo.
Extensão da rede de abastecimento de água. Melhorias na iluminação pública. Muitas lâmpadas queimadas.

Propostas sobre o tema EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS (educação, saúde, lazer, cultura, assistência social, etc.):
Parabéns isso a prefeitura possui diversas secretarias. Acredito que nosso município está bem servido disso.
revitalização das áreas de arborismo da cidade trazendo mais beleza a mesma e podendo o cidadão desfrutar de proteção contra o sol, tbm reestruturação das praças
Construir Creche, UBS; implementar ciclofaixas, fazer calçadas em todas as ruas para o povo parar de andar no meio da rua, melhor questões de estacionamento em pontos específicos como igreja e bar, construir espaços de lazer e cultura como por exemplo: quadra de tênis, salão comunitário, melhorar o parquinho do bairro substituindo as pedras por areia ou uma base de piso emborrachado
Está tudo ótimo
Abrir uma pista de skate para as crianças e uma pista de bicicleta,ali na frente da subestação de luz
Uma praça recreativa do lado do CRAS, com espaço do chimarrão
Investir em exames para diminuir a filas de espera
Espelhos em escola para auxiliar na escovação, solução para acabar com pernilongos na creche em frente ao bronislau
Projetos infantis como segunda classe em turnos alternados aos das escolas normais
Instalação de parque no bairro, pois aqui é muito precário o esporte e lazer.
Necessário
Culturas. Ter mais reconhecimento sobre os produtores que tem o cultivo de frutas e alimentos diferenciados. Também artesanato que poderia dar uma visão chamativa para a cidade. Iso incluindo o interior
Mais atividades para adolescentes não ficarem ociosos durante a semana
Parque para as crianças
Prefeitura deve indenizar algumas áreas para este tipo de cultura
Seria mais legal se tivesse mais flores no centro da nossa praça do Papa, e mais bancos para sentar, e arrumar um pouco lá, precisava renovar aquela praça

Estradas em boas condições
Cultura e saúde
Aquisição de 1 alqueire da família Granater para um parque se lazer, esporte e cultura.
Colocar aparelhos de ginástica, para uso geral, porém com fiscalização para cobrar de quem depredar.
Fazer instalação de academia ao ar livre, são José, popular e são Jorge, mas também a população se concientizar de cuidar também p não ser vandalizado... funcionamento da escola nova, fazer uma classificação melhor nós cadastros do c.u. saúde, precisa de um novo hospital
Investir mais na educação, saúde, lazer e cultura. Mais livros e computadores nas escolasmunicipais, espaços para caminhada pública com segurança,
Falta de calçada em alguns locais para caminhar ate na cidade
Parque
os equipamentos de educação merecem uma melhor atenção mais na conservação e manutenção do que na instalação de novos equipamentos, mas também tem que ter a conscientização da população por que não podem ver nada novo e bonito que já destroem como por exemplo teve uma época que colocavam fogo nas lixeiras, na minha opinião tem que ter monitoramento e os infratores punidos.
Equipamentos para exames para que os moradores façam por aqui.
A sociedade está envelhecendo e graças à medicina, vivendo mais. Pra isso, é necessário pensar a cidade para essa geração de pessoas mais velhas, mas que passam usufruir do espaço público. A minha sugestão: ter uma área de convivência para a terceira idade. Algo decente e que incentive os idosos a sair de casa pra se movimentar. O único espaço que há em Santana para os idosos é a casa das vovós, porém é um local escuro, pouco atrativo e que limita as atividades unicamente para senhoras que fazem algum artesanato. Precitaria ter atividades funcionais também. Além do mais, atividades que encantassem os senhores também.
Melhoras no hospital que está em um estado meio precário
Deveriam de dar mais atenção aos pontos turísticos de Cruz Machado
Reformas e investimentos na escola Bronislau Kapuskiak
No Santana não tem nenhuma área de lazer, o pessoal fica ao redor do campo, porém não tem nem bancos para sentar, a academia ao ar livre está degradada pelo tempo, melhor tirar aqueles ferros enferrujados. Faz falta calçadas, o pessoal precisa andar pela rua, correndo risco. Aqui na cidade tbm seria interessante uma ciclovia pro pessoal, tanto para bike como para caminhadas. Preferiam fazer às margens do rio, sai do da Alfa, passando por traz do no mercado, indo até o pátio de obras e voltando pelo centro.
Precisamos de mais pontos seguros onde se possa praticar esportes, uma ciclovia seria muito legal!
Em todos os setores precisa de mais ampliação e projetos, onde consiga atender mais pessoas
Posível ajuda com calcário e meios para escoar a produção de erva mate
Propor diferentes opções de apresentações culturais
Educação, lazer
Péssimo
Pista de caminhada em torno do campo de futebol
Quadras de areia no conjunto Habitacional
MAIS MEDICOS PARA ATENDER A POPULAÇÃO E MAIS CONSULTA COM ESPECIALISTAS
Trocar de agente de saúde, pois Dirceu Santana não faz seu trabalho, mais de 5 anos que não passou em diversas casas
Saúde

Melhorar parques, estruturar melhor as áreas de lazer da cidade como praça principal
Sim
Assistentes sociais deveriam passar mais
Priorizar Espaços Multifuncionais, equipamentos que possam ser utilizados para diversas atividades, como eventos culturais, esportivos e educacionais, maximizando o uso do espaço; Incorporar práticas sustentáveis na construção e manutenção dos equipamentos, como o uso de materiais ecológicos, sistemas de captação de água da chuva e energia solar; Criar um plano de manutenção regular para os equipamentos, além de estabelecer uma gestão participativa, onde a comunidade possa colaborar na administração e cuidado dos espaços; Desenvolver programas e atividades regulares nos equipamentos comunitários, como oficinas, cursos, eventos culturais e esportivos, para promover a integração e o uso dos espaços; Criar canais de comunicação para que a comunidade possa dar feedback sobre os equipamentos e sugerir melhorias, garantindo assim que as necessidades da população sejam sempre atendidas; Manutenção e criação de novas áreas verdes, praças e parques.
Melhorar os locais de exercícios ao ar livre nem uma barra fixa temos no bairro
Espaços ar livre para exercícios não temos nem uma barra fixa para realizar exercícios e na praça os equipamentos estão sucateados
Todavia os equipamentos comunitários são essenciais para o desenvolvimento do bairro, garantindo acesso a serviços de educação, saúde, lazer e assistência social. Investir neles melhora a qualidade de vida, fortalece a comunidade e promove inclusão social.
praças, parques, ciclovias.
Repaginar o campinho que ja existe, transforma-lo em uma pequena praça, com equipamentos de exercícios ao ar livre, uma vez que ja existe o ginásio que é utilizado para realizar esportes.
Todos
Educação
Acho que deveriam estabelecer horários pra parte de pediatria, para não precisarmos ir antes das 8:00 para fazer preparo e ficar tantas horas esperando atendimento, com a criança as vezes doente, estressada..e mesmo sendo consulta de rotina, perco sempre meio dia de serviço pra levar a criança a uma consulta que dura menos de meia hora
Melhorias nos aparelhos de ginástica na praça para pratica de exercícios físicos.

Propostas sobre o tema TRANSPORTE E MOBILIDADE:
Ônibus contratados pela prefeitura estão aos pedaços, sem manutenção adequada, não tem nem cinto de segurança!
Deveria ter pelo menos transporte intermunicipal no nosso município. Além da cidade investir mais em sinalizações e multas para motoristas que não seguem as leis do CTB.
Mas trasportes para outras cidades
implementação de nova sinalização viaria mais atualizada e em trechos onde nao tenha
Está ótimo
Reaquadacao de todas calçadas da cidade o de tem alguns poste no meio e não tem como pedestres passar e até mesmo uma calçada nova em todos os bairros
Calçadas funcionais e acessíveis
Manter as estradas em boas condições de tráfego
Transporte exclusivo para gestantes e pacientes de auto risco em carros

Só temos transporte escolar no município.
Precario
Transporte está sendo bem visto na nossa região
Transporte público nas principais vias uma vez por semana ajudaria
Usar as escola antiga do interior ou as mais próximas do cemitério do município pra fase capelas mortuária pois muitos tenq deslocar o corpo da família até o centro e muitos fazem o velório em casa
Um ônibus ao menos uma vez por semana dos interiores até a cidade de Cruz Machado
A cidade tá crescendo. Fazer contornos em volta da cidade pra tráfego de caminhões pesados
Fazer um calçamento no bairro Matriz
Melhores estradas
Instalação de ciclovias e incentivo ao uso de bicicletas para locomoção para o trabalho e esporte.
Fazer calçadas, passeios para pedestre , pois as ruas são estreitas e acaba sendo perigoso.
Fazer mão única, na avenida Getúlio Vargas e a av vitória, ter rotatividade no estacionamento para fluir melhor, disponibilidade de aplicativo na cidade
Garantir uma boa sinalização nas ruas e avenidas, investir em mais asfaltamento e calçamento de ruas ainda desprovidas
Não tem calçada e as vezes corremos perigo para vim e ir no trajeto
Ciclovias
Fazer pavimentação asfáltica com uma boa base estrutural na Estrada do Paredão pois a pavimentação de pedra irregular além de estar fora do prazo de conclusão já nem começaram a fazer a pavimentação direito já está afundando tudo, não tem alicerce nenhum estão colocando as pedras no chão mole, não vai aguentar, a localidade é o principal acesso das localidades do Paredão, Rio Da Areia, Poço Preto, Japó, Lajeado Liso, Bela Vista e mais 10 comunidades do município do Pinhão que comercializam e escoam sua produção em Cruz Machado por ser mais próximo que a Sede do Pinhão, são muitos caminhões que transitam carregados o dia todo, e ainda tem a capelinha do paredão que é um ponto turístico muito visitado, a localidade merece uma atenção especial por parte do município, principalmente na infraestrutura da via principal.
Ônibus interurbano.
Acho que a minha resposta sobre a necessidade de calçamento se encaixa aqui também. Acrescento mais duas: 1. Melhorar o calçamento pra igreja pois é horrível! A gestão da prefeitura que construiu essa rua de acesso à igreja de Santana, definitivamente odiava o distrito. Só pode! 2. Melhorar o entorno do cemitério. Fazer um calçamento na entrada e pra estacionar os carros nas laterais. É injusto as pessoas não terem um pouco de conforto na hora da dor, da perda de um ente querido.
voltar com os onibus que levam de santana para união da vitoria uma vez na semana
Arrumar o asfalto que leva até o Santana que está em um está precário cheio de buracos causando vários problemas
A rua de trás do hospital até o posto São Francisco seria um ótimo exemplo de que precisa dar mais atenção ao centro da cidade, asfalto acabado, sem contar que é caminho da escola. Estrada do Santana é um perigo, não fazem manutenção devida
Falta sinalização na cidade, bem como adequação do asfalto. Cheio de tapa buracos deixa a cidade feia. Muitos caminhões passando pelo centro da cidade, quando o correto seria uma passagem livre para estes, desviando o centro. Uma passagem para quem chega de União, passando pelo São Jorge indo sentido à linha Iguaçu Sul, ajudaria muito tbm, e traria maior desenvolvimento para estes lados da cidade.

<p>Precisamos urgentemente organizar o trânsito na nossa cidade, está ficando caótico nos horários de pico. Em frente ao João Wollinger e na rua da padaria da Eliane Kraemer temos pedestres, ciclistas e carros circulando todos por apenas uma pista, pois tem carros estacionados nos dois lados da rua em um espaço que não suporta nem 3 carros ao mesmo tempo, calçadas inexistentes ou inutilizáveis da mesma forma que na curva um pouco acima do João Wollinger e na entrada da antiga Guararapes acontece o mesmo por conta do barro até o meio da rua e a falta de um espaço para pedestres. Em todo o decorrer da linha Iguaçu Sul ou pelo menos até o conjunto habitacional poderia ser permitido estacionar apenas em um dos lados da rua para que se tenha espaço livre para o trânsito fluir. Assim como em qualquer outra rua da cidade que não tenha duas pistas livres quando se tem carros estacionados dos dois lados.</p>
<p>Deve-se melhorar o estacionamento de carros na cidade</p>
<p>Assesibilidade</p>
<p>+/-</p>
<p>Calçada com paver e acessibilidade</p>
<p>Estradas em boas condições</p>
<p>Planejamento urbano, diminuição de área urbana pra fazer escritura.</p>
<p>Calçadas acessíveis e olhar para a inclusão social de modo geral, com rampas, Calçadas modulares, etc</p>
<p>Está bom</p>
<p>Incluir rede de transporte público municipal e intermunicipal e destacar sua importância, promovendo o transporte coletivo como uma alternativa mais sustentável em relação ao uso de carros particulares; Incluir novas linhas e itinerários, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a opções de transporte público, de forma que haja ligações entre a cidade e as áreas rurais; Criar ciclovias e ciclofaixas seguras, além de implementar sistemas com estações para alugar bicicletas, incentivando o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável; Garantir que todos os meios de transporte sejam acessíveis a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, incluindo adaptações em veículos e estações; Melhorar a infraestrutura das calçadas para pedestres, de forma que sejam bem iluminadas e seguras, além de criar áreas de descanso e apreciação da vista, e também espaços públicos que incentivem a caminhada; Desenvolver campanhas de conscientização sobre a importância do uso do transporte público e modos de transporte sustentáveis, promovendo uma mudança cultural em relação à mobilidade; Buscar a conectividade de importantes vias do município; Estudar e implementar o tráfego de veículos permitindo apenas em sentido único conforme a necessidade; Implementar calçadas com o intuito de diminuir o tráfego de veículos e priorizar os pedestres e ciclistas.</p>
<p>Poderia haver transporte intermunicipal tipo um microônibus pelo menos</p>
<p>Falta transporte intermunicipal</p>
<p>No entanto é essencial para o desenvolvimento sustentável da cidade impactando diretamente a qualidade de vida da população, o meio ambiente e a economia.</p>
<p>transporte público de passageiros.</p>
<p>As ruas do bairro estão completamente abandonadas, esburacadas e quando chove até mesmo onde tem calçamento transforma-se num lamaçal, as ruas algumas ainda são de terra, outras poucas de asfalto muito mal feito, deveria ser tudo asfaltado e devidamente sinalizado, acabando com o problema da poeira, buraco e lama.</p>
<p>Planejamento urbano</p>
<p>Padronização de passeios públicos</p>
<p>Deveriam passar mais vezes com as máquinas fazendo a manutenção de estradas e não apenas quando não temos quase mais condições de trafegar..acredito que o serviço seria mais rápido fazendo apenas a manutenção..e sou a favor de outro meio dos agricultores serem beneficiados com o uso das máquinas,pois o</p>

programa hora máquina não consegue atender a todos,e muitos não possuem notas suficientes para acumularem horas para poder ter o serviço
Em alguns cruzamentos já há necessidade de semáforos para segurança do transporte viário e segurança dos pedestres.

Propostas sobre o tema MEIO AMBIENTE:
Poderia ter mais arborização nas ruas
Nosso centro de produção poderia aderir um programa de doação de mudas de flores e frutas para quem gosta de plantar em sua propriedade.
Coleta de entulhos e lixos jogados nos terrenos sem construção
Planejar paisagismos e arborização em pontos específicos do bairro
Ótimo
Incluir novas árvores na cidade no caso de alguns sombreiro, limpeza de entradas e melhoras nas e entradas das cachoeiras até novos lugares para poder soltar os barcos no alagado
Caminhada em volta do castelo branco mais flores na Amai e iluminação, com bancos e praça do lado do CRAS com chimarrão e parque infantil
Investir no projeto crédito de carbono
Limpeza de terrenos baldios e rios, algum projeto que incentive a preservação do meio ambiente
Dar mais atenção e propor uma rota das cachoeiras afim de trazer mais turistas
Plantio de árvores urbanas, revitalização das praças e parques, com área verde. Áreas de lazer e caminhada.
Criação parque ecológico
Menos lixos nas estradas do interior seria uma boa ideia. Queimar lixos no interior e comum isso poderia diminuir
Dar atenção aos pontos que já existem como acessibilidade até a capelinha do Paredão
Arborização nas vias das Pr
Roçar a beira das estradas
Tenho 4 hectares encostado na cidade. Está sendo respeitado o código florestal brasileiro dos 20 % . O restante é usado para agricultura e moradia eu sei muito bem que qualquer tipo de manejo só pode realizarmos com autorização ambiental. Não me deixem o terreno como app ou zor
Mais árvores no centro da cidade e flores
Desenvolver projeto de paisagismo rural nas comunidades e limpeza de beira de estrada
Plantação de árvores nas vias públicas
Arborização da cidade e aproveitamento de espaços naturais com fontes de água, lagos e parques
Plantar flores nas praças, manter limpo.
Criar arborização adequado no centro da cidade, melhorar a aparência, hj cidade abandonada
Despoluir o Rio Palmeirinha, campanhas para coleta seletiva do lixo com espécie de premiação ou algum benefício para os moradores que fizerem a coleta seletiva, e ensinar como limpar e guardar o lixo reciclável. Maior arborização na área urbana.
Plantio de árvores na cidade
Parque ambiental.

na minha opinião teria que plantar mais arvores na cidade como já era no passado e fazer a revitalização das praças públicas principalmente a praça papa pio XII que as arvores estão caindo de velhas e não são plantadas arvores novas.
Proibição de desmatamento de matas nativas. Beneficiar quem preserva as matas tem um terreno como mapas nativas e fontes naturais.
Há décadas, em Santana havia uma faixa de grama com palmeiras que começava na frente escola e ia em direção da ponte. Era muito mais bonito que essa praça pequena e fria. Acho que a praça em homenagem aos imigrantes deveria ser repensada, projetada por algum arquiteto. Talvez lançar um projeto para arquitetos que poderiam pensar em algo mais representativo para Santana
Está bem bom precisa-se de mais árvores parece uma cidade muito aberta
Pelo jeito q tá hj ficaria difícil um projeto de arborização no centro. Agora, se efetuasse a construção de um calçamento com várias árvores, que não tenham problemas de raízes, como era no passado, ficaria top.
Uma cidade arborizada é linda, a praça papa pio XII poderia ter mais árvores, e as calçadas que são mais espaçosas também
Nossas praças e a cidade precisa ser mais arborizada.Para ter uma melhor qualidade de vida
Coleta de lixo mais vezes nos bairros.
Ais árvores na cidade, cuidar dos rios
Aquisição de área para construção de um parque de araucárias e áreas rurais com mesmo fim
Plantar mais árvores, arborização na cidade toda
Cidade limpa . E interior com coleta de lixos mensais ou mínimo trimestral Nas vicinais
Poderiam fazer um bosque em algum lugar da cidade,
Plantou de árvores frutíferas, e de floração
Usar áreas verdes para implantação de trilhas
Está bom
Diretrizes para o uso do solo que priorizem a preservação ambiental, evitando a ocupação desordenada e promovendo o desenvolvimento sustentável; Estabelecer um sistema de monitoramento da qualidade do ar e da água, com a divulgação de dados à população e a implementação de ações corretivas quando necessário; Implementar programas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, envolvendo a comunidade em ações de plantio e conservação; Estabelecer parcerias com organizações não governamentais, universidades e empresas para desenvolver projetos e iniciativas voltadas para a proteção ambiental e a sustentabilidade; Implementação, manutenção e valorização da arborização urbana.
Plantar araucárias enxertadas que são o símbolo do Paraná e seriam árvores mais baixas, ou uvaia árvores já ameaçadas de extinção e e endêmica e árvore bão muito alta
Plantar araucárias enxertadas que sao o símbolo do Paraná na área urbana que são árvores baixas e também por exemplo árvores endêmicas que estão sob risco de extinção como a uvaia
Cruz Machado pode adotar medidas sustentáveis como educação ambiental, coleta seletiva, preservação de áreas verdes e incentivo a energias renováveis. Além disso, é essencial promover a agricultura sustentável, melhorar a mobilidade urbana e proteger os recursos hídricos. Com essas ações, a cidade garante um futuro mais equilibrado e sustentável.
parque linear no entorno do rio que corta a cidade, criação de parque ambiental.
Arborizar as calçadas e espaços vazios com arvores frutiferas, e sempre prezervar o maximo a natureza.
Valorizar o meio rural, visar renda ao pequeno agricultor através da preservação
Coleta e separação de lixo

Poderiam investir mais em árvores de pequeno porte na cidade,acredito que ajudaria a amenizar o calor e proporcionaria sombra para a população

Planejamento de um parque ecológico as margens do Rio Palmeirinha.

Propostas sobre o tema ECONOMIA:

Primeiramente deveria ter pontes ligando cruz machado a outros municípios. Como ponte e um investimento muito grande, pelo menos manter as balsas funcionando perfeitamente. Tendo um plano de manutenção preventiva. E tbm pavimentação asfáltica para esses trajetos

Que os grandes não atrapalhem os pequenos que estão começando

maior investimento na área de esportes e turismo

Trazer empresas para o bairro e para o município

Criar parcerias com bancos e cooperativas para facilitar o acesso ao crédito para pequenos negócios. Criar áreas específicas para indústrias e empresas, com infraestrutura adequada.

Abrir as portas para as indústrias virem para cruz machado pr

Focar em gastos desnecessários. Auxiliar empresas que queiram se instalar no município

Turismo

Precisa melhorar

Mais valorização nos produtos dos agricultores. Mais concorrências de comércio. Porque se nao houvesse a agricultura nao haveria comerciantes

Dar atenção ao cultivo da erva mate trazendo mais empresas para essa área

Trazer o turismo a nossa cidade temos potencial

Quem sustenta a economia é o agricultura. Devemos ter estradas melhores com uma camada de pedra brita.

Nenhuma

Desenvolver e fomentar a industrialização dos produtos em Cruz machado apoio e desenvolvimentos de novas cooperativas

Trazer mais indústrias para município

Organização de produtores para o cultivo de verduras orgânicas e produção de frutíferas, igualmente orgânicas. Instalação de Indústria beneficiadora de hortaliças e frutas na região. Estruturação de cooperativa com a operacionalização do escoamento e comercialização sa produção local.

Preparar acesso ao lago e às cachoeiras, bem como estrutura para hospedagem e áreas de alimentação para turistas. Embelezar os caminhos e oferecer espaços de visitaçao para a natureza e à cultura local.

Colocar a escola que foi construída para funcionar, quantos empregos a mais para as pessoa do bairro.

Proporcionar meios de capacitação de pessoas para gerir demandas de negócios próprios, agregando valor aos produtos produzidos aqui, desburocratização para se ter acesso a comercialização...

Mais ofertas de empregos, estimular a vinda de empresas e indústrias para se instalarem no município. Estimular e valorizar o comércio de produtos dos agricultores locais

Turismo rural.

Precisamos de mais empresas instaladas em Cruz Machado, tanto na área extrativista agrícola, agropecuária, leiteira, reflorestamento e erva mate, quanto na área de comercio e serviços, precisamos agregar valor na nossa produção precisamos processar o que produzimos e não vender in natura, , somos um município que tem somente uma saída pavimentada que é a Pr-447 que liga nós a União da Vitória, sei que é uma tarefa muito difícil, mas uma conexão asfáltica ao município de Inácio Martins ou ao município do Pinhão seria

<p>muito importante para o desenvolvimento de Cruz Machado, temos um potencial gigantesco de crescimento por termos uma produção principalmente a agrícola bem diversificada, só precisamos de incentivo dos gestores públicos. como a instalação de novas empresas para fazer o processamento da nossa matéria prima, com isso gera mais emprego e e conseqüentemente reduz o êxodo, pois segundo o ultimo senso a população de cruz machado reduziu em vez de aumentar, sem oportunidades de trabalho os jovens estão indo trabalhar em grandes centro como Curitiba e São Paulo.</p>
<p>Fazer pavimentação interligando com municípios vizinhos. Por exemplo Inácio Martins , Pinhão ,Mallet .</p>
<p>Há muita coisa boa sendo produzida em Cruz Machado e aqui me refiro especialmente às mulheres que produzem artesanato, que produzem comidas deliciosas com produtos naturais Seria interessante pensar em uma feira, a principio poderia ser 1 única no ano, na qual a comunidade poderia oferecer seus produtos artesanais: mel, queijo, geleias, Macarrão, salame, tricô, quadros, etc Fazer uma feira de artesanato e produtos naturais!!!!</p>
<p>Acho q a vinda de empresas seria crucial, porém sendo Cruz Machado uma cidade sem saída, fica difícil a logística de uma empresa. Acho q a principal solução seria a ligação asfáltico com outros municípios, ex. Inácio Martins que traria mais proximidade à cidade de Guarapuava</p>
<p>Acho que não é segredo pra ninguém que para a nossa economia melhorar precisamos ligar o nosso município a outra cidade além de união da Vitória através de boas rodovias. E também um ambiente mais convidativo para indústrias do setor alimentício como distribuidoras de feijão e de hortaliças seria muito legal!</p>
<p>Projetos que visem o desenvolvimento do município e a participação dos jovens.</p>
<p>Estudo para novas culturas para agricultura e espancao das já existentes</p>
<p>Propor opções para valorizar os pequenos empresários bem como a agricultura familiar</p>
<p>Investimento em indústria para gerar mais empregos</p>
<p>Cruz Machado precisa urgente crescer evoluir, precisa de mais emprego e salário melhor.</p>
<p>Rotas alternativas de acesso a cidade e o distrito de Santana</p>
<p>Gerar empregos aos jovens, novas empresas.</p>
<p>Instalação de empresas para reparar empregos</p>
<p>Deveria ser regularizado o matadouro de Cruz Machado, pois ajudaria diversos produtores de gado de corte</p>
<p>Buscar novas indústrias, e não deixar a área q tem parada criando mato ao invés de desenvolvimento municipal</p>
<p>Regularização do loteamento dos Dubai, ampliação e regularização da área urbana para o paredão.</p>
<p>Está bom</p>
<p>Arrumar os asfaltos e as calçadas que deixam a cidade feia, já melhoraria muito</p>
<p>Criar programas de apoio a pequenos e médios empreendedores, incluindo capacitação, acesso a crédito e incentivos fiscais, para estimular a criação de novos negócios e a geração de empregos; Implementar políticas que incentivem a instalação de empresas em setores estratégicos, como turismo e agricultura sustentável, promovendo a diversificação da economia local; Promover campanhas para incentivar a compra em estabelecimentos locais, além de criar feiras e eventos que valorizem produtos e serviços da região, fortalecendo a economia local; Criar um ambiente favorável para atrair investimentos, simplificando processos burocráticos, oferecendo incentivos fiscais e promovendo a cidade como um destino atrativo para investidores; Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para fomentar a inovação e o desenvolvimento tecnológico, criando incubadoras e espaços de coworking que estimulem a criatividade e a colaboração; Promover práticas de economia circular e sustentabilidade nas empresas, incentivando a adoção de tecnologias limpas e a redução de resíduos, contribuindo para uma economia mais verde; Desenvolver um plano de turismo que valorize as características locais, promovendo atrações turísticas sustentáveis e eventos culturais que atraiam visitantes e gerem valorização para a comunidade; Investir em</p>

infraestrutura adequada, como transporte, saneamento e conectividade, para facilitar o deslocamento de pessoas e mercadorias.
Poderia haver um comércio exterior de erva ou produtos derivados. Atrair uma fábrica de chá de erva mate ou que fizesse tinta do pigmento umamvez que temos uma super produção da matéria mas não haverá comércio forte devido a alta produção
Fomentar o comércio de Eva mate não somente para chimarrão mas chás e tintas pois temos uma superprodução e pouco mercado futuro
Para melhorar a economia de Cruz Machado, seria importante focar no desenvolvimento do turismo, com investimentos em infraestrutura e promoção local. Também seria útil apoiar o comércio e a indústria local para gerar mais empregos. Além disso, a valorização da agricultura sustentável pode diversificar a economia e aumentar as fontes de renda.
Turismo rural e religioso.
Atrair empresas de fora para que se instalem no município, para a geração de emprego e renda para o município, melhoras os acessos, com os outros municípios e buscar recursos para a construção de pontes onde existem as balsas, além de asfaltar essas estradas, conectando o município e tornando mais atrativo a vinda de empresas. Alem tambem de insentivar as industrias que ja existem.
Valorizar o comércio local
Alternativas de Valorização da erva mate
Incentivo para indústrias no município com geração de empregos.

Propostas sobre o tema HABITAÇÃO e REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
A prefeitura deveria facilitar para o proprietário de área urbana ha lotear para o município crescer. Ajudar com os recursos do município.
implementação de mais projetos de custeio de moradia e disponibilidade de area legalizada para a construção dos mesmos
Não deixar de mandar documentos para cohapar, como na gestão passada, que foi perdida as casas populares, por irresponsabilidade.
Nas casas populares ao lado da vix casas do governo abandonadas e mesmo que dão para as pessoas elas vendem e conseguem novas casas enquanto uns não conseguem
Regularização de loteamento dubay
Fazer algum projeto de regularização de títulos de imóveis urbanos e rural. Incever quem quer regularizar seu imóvel no plano do governo federal
Facilitar a regularização de imóveis
Melhoria nos bairros, ruas, iluminação, rede de esgoto.
Regularizar os loteamentos
Chamei no particular que auxílio com ideias e oropostas
Vcs colocaram a minha casa o meu terreno como área de risco. Agora eu não tenho como legalizar o meu lar.. como se eu não tivesse o direito de ter a moradia. Meus filhos vão ter que ir embora desta cidade. Se continuar assim mais 10anos a metade da população vai embora impossível construir ter um lar em Cruz machado PR.
Programa de regulamentação de indústrias familiares agroindústrias e regulamentação ee terras através do município
Mais casas populares

Fazer projeto de habilitação a exemplo de "Minha casa minha vida", aproveitando terrenos já adquiridos pela prefeitura. E remover os casebres sobre ou ao lado do rio Palmeirinha.
Sem comentário nessa área.
Cidade precisa urgente resolver a questão dos loteamento irregular já consolidado, trazendo dignidade as pessoas.. Promover mais campanhas de acesso aos programas só governo p ter casa própria..
Ampliar ou fazer novo conjunto habitacional, regularizar bairros para que haja equidade nos serviços básicos a essa parcela da população
Bairros planejados.
Precisa se de uma atenção muito especial referente aos loteamentos irregulares, regularizar o que for possível de regularizar lógico tudo dentro do que a lei ambiental permite, pois estes loteamentos atrasam o desenvolvimento do município, o plano diretor precisa mudar a lei nas áreas de expansão como por exemplo a charqueada que hoje pode ser desmembrado somente terrenos que tem área superior a 5.050m ² , sendo que nenhum terreno desta localidade tem mais que 3.000m ² , e terreno urbano com essa área é muito grande não tem a possibilidade de fragmentar em vários lotes menores, por isso precisa de uma lei que seja possível fazer lotes de mais ou menos 320 metros quadrados.
Construção de mais casas populares.
Acredito que é bom regularizar enquanto há tempo, caso contrário, a situação pode ficar descontrolada. Mas, é preciso trabalhar a cultura do cuidado com a sua propriedade, a higiene e manutenção do entorno. As pessoas precisam aprender que viver em sociedade é pensar no vizinho também e no próprio bem-estar. Infelizmente há muito desleixo e isso não tem nada a ver com pobreza. Um caminho talvez seria trabalhar mais nas escolas a questão do cuidado com a nossa casa, com o nosso quintal. Talvez assim mudaria a mentalidade das próximas gerações (acho que fugi um pouco do tema, mas achei bom colocar aqui também porque se o município regulariza as habitações irregulares, deveria ter pelo menos uma contrapartida)
Tá faltando um portal de boas vindas na chegada de Cruz Machado para pessoas que vem de União da Vitória.
Diminuir o tamanha de lote padrão para conseguir os documentos pertinentes já é um começo.
Facilitaria muito se fossem mais ágeis os setores responsáveis pelas documentações para liberar uma obra.
Pessoas capacitadas que desenvolvam projetos para está área
Regulamentação e uma urgência tanto no interior quanto na cidade muitas pessoas não podem legalização de pequenas áreas no interior e no centro muitas precisam construir sua casinha e se livrar do aluguel este tema é urgentissimo
Trazer programas para habitação para pequenos agricultores
Regularizar os loteamento embargados
Precisa muito
Levantamento de loteamentos irregulares, lotes irregulares com possibilidade de admissão com compensação de áreas desconformes em outras áreas a serem cedidas ao município.
Regular casas e lotes como na linha paredão e loteamento Dubai
Regulamentação do loteamento do Dubay
Regularizar essas áreas e na área central diminuir a metragem dos terrenos para poder fazer escrituras, pois já e cobrado 2 iptu, de quem tem uma residência e a empresa no mesmo terreno
Regularização do loteamento dos Dubai, ampliação e regularização da área urbana para o paredão.
Não está

Criar incentivos fiscais e desenvolver projetos de habitação voltados para famílias de baixa renda; Criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de pequeno porte, de forma que se integrem melhor a malha urbana e não estejam em localização segregada; Realizar um levantamento detalhado das áreas ocupadas informalmente, identificando as características e necessidades de cada local; Promover campanhas de conscientização sobre a importância da regularização fundiária, informando os moradores sobre seus direitos e os benefícios da regularização; Implementar programas que visem a regularização de áreas ocupadas informalmente, garantindo que os moradores tenham acesso a documentação legal de suas propriedades; Desenvolver um programa que facilite a regularização de imóveis, incluindo a simplificação de processos burocráticos e a criação de um sistema de documentação acessível em áreas com condições de habitabilidade.
Regularizar os terrenos atrás do estádio municipal
Regularizar loteamento atrás do campo
A habitação é um direito fundamental, essencial para o bem-estar das pessoas, enquanto a regularização fundiária é crucial para garantir acesso legal à propriedade e serviços essenciais. Ambas são essenciais para a inclusão social e o desenvolvimento urbano.
regularização de loteamentos já consolidados e expansão do quadro urbano .
Crescer a cidade para áreas mais planas, evitando os morros, tornando mais segura a habitação, e regularizar todos os imóveis irregulares.
Expansão urbana e regularização das mesmas
Expansão área urbana e regularização loteamentos
Regularização dos loteamentos e áreas próximas a cidade, pois vários moradores construíram seus imóveis querendo pagar os impostos e ter seus direitos garantidos mas não podem
Regularização do loteamento Dubai
Expandir o zoneamento urbano, em áreas que se encontram como zona de ocupação restrita ZOR, pois várias dessas áreas tem potencial para áreas residenciais.

Fique à vontade para utilizar este espaço para PROPOSTAS relacionadas a OUTROS TEMAS!
Necessidade de ciclovias para bicicletas
Regularização de lotes urbanos independente do tamanho. Ajuda aos proprietários de loteamento com a infraestrutura, para assim diminuir o valor dos lotes para pessoas com menos condições financeiras.
Mas acolhimento para as famílias com pacientes doentes
acredito que já esta sendo tomada uma importante iniciativa para mudanças no crescimento da cidade reformulando o plano diretor mas devemos pensar sempre no resultado futuramente então temos q programar ações que não necessariamente vão ter efeitos agora mas que com o passar dos anos podem agregar no desenvolvimento do município com isso acho que deve-se ter especial atenção no investimento em infraestrutura em todas as áreas seja viária, habitação, saúde em fim para q a cidade cresce e se desenvolva precisa-se de comportar esse crescimento.
Precisa melhorar muito, evoluir em todas as áreas, trazer empresas pra proporcionar emprego para os municípios, desenvolver programas que incentive a economia local e que valorize a produção e mão de obra do próprio município
Estabelecer políticas para a regularização de imóveis em áreas informais e garantir a segurança jurídica da moradia. Estabelecer parcerias com o governo estadual e federal para construção de moradias acessíveis. Oferecer benefícios tributários para empresas que se instalem em áreas prioritárias ou gerarem empregos locais. Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do turismo, promovendo o patrimônio cultural, histórico e

natural do município. Prever soluções para evitar alagamentos e melhorar a gestão das águas pluviais.
Fazer algum portal na cidade, arrumar sinalização não só parte de faixa e placas mas também indicação com os nomes das ruas,
Retirar chafariz da praça, pista de skate
Invertir em palestras Para funcionários públicos conscientização „tentar acabar com as precatórias
Portal ou algum letreiro de respeito chegando em nossa cidade
Rota das cachoeiras e cuidado com enchentes de enxurradas
Falta um planejamento urbano para deixar a cidade mais bonita e com mais qualidade de vida para os moradores, faltam ruas com asfalto no bairro São José principalmente que está abandonado, não tem calçada, asfalto ou calçamento que impede trafegar de carrinho de bebê, ou cadeiras de roda.
Precisa acesso a outros municípios p crescer(ligação a Inácio Martins ou Pinhão !
Valorizar e manter o que já tem. Principalmente valorizar o produtor rural que gera o mais presiso e importante. Que e o alimento de cada dia e de cada um
Dar atenção a fila de espera em exames e consultas com especialistas. Muito tempo na fila pra conseguir um exame que é importante para iniciar um tratamento. Como ressonância e cintilografia.
Olhar mais para as calçada do centro da cidade iluminação
Tenho várias propostas
Acho q deveria investir na apicultura pra pode gera mais economia pois o município tem muitos apicultor Talz uma fabrica ou mesmo uma empresa q compre o mel por um preço justo
Maior foco deveria ser as estradas dos interiores e o asfalto até a cidade
Fazer asfalto nas casas popular
Cidade não tem para onde crescer. A população mais velha quer vim morar para a cidade. Para ficar mais próx, ao atendimento saúde e mercado lazer. Vcs colocam ZOR e APP em torno da cidade toda. Impedindo os loteamento a serem legalizados . O povo não tem direito de ter uma moradia um LAR próx. a cidade
Abrir mais uma CMEI aqui pro lado onde vai pro Santana tem muitas crianças pra cá, e muitas mães precisando trabalhar e não tem como quem deixar o filho
Trazer jovem que estão na cidade para o campo formado núcleos de desenvolvimento.
Ruas mais limpas, só varrer não resolve , uma vez por mês lavar as ruas, principalmente no centro da cidade.
Redimensionar a metragem dos lotes urbanos. Definir e replanejar áreas de serviços e de habitação.
Sugiro que derem uma atenção nas nossas ruas, do bairro coapar. Estamos a anos esquecidos, ruas com buracos, matos etc.
Criar portal de identificação da capital da erva mate. Criar chimarodromo na praça , relógio com medidor de temperatura etc
Ainda sobre saúde, investir mais e com melhores serviços e ofertas de medicamentos e tratamentos psicológicos para pessoas com doenças mentais, com tratamento humanizado
Um parque para que as famílias tem local para lazer com as crianças
Falta infraestrutura como asfalto, passeios públicos, praças parques, ciclovias, estrutura para turismo rural.
São muitos os problemas de Cruz Machado, mas acredito que a reconstrução e padronização das calçadas e passeios principalmente do centro e dos bairros, por que onde tem uma calçada mais bonita foi o empresário ou morador que fez com recurso próprio, pois não tem como caminhar em certos pontos da cidade por causa de peças soltas além de pisar em lajotas soltas acaba se sujando todo em dias de chuva, precisa embelezar a cidade, as ruas e praças estão sem estrutura, precisa de espaços acolhedores, para passeios e recreação.

Fazer nem ter ligação com outros municípios é a minha ideia para que os Machado tenha mais progresso.
Cruz Machado é um município bilingue, mas pouca gente sabe disso, infelizmente! E aqui, o município perde uma grande oportunidade para atrair mais turistas pra região. Seria necessário fazer um projeto e apresentar para os órgãos competentes para reconhecer o polonês como segunda língua de Cruz Machado (há outros idiomas, mas o polonês é maioria estatisticamente), e isso traria mais visibilidade para o município. Também, incentivar o ensino de polonês nas escolas e criar políticas de incentivo para que os pais ensinem os seus filhos essa língua de herança. Isso seria resgatar o orgulho das nossas raízes polonesas. E olha que nunca ouvi um político de Cruz Machado fazendo referência a isso e às vezes, uma manifestação por parte dos gestores geraria um efeito positivo: incentivar, elogiar, reconhecer o relevante papel que muitos pais e mães exercem em Cruz Machado ensinando seus filhos a falar e ter orgulho de suas raízes!!!
A questão do passeio entre o colegio e a escola municipal no santana é um negocio que rola a anos e ngm faz nada é sim preciso esse passeio pois alem do asfalto ser estreito o movimento durante os horarios de pico é alto oq causa perigo para os alunos e população em geral
Como eu falei nas anteriores melhorar o asfalto de Cruz Machado pro Santana que está em pecimas condições. E o que eu mais acho que falta e um portal de boas vindas na entrada da cidade pra pessoas que vem de União da Vitória. E terminar o asfalto de mais meio km do Santana
Os comerciantes agradeceriam se tivesse mais atenção no centro da cidade, principalmente as calçadas... é uma vergonha
Pavimentação asfáltica em todas as ruas do bairro da matriz que está uma vergonha bem no centro e próximo ao hospital
Vejo q a cidade está muito abandonada na questão de embelezamento e trabalho. Parece que nossa cidade não é cuidada, embora seja um excelente lugar para morar falta capricho e zelo pelas coisas públicas. As ruas com baixa iluminação, pouco sinalizadas, com pavimentação cheia de tapa buracos deixa um aspecto de abandono. A chegada da cidade, cheia de ferro velhos parados ao lado da calçada, já assusta que chega na arrancada. Aos domingos, pessoal de fora que vem para a cidade não tem onde ir almoçar, apenas um lugar serve comida na cidade. Não há lugares frequentáveis para ir com a família, por isso o pessoal acaba indo para União e lá deixam o dinheiro que poderia ser injetado no comércio local.
Precisamos incentivar o turismo na nossa cidade e também os restaurantes a abrirem no domingo principalmente ao meio dia, pois as pessoas vem de bicicleta, moto ou mesmo de carro de lugares longes para conhecer as cachoeiras e não encontram lugares abertos para comer!
Um vejo um Cruz Machado acolhedor, onde muitas mudanças podem acontecer, para melhor atender a sua populacao.
Questões de hora máquina super importante para agricultura ajuda muito agricultores bora lá buscar novas sugestões e melhorias para nossa querida agricultura
Precisamos de melhoria como alargamento do pequeno trecho entre a família Olinek e do Jacob Frankenberger seguindo para linha Charqueada, pois num pequeno trecho é difícil desviar de carro, trator ou caminhão sendo necessário um sair em marcha ré devido o trajeto ser muito estreito e ter valeta que o carro tomba caso saia da estrada.
Animais soltos nas ruas como (cachorros)isto é de urgência no nosso município.
Valorização dos profissionais
Realização de novas ruas que liguem aos bairros
Melhoria nas calças pedestres e ciclistas do centro aos bairros
Na minha opinião é as calçadas para os pedestres, não temos calçadas descentes na cidade. Plantar árvores para gerar sombra aos pedestres, sem árvores a cidade se torna muito quente.
Maior fiscalização nos trabalhos de funcionários públicos. Obras e gastos municipais
Deve ser melhorado o atendimento nos postos de saúde, e ser monitorado os horários de atendimentos, as estradas dos interior devem ser mantidas pois muitas são esquecidas

Crescimento da cidade, com a regularização dos loteamento mais crescimento e moradia
Aumentar a área urbana ,região do paredão
Fazer trilhas locais e próximas a cidade
Falta de oportunidades para os jovens, falta de diferentes setores fabris
Sem comentários
Incentivo aos esportes
Promover um crescimento urbano que respeite o meio ambiente, incentivando a preservação de áreas verdes e a utilização de práticas de construção sustentável; Investir em melhorias nas escolas e unidades de saúde, garantindo que a população tenha acesso a serviços de qualidade; Implementar ações que melhorem a segurança na cidade, como a instalação de câmeras de monitoramento e a promoção de programas de prevenção à violência; Valorizar o patrimônio cultural e natural de Cruz Machado, promovendo o turismo sustentável e eventos culturais que atraiam visitantes e fortaleçam a identidade local.
Ter mais atividades culturais pois a cultura a arte desenvolve os sentimentos e sentidos para o progresso implicando em um núcleo cultural forte para o futuro. Contribuição de um anfiteatro...
Melhorar espaços culturais pois a cidade precisa de um.nucleo cultural fortalecido para o futuro
Melhoria da Saúde: Investir na ampliação das unidades de saúde e na capacitação de profissionais, além de criar programas preventivos e de cuidados especializados. Oportunidades de Emprego: Incentivar o empreendedorismo local com capacitação e apoio a pequenas empresas. Estabelecer parcerias com setores em crescimento para gerar novas vagas de trabalho. Promoção da Erva-Mate: Valorizar a erva-mate local com campanhas de marketing e incentivo ao turismo rural. Apoiar pesquisas para criar novos produtos derivados da erva-mate.
Município com bom potencial de desenvolvimento, precisa mudar, melhorar a legislação.
Criar um programa de auxilio aos animais de rua, tirando eles da rua e levando a um abrigo municipal, onde cuidem deles e os coloquem para adoção, melhorando a qualidade de vida da população e dos animais. Manter a cidade sempre limpa e organizada, arborizada e bonita. Melhorar o sistema de coleta seletiva, com novas lixeiras que deixem os lixos separados. E o PRINCIPAL, criar um corpo de bombeiros voluntario ou algo do genero, para que não dependa-mos completamente dos bombeiros de União Da Vitória, tornando a cidade mais segura.
Buscar alternativas de infraestrutura de ligação de Com outros municípios
Modificar o trânsito com ruas sentido único para desafogar as áreas de estacionamentos
Acho que deveriam dar mais chances a nova geração nos servicos públicos..vemos varias pessoas que já são aposentadas e continuam trabalhando,enquanto o jovem que se forma muitas vezes optam por mudar de cidade por falta de colocação no mercado de trabalho
Avenida de mão única para descentralizar o fluxo da avenida Getúlio Vargas, auxiliar futuros loteadores ou incorporadoras afim de não ocorrer oque aconteceu com lotes que hoje se encontram embargados pois a cidade hoje não pode crescer no quesito casas pois a maioria das áreas ao entorno se encontram embargadas
Regularização do loteamento Dubai
Melhorias nas calçadas com meio-fio.